

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CÂMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS -  
NELSON DE ABREU JÚNIOR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,  
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TRABALHO E EDUCAÇÃO

**TRABALHO, MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR: REFLEXÕES  
SOBRE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA-  
GOIÁS**

Vanuza Pereira Leite

Anápolis-GO

2023

**VANUZA PEREIRA LEITE**

**TRABALHO, MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR: REFLEXÕES  
SOBRE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA-  
GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação 'Linguagem e Tecnologias', da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias.

**Área de concentração:** Trabalho e Educação

**Linha de pesquisa:** Educação, Escola e Tecnologias

**Orientador:** Prof. Dr. João Roberto Resende Ferreira

Anápolis-GO  
2023



## TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA n.1087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

### Dados do autor (a)

Nome Completo: Vanuza Pereira Leite

E-mail: vanuzaleiteds@gmail.com

### Dados do trabalho

Título: Trabalho, Migração e Educação escolar: reflexões sobre uma escola municipal de Aparecida de Goiânia

( X ) Dissertação

Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias- Universidade Estadual de Goiás

Concorda com a liberação documento?

[ X ] SIM

[ ] NÃO

Obs: Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa

Goiânia, 08/05/20

Local      Data

Assinatura do autor / autora

Assinatura do orientador / orientadora

Leite, Vanuza Pereira

Trabalho, Migração e educação escolar: reflexões sobre uma escola municipal de Aparecida de Goiânia-Goiás/  
Vanuza Pereira Leite; orientador: João Roberto Resende Ferreira—Anápolis, 2023.

(número de páginas) p.122

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Goiás, Programa de Pós-graduação em Educação, Linguagens e Tecnologia-IÉLT.

1. TRABALHO 2. EDUCAÇÃO BÁSICA 3. FLUXO MIGRATÓRIO  
4. APRENDIZAGEM

NºCDU:

TRABALHO, MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR: reflexões sobre uma escola  
municipal de Aparecida de Goiânia-GO.

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Em 24 de Abril de 2023

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. João Roberto Resende Ferreira (Universidade Estadual de Goiás- UEG)  
Orientador/Presidente

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Veralúcia Pinheiro (Universidade Estadual de Goiás- UEG)  
Membro Interno

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Amone Inácia Alves (Universidade Federal de Goiás -UFG)  
Membro externo

Anápolis-GO, 24 de abril de 2023.

Dedico este trabalho a todos os migrantes que saem de sua terra natal em busca de trabalho, levando consigo apenas o sonho de dias melhores. Dedico, especialmente, a meus pais e avós, que também integraram o fluxo migratório do campo para a cidade, saindo de Santa Terezinha de Goiás, em busca de melhores condições de vida na capital Goiânia; e, posteriormente, acabaram por fixar morada na cidade metropolitana de Aparecida de Goiânia.

## **Agradecimentos**

Agradeço, onde quer que estejam, àqueles que não estão mais presentes em corpo físico entre nós: minha avó Ana Fernandes Machado, minha tia Abadia Osana Fernandes Leite, minha avó Odília Pereira Leal, meu avô Oscar da Cunha Faleiros, meu tio Vartuir Pereira da Cunha, vítimas do câncer e da pandemia de COVID-19. Perdas consecutivas, que me fizeram esquecer de mim e de minhas capacidades. Pessoas tão especiais em minha vida e que estariam extremamente orgulhos desta conquista. Eles, que foram fermento em minha força de vontade e perseverança. A falta deles ainda me causa dor todos os dias, mas foi dedicando-me a conquistar o título de mestra que fiz aliviar um pouco o que sentia de não tê-los mais comigo.

Agradeço, especialmente, a meus pais, Irene Pereira Leite e Leovando Pereira da Cunha, exemplos de força, dedicação, honestidade, doação ao próximo e fé. Obrigada por me fornecerem os pilares da fé em mim mesma, da perseverança e da ética, que forjaram minha personalidade. Por me ensinarem que a educação é o caminho da mudança da realidade, seja ela qual for. Obrigada. Nas marcas de seus passos eu trilho meu caminho.

Agradeço, imensamente, a meu esposo Ivan Santos e meus filhos Davi Santos Pereira Leite e Sara Santos Pereira Leite, pela paciência nos momentos em que eu não estava disponível, compreendendo que esse era um momento pelo qual sonhei e lutei. Obrigada, por me apoiarem, torcerem por mim cada vez que meu trabalho foi apresentado e avaliado; e por estarem sempre ali, sempre que eu precisei. Vocês foram muito importantes em todo processo. E principalmente por todo amor. Davi e Sara, mamãe espera que de alguma forma eu seja inspiração para vocês traçarem os seus próprios caminhos. Amor eu estarei sempre aqui sempre, para o que precisar.

Agradeço, ainda, irmãos, cunhadas, cunhado, sobrinhos, sogra, sogro e todos aqueles que com pequenos gestos – seja de almoço enviado, um levar ou buscar meus filhos na escola, ou a compreensão por eu não estar presente em algumas celebrações e encontros – apoiaram-me. Vocês foram a melhor rede de apoio, pois, sendo mulher, casada, mãe com filhos pequenos, dona de casa, professora em duas escolas, não conseguiria chegar até aqui sozinha. Em especial meu irmão Washington, que todos os dias cedo, chegava para ficar com meus pequenos para que fizesse minhas primeiras disciplinas como aluna especial na tentativa de ser aprovada. Conte comigo sempre, irmão.

E, assim, aproveito para agradecer a Flávia Alves, outra mãe que assim como eu, trabalha, tem filhos pequenos e precisa levá-los e buscá-los na escola. Deu-me a mão e, desde então, nós apoiamos dividindo esta tarefa. É uma preciosidade de amizade que encontrei pelos caminhos da vida, obrigada.

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, João Roberto Resende Ferreira, que me pegou pela mão e me guiou nos difíceis caminhos da pesquisa acadêmica. Obrigada por toda paciência, confiança, mesmo quando nem eu mesma confiava em mim. Foram momentos emocionalmente difíceis pois a entrada no mestrado durante a pandemia, veio acompanhada de dolorosas e sucessivas perdas familiares; e outros tantos incidentes que passei pelo caminho. Passar por todos os obstáculos e ainda continuar tendo forças para perseverar e continuar só foi possível, pela paciência inabalável do meu querido orientador. E a compreensão de que, em certos momentos, era impossível dar o máximo de mim.

Agradeço, ao Grupo de Estudos de Migração, coordenado pela Profa. Dra. Célia Vendramini, da Universidade Federal de Santa Catarina, que muito contribuiu pelas reflexões as quais estão aqui neste trabalho. As pessoas do coletivo me acolheram e me fizeram sentir como uma estudante da própria universidade, por meio dos encontros virtuais que foram cruciais para entregar o material da dissertação.

Agradecimento especial aos gestores da Escola Roque Inocêncio Mendes, nas pessoas de Maria das Graças Oliveira, diretora geral, Tone Mariano Neves Furtado, coordenador geral, e Marlene Silva Pereira, coordenadora pedagógica do turno vespertino, pelo acolhimento e atenção a esta pesquisadora e pela disponibilidade dos documentos necessários para a realização da pesquisa.

Aos meus amigos de curso, muito obrigada pelo carinho, pela força que compartilhamos estes dois anos. Além do cuidado com o emocional uns dos outros, a troca de informações, as parcerias, foram imprescindíveis. Quando pensava em desistir, me lembrava que alguns entre nós estavam travando batalhas muito maiores que as minhas. E um especial agradecimento a minha amiga Eliana e nosso querido representante Wilker, pela forma como enxergaram e cuidaram de quem precisou, vocês são muito especiais. Todos vocês foram muito importantes em meu processo e me dói saber que alguns de nós, talvez nunca mais se reencontrarão.

E por fim as minhas amigas Ângela e Rosiney, muito importantes no meu processo de aprovação. Me fizeram acreditar que realmente seria capaz, pelas leituras da minha escrita, pelas inferências, pelo tempo disponível para mim. Estou na



torcida por você “amora” Ângela. E estou muito feliz e orgulhosa que você Rosiney conseguiu entrar no Programa de Mestrado do Instituto Federal.

A educação escolar, traz muitas dores necessárias, mas vitórias inimagináveis. A educação pública tornou possível a realização deste sonho. Foi através dela que cheguei até aqui e onde desejo continuar. Sou muito agradecida por trabalhar na rede pública de ensino, apesar de saber que temos muito pelo que lutar para continuar com o que conquistamos e para avançar. E se escuta - Viva o SUS! Eu grito viva também o ENSINO PÚBLICO!

Como não somos formigas que repetem uma informação genética, nosso comportamento é determinado por uma visão construída do mundo e das coisas.

(SOUZA, 2019, p.9)

## RESUMO

LEITE PEREIRA, Vanuza. **Trabalho, Migração e Educação Escolar: Reflexões sobre uma escola municipal de Aparecida de Goiânia-Goiás**. 2023. N<sup>o</sup> de páginas: 129

Dissertação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis-GO., 2023.

Orientador(a): João Roberto Resende Ferreira

Defesa: 24 de março de 2023

O presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa descritiva vinculado à linha de pesquisa Educação, Escola e Tecnologias do PPG/IELT/UEG da Unidade Universitária CSEH Nelson de Abreu Junior, da Universidade Estadual de Goiás, com sede na Cidade de Anápolis-GO. Tivemos como objetivo principal entender como ocorreu o aumento da migração em Aparecida de Goiânia, com a criação do distrito industrial e quais as implicações do movimento migratório tanto nas escolas quanto no processo de educação escolar das crianças em situação de migração. O trabalho se desenvolveu por meio da análise das implicações do aumento dos fluxos migratórios internos, por trabalho, na vida escolar de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental. Analisamos o contexto histórico do início das migrações para cidade de Aparecida de Goiânia-GO, concomitantemente a criação e pleno funcionamento do Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar. Mediante análise do contexto e o referencial teórico e metodológico utilizado, objetivou-se a entender as condições que ocorreram o aumento do fluxo migratório para cidade de Aparecida de Goiânia, as implicações nas escolas municipais e o comprometimento do processo de educação escolar, de crianças em migração com suas famílias. Para isso, utilizamos de um arcabouço teórico metodológico e pesquisa documental e descritiva. Apresentando o conceito de trabalho e suas dimensões com Marx (2004); a bases da organização da classe trabalhadora de Engels (2010) e abordando a mobilidade do trabalho de Gaudemar (1977), abordando na perspectiva do trabalho as múltiplas dimensões do fenômeno da migração ao direito a educação escolar. A partir do exposto é possível indicar uma relativa perda de aprendizagem no processo de educação escolar de crianças que migram com suas famílias.

Palavras-chave: Trabalho. Educação Básica. Fluxo migratório. Aprendizagem.

## ABSTRACT

PEREIRA LEITE, Vanuza. Work, Migration and School Education: Reflections on a Municipal School in Aparecida de Goiânia-Goiás. 2023. Number of pages: 129  
Master's Dissertation in Education, Language and Technologies, State University of Goiás – UEG, Anápolis-GO., 2023.

Advisor: João Roberto Resende Ferreira

Defense: March 24, 2023

The present work presents the results of a descriptive research linked to the research line Education, School, and Technologies of the PPG/IELT/UEG of the University Unit CSEH Nelson de Abreu Junior, of the State University of Goiás, based in the City of Anápolis-GO. Our main objective was to understand how the increase in migration occurred in Aparecida de Goiânia, with the creation of the industrial district and what were the implications of the migratory movement both in schools and in the process of school education of children in a situation of migration. The work was developed through the analysis of the implications of the increase in internal migratory flows, for work, in the school life of children in the early years of elementary school. We analyze the historical context of the beginning of migrations to the city of Aparecida de Goiânia-GO, concomitantly with the creation and full operation of the Vice President José de Alencar Industrial Park. Through analysis of the context and the theoretical and methodological framework used, the objective was to understand the conditions that occurred with the increase in the migratory flow to the city of Aparecida de Goiânia, the implications in municipal schools and the commitment of the school education process, of children in migration with their families. For this, we used a methodological theoretical framework and documentary and descriptive research. Introducing the concept of work and its dimensions with Marx (2004); the bases of the organization of the working class of Engels (2010) and approaching the mobility of the work of Gaudemar (1977), approaching in the perspective of the work the multiple dimensions of the phenomenon of the migration to the right to school education. Based on the foregoing, it is possible to indicate a relative loss of learning in the school education process of children who migrate with their families.

Keywords: Work. Basic education. Migratory flow. Learning.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagem panorâmica do Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar – Aparecida de Goiânia- Goiás/2023.	39
Gráfico 1 – Taxa de desocupados no Brasil, janeiro-fevereiro-março/2012 – Julho-agosto-setembro/2022.	79
Gráfico 2 – Crescimento percentual da População Ocupada (PO) e da População em Idade Ativa (PIA), grandes regiões do Brasil/2010.	80
Gráfico 3 – Taxa de Desocupação nas grandes regiões do Brasil/ 4º Semestre.	81
Gráfico 4 – Fluxo migratório na Região Nordeste/2010.	82
Gráfico 5 – Proporção entre migrantes e residentes na Unidade Federativa (UF) de nascimento, Brasil/2015	84
Gráfico 6 – População residente não nascidos em Goiás, por região de nascimento, Goiás/2010.	85
Gráfico 7 – População residente em Goiás por região de nascimento, Goiás/ 2010.	86
Gráfico 8 – População residente em Goiás por estado de Nascimento Goiás/2012.	87
Gráfico 9 – População residente em Goiás por estado de nascimento Goiás/2010	87
Gráfico 10 – Grau de instrução* da população residente por estado de nascimento	88
Mapa 1 – Imagem mostrando a proximidade do município de Aparecida de Goiânia com a capital Goiânia	90
Gráfico 11 – Crescimento populacional por milhares – Aparecida de de Goiânia	91
Gráfico 12 – Municípios mais populosos, Goiás /2018	92
Tabela 1 – Número de empregados admitidos e desligados -Aparecida de Goiânia- Goiás/2015.	93
Mapa 2 – Imagem mostrando a localização do Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar	95

Gráfico 13 – Demanda para contratação Imediata, por cargo (em%).	96
Mapa 3 – Imagem mostrando a localização da Unidade Escolar no Município de Aparecida de Goiânia-Goiás	98
Mapa 4 – Imagem mostrando a proximidade da Unidade Escolar Roque Inocêncio Mendes com o Parque Industrial vice-presidente José de Alencar	99
Quadro 1 – Crianças matriculadas na escola por local de nascimento	100
Gráfico 14 – Alunos matriculados na Unidade Escolar, por local de nascimento.	101
Gráfico 15 – Porcentagem de crianças matriculadas, que nasceram em UF diferentes, por região/2023	102
Quadro 2 – Lugar de nascimento do responsável pela matrícula da criança na escola	103
Gráfico 16 – Local de nascimento dos pais por UF- amostragem	104
Gráfico 17 – Comparativo de distorção idade série por série- anos 2010 e 2021	105

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização  
APL – Arranjo Produtivo Local  
BNCC – Base Nacional Comum Curricular  
CIET – Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho  
CEMEI – Centro Educacional Municipal de Educação Infantil  
DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis  
DAIAG – Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia  
DC-GO – Documento Curricular para Goiás  
DCNS – Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação  
DF – Distrito Federal  
DIMAG – Distrito Industrial do Município de Aparecida de Goiânia  
DIMPE – Distrito Industrial de Pequenas Empresas de Rio Verde  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
EM – Escola Municipal  
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura  
FIEG – Federação das Indústrias do Estado de Goiás  
GEMUL – Sistema de Gestão Educacional de dados educacionais do Município de Aparecida de Goiânia  
GO – Goiás  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IMB – Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico  
IEM – Eficácia Migratória Interestadual  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC Ministério da Educação Brasil  
NIEM – Núcleo Interdisciplinar para Estudos Migratórios  
OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais  
OIM – Organização Internacional para Migrações  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PEMAS – Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais  
PIA – População em Idade Ativa

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PO – População Ocupada

PPP – Projeto Político Pedagógico

QEDU – Sistema aberto de dados educacionais do Censo escolar, prova Brasil e Ideb

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEGPLAN – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Espaciais

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e assuntos Econômicos

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UF – Unidade Federal

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância



## SUMÁRIO

	Lista de Ilustrações	11
	Lista de Abreviações e Siglas	13
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2.</b>	<b>A BUSCA PELO TRABALHO E O TRABALHADOR MIGRANTE</b>	<b>26</b>
2.1	Características Fundamentais do trabalho em Marx	27
2.2	Trabalho Alienado em Marx	30
2.3	A organização do trabalho	33
2.3.1	Os Distritos Industriais	38
2.4	A mobilidade da Força de Trabalho	40
2.5	A migração	44
2.6	O fluxo do Trabalho	49
<b>3.</b>	<b>AS INTERFACES DA MIGRAÇÃO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR</b>	<b>54</b>
3.1	O migrante Aparecidense	54
3.1.1	A cidade dormitório e o migrante de todos os dias	60
3.2	O impacto do aumento do fluxo migratório na escola	62
3.3	Os documentos que direcionam a educação brasileira e a migração	67
3.4	Reflexões sobre migração e escolarização	70
<b>4.</b>	<b>MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR: OS DADOS EM APARECIDA DE GOIÂNIA-GOIÁS</b>	<b>76</b>
4.1	Análises sobre a migração por trabalho no Brasil e em Goiás	77
4.2	O transbordamento da migração da Capital Goiânia para Aparecida de Goiânia, região metropolitana	83
4.3	O direcionamento do fluxo migratório e os distritos industriais em Aparecida de Goiânia	89
4.3.1	O Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar	94
4.4	Análise dos dados da Escola Municipal Roque Inocêncio Mendes	97
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>107</b>
<b>6</b>	<b>Referências</b>	<b>111</b>

## INTRODUÇÃO

A temática da presente pesquisa emerge da observação da realidade das crianças atendidas por instituições escolares da rede municipal de Educação de Aparecida de Goiânia – Goiás/ Brasil. Instituições escolares localizadas próximo ao Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar.

Além do aspecto empírico trazido como professora, também foram trazidas reflexões suscitadas através da leitura do livro *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (2021), referentes ao fluxo migratório de trabalhadores de cidades do nordeste brasileiro para Aparecida de Goiânia, Goiás. Famílias nordestinas, que assim como a história contada por Graciliano Ramos, sem condições de subsistir em seu local de nascimento saíram errantes em busca de trabalho.

As famílias atendidas pela escola municipal Roque Inocêncio Mendes, escolhida como contexto para pesquisa, são constituídas por uma maioria de migrantes internos, advindos de pequenas cidades do nordeste brasileiro. Essas famílias se estabeleciam na cidade de Aparecida de Goiânia, mas trabalhavam na capital do estado de Goiás, Goiânia, cuja localização é muito próxima. Deste modo, por muito tempo, Aparecida de Goiânia foi transformada no que chamamos de uma 'cidade dormitório', pois o custo de vida é inferior, tornando mais acessível a moradia e a alimentação em comparação ao da referida capital, (IMB, 2014).

A situação começou a se modificar efetivamente, após a criação e pleno funcionamento, do Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar, entre os anos de 2004 e 2010. Entre outras políticas de industrialização e geração de postos de trabalho em Aparecida Goiânia, fizeram-na passar de cidade dormitório à grande região de atração, pelo crescimento da oferta de vagas de emprego. A partir deste momento, o fluxo migratório para cidade aumentou e nas escolas públicas municipais se viu-se o aumento de crianças, que migraram com suas famílias em busca de trabalho.

O Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB, 2019), fez um comparativo do crescimento populacional por milhares de habitantes. Neste levantamento consta que, até o ano de 1970, Aparecida de Goiânia era composta por menos de 50 mil habitantes e que, em 2019, já contava com mais de 450 mil habitantes, sendo que o maior crescimento ocorreu entre os anos 2000 e 2010.

Tal período coincidiu com as articulações políticas para criação do polo, sua instalação, bem como seu pleno funcionamento que ocorreu em meados de 2010.

No mesmo estudo estatístico, o instituto demonstra que a cidade ultrapassou Anápolis no que se refere ao quantitativo populacional, mesmo contando também com polo industrial consolidado e condições de desenvolvimento semelhantes à Aparecida de Goiânia. Assim, ela se tornou a segunda cidade mais populosa do estado de Goiás, com cerca de seiscentos mil habitantes. A primeira é a capital, Goiânia, com mais de um milhão de habitantes (IBGE, 2022).

Em uma observação empírica, notou-se que os filhos destes trabalhadores se destacavam por algumas características, entre elas, o fato de algumas idas e vindas durante o período letivo que ocorria devido à dificuldade da família de se estabelecer na cidade, com moradia estável e trabalho fixo. Desse modo, isso os levava a ir e voltar de seus locais de nascimento à cidade, por algumas vezes por ano em tentativas de consolidar moradia e trabalho. Além disso, têm o desafio de se firmarem nas cidades, onde enxergaram a oferta das condições de vida que tanto buscaram. Tais dificuldades são sentidas também pelos profissionais das escolas onde os filhos destes trabalhadores são matriculados. Tanta instabilidade causa danos imensuráveis na sua aprendizagem, pois, as crianças acabam por ficar longos períodos sem frequentar qualquer instituição escolar.

As estatísticas de fluxos migratórios internos, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que estas idas e vindas acontecem até quatro vezes ao ano. E que, na maioria das vezes, as famílias levam e trazem as crianças sem conseguir que frequentem regularmente uma escola, devido a diversos fatores, tais como: a falta de documentação e oferta de vagas, por exemplo.

É neste contexto que surge a temática da nossa pesquisa. O estudo sobre essa problemática possibilita uma contribuição para compreensão dos significados da reestruturação produtiva em Aparecida de Goiânia. Essa, além de expandir a produção geograficamente, rearticula elementos da organização do trabalho. Como foi o caso do aumento da oferta de trabalho na região metropolitana, redirecionando a produção e o fluxo migratório para regiões com potencial de desenvolvimento, como o que ocorreu na cidade de Aparecida de Goiânia.

O objeto de estudo, ao qual nos dedicamos nessa pesquisa, trata-se da educação escolar das crianças em fluxo migratório com seus pais ou responsáveis, que buscam por postos de trabalho para subsistirem. Nesse âmbito, os filhos destes

trabalhadores, são então prejudicados desde o início do processo de alfabetização em virtude das dificuldades encontradas no percurso realizado por seus pais: a busca por melhores condições de vida.

O recorte do seguimento educacional será os anos iniciais do ensino fundamental, os quais geralmente contemplam crianças de 6 a 12 anos incompletos; e que estão, portanto, num período em que ocorre a aquisição da escrita e da leitura. Na primeira etapa do ensino fundamental, a assiduidade é um dos fatores primordiais para que ocorra efetivamente a aprendizagem. Frente a isso, em nossa investigação, a pergunta de pesquisa é: Como ocorreu o aumento da migração em Aparecida de Goiânia, com a criação do distrito industrial; e quais as implicações do movimento migratório tanto nas escolas quanto no processo de educação escolar das crianças em situação de migração?

A pesquisa se justifica a partir da observação acerca das crianças os quais acompanham sua família em migração e acabam por engrossar as listas dos que apresentam dificuldades de aprendizagem. A análise se pauta, principalmente, no que se refere: ao comprometimento da alfabetização em idade apropriada, à defasagem 'idade série', à assiduidade comprometida; e como tudo isso, causa um prejuízo imensurável ao desenvolvimento escolar dessas crianças.

A professora Rosana Baeninger, no prefácio do livro *Educação e Migrações* (MAZZA & NORÕES, 2014, p.13) afirma que as pesquisas relacionadas à educação e migração, possibilitam identificar na escola um lugar onde as crianças e os jovens migrantes são "sujeitos de mudanças, possibilitadas pelo espaço de vivência, de experiência e interculturalidades e que a forma como a escola lida com a problemática demanda alterações" e transformações nas normas vigentes, para melhor atendê-los.

A pesquisa supracitada propõe como pressupostos que o aumento das migrações ou fluxos migratórios internos impactam a aprendizagem dos alunos. Neste sentido, devem ser tratadas não apenas em uma de suas características, que é a problemática da assiduidade escolar. Sobretudo, deve ser vista em toda sua complexidade, levando em consideração políticas direcionadas especificamente para melhorar a aprendizagem de crianças em migração, com integração da família, analisando todo o contexto que envolve a temática.

Os fluxos migratórios por trabalho, nas reflexões levantadas pela pesquisa, devem ser também observados e trabalhados pelas escolas e em nível

governamental, com políticas educacionais, justamente por serem dos principais comprometedores do desenvolvimento escolar. O comprometimento da aprendizagem não deve ser somente medido pela assiduidade da criança, – como encontramos já citado em alguns documentos que norteiam a educação – mas, também, deve-se considerar: a defasagem ‘idade série’; a alfabetização em idade apropriada; o acesso e a permanência na escola; e a aprendizagem de forma geral. Se não observadas e reparadas de maneira apropriada, tais questões podem vir a aumentar as disparidades sociais.

No caminho traçado para pesquisa, buscou-se compreender a organização do trabalho no distrito industrial de Aparecida de Goiânia e as mudanças decorrentes nas práticas cotidianas dos trabalhadores que migraram para Aparecida de Goiânia, antes e depois de sua criação; bem como, destacar as características destes trabalhadores. Estes, vieram do interior do nordeste e de outras cidades brasileira em busca de trabalho.

Como resultado histórico do desenvolvimento capitalista, em âmbito regional, pensamos a instalação do distrito industrial e o aproveitamento do fluxo migratório de trabalhadores já existente como um processo de organização do trabalho, o qual objetivou ampliar o controle sobre o trabalhador. Trata-se, pois, de um instrumento do capital para extração do trabalho excedente, em sua dinâmica de expansão-acumulação, frente aos desafios da estagnação econômica de produção de consumo. Em decorrência dessa reestruturação produtiva do capital, observamos como as transformações repercutem no modo de vida dos trabalhadores migrantes de Aparecida de Goiânia.

Os dados do IMB (2014) demonstram que, a partir de 1970, as regiões metropolitanas de Goiânia começaram a superar a capital em números de migrantes recebidos. Entre essas regiões, Aparecida de Goiânia se destaca devido à proximidade com a capital de Goiás. Estes migrantes, em sua maioria, estavam empregados em postos de trabalho na capital, mas residiam na cidade metropolitana, pelo menor custo de vida. O estudo analisou o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) das cidades, cujas atividades industriais e de agricultura comercial são mais elevadas.

Esses municípios de IDE mais elevados são aqueles que apresentam melhores indicadores na educação, na saúde e na remuneração da mão-de-obra formal. Ainda segundo os dados do IMB (2014), tais municípios estão localizados na região

metropolitana da capital – ou seja, Sudoeste, Sul e Sudeste goianos – local em que se encontra o Município de Aparecida de Goiânia. A localização é um dos aspectos que fez atrair e aumentar fluxos migratórios para a cidade.

Entretanto, os técnicos do IMB repousam suas análises em argumentos que demonstram uma harmonia nas relações sociais existentes. Assim, se essas relações sofrem alguma pressão externa, como a migração, por exemplo, provocam um impedimento do IDE se efetivar regularmente. Isso porque esse município terá de aumentar sua demanda por políticas e recursos públicos compensatórios, superiores aos necessários previstos somente para população local. A cidade começou a enfrentar esses problemas, pois, aqueles que moravam em Aparecida e trabalhavam em Goiânia, gastavam também seu salário na capital. Sendo assim, os impostos que Aparecida arrecadava, acabavam não sendo suficientes para atender às novas demandas que surgiam.

Por isso, embora municípios como Rio Verde, Anápolis e Aparecida de Goiânia, tenham esse diferencial quanto à obtenção de recursos, especificidades devem ser consideradas devido ao processo de intensa migração, levando à necessidade de políticas públicas compensatórias, bem como investimentos em infraestrutura para a manutenção da competitividade (GOIÁS, 2006, p. 16).

O trecho acima reafirma as dificuldades enfrentadas não só por Aparecida de Goiânia, mas de outras cidades de Goiás que possuem IDE parecidos. E com o aumento dos fluxos migratórios, nestes municípios houve um desequilíbrio nos recursos e nas políticas públicas disponíveis para demandas existentes, as quais foram alteradas rapidamente pelo intenso fluxo migratório. Aparecida de Goiânia se destaca, no entanto, por ser vizinha da capital.

Entre 2004 e 2010, com a criação a pleno funcionamento de um dos principais distritos industriais da cidade de Aparecida de Goiânia, empresas e indústrias foram atraídas com benefícios, tais como: oferecimento de terreno público para instalação, isenção de impostos, entre outros. Além das benéficos oferecidas, o capital contou com o aproveitamento do fluxo migratório já existentes na cidade, mão-de-obra barata e disponível. A oferta de emprego cresceu exponencialmente e os trabalhadores, antes empregados na capital goiana, passaram a trabalhar em sua cidade de moradia.

Com isso, o número de migrantes também aumentou. Os dados prévios do Censo Demográfico do IBGE (2022) demonstram tal mudança; e no censo do período

compreendido entre 2000-2010 já é possível notar o crescimento exponencial de habitantes não nascidos em Aparecida de Goiânia. Nas estimativas para 2021, observa-se o aumento de mais de 100 mil habitantes. Em uma nova publicação no IBGE (2022), a expectativa era de que Aparecida de Goiânia ultrapassasse a marca dos 600 mil habitantes. Contudo, nas informações preliminares divulgadas, referentes ao recenseamento demográfico de 2022, constam que a cidade tem agora 601.844 moradores.

Nesse sentido, a migração vai tomando diferentes nuances, por ser necessário aos adultos e crianças se conformarem com diferentes realidades. Assim, nas escolas municipais de Aparecida de Goiânia, o reflexo desta realidade migrante se torna perceptível. Ganha destaque o aumento de número de matrículas de alunos, advindos de diferentes regiões do Brasil, principalmente do Nordeste do país. Dentre os estados de origem destes novos alunos encontramos o Maranhão – localizado numa área geográfica de transição entre as regiões Norte e Nordeste – e a Bahia, ambos pertencente à região Nordeste do Brasil.

Como alternativa para tentar amenizar o problema, professores e coordenação vêm utilizando de estratégias – como o levantamento dos nomes destes estudantes – para entrar em contato com a família devido às faltas excessivas, sem justificativa ou abandono escolar. E, quando os estudantes se encontram na escola, em sala de aula os profissionais fazem o possível para que as perdas na aprendizagem seja superada.

É notório que apenas estratégias como essas não são suficientes, pois, trata-se de uma questão que precisa ser mais aprofundada, devido a relação com o próprio sistema de produção capitalista no qual vivemos; a relação desse sistema com a classe trabalhadora e a maneira que impõem sua organização. Com isso, realizar-se-ão nas seções de exposição desta pesquisa, reflexões relacionadas ao trabalho, num modo de produção capitalista, com aprofundamentos voltados para as categorias de expansão do capital, acumulação, exército industrial de reserva, mercadoria e expropriação sob a perspectiva de Karl Marx (2004), (2017) e Friedrich Engels (2010).

Como exposto por Marx (2004), a penetração do capitalismo nas sociedades tradicionais e a conversão da maioria da população em trabalhadores assalariados, alienados dispostos a qualquer sacrifício para continuar buscando sua sobrevivência, acabam por corroborar com fenômeno da migração de massas de trabalhadores por emprego. Na Lei Geral da Acumulação Capitalista, o autor afirma que a população trabalhadora é, ao mesmo tempo, produto e alavanca da acumulação capitalista. Ou

seja, “[...] o acréscimo ou decréscimo do capital variável corresponde ao acréscimo ou decréscimo do número de trabalhadores ocupados” (MARX, 2017, p. 710).

Os fluxos migratórios internos, bem como as migrações internacionais, surgem como uma ferramenta utilizada pelo capital quando há a necessidade de aumentar o número de trabalhadores ao criar pontos estratégico, como os distritos industriais, para o direcionamento destes migrantes. Assim, essa classe trabalhadora que deixa sua terra natal e seus familiares a fim de buscar uma nova realidade produtiva, não faria isso se não fosse pela impossibilidade de produção da vida na mesma terra em que nasceram. Essas buscas por outras cidades, não se dão meramente por escolhas, mas por não haver perspectivas melhores em suas cidades natais.

Para compreendermos as relações entre o modo de produção capitalista e as categorias escolhidas e o fenômeno da migração, a presente pesquisa se embasou numa visão clássica do trabalho de Jean- Paul Gaudemar (1977), e Célia Vendramini (2018) na atualidade, que analisam o processo migratório por uma perspectiva do trabalho. Para os autores, a existência de um exército industrial de reserva de produção traz diversos benefícios ao capital, todavia, principalmente, prejudica a posição de trabalhadores regularmente empregados. Isso, pois, trata-se de uma força a favor na perda de direitos trabalhistas, o que contribui para depressão dos salários, inclusive.

Partindo da premissa de que o movimento migratório acompanha o próprio processo de expansão do capital, e considerando sua origem na expropriação do trabalho, a pesquisa é uma análise dos deslocamentos dos trabalhadores em busca de meios de produção de sua subsistência e como este processo retroalimenta a acumulação capitalista ao produzir uma população trabalhadora supérflua, disposta a ser lançada, segundo Marx (2017), em diferentes locais e ramos de produção.

Para o desenvolvimento da investigação utilizamos como metodologia a pesquisa descritiva que, segundo Antônio Carlos Gil (2002), busca descrever as características de determinado fenômeno ou população ou estabelecimento de relações entre variáveis. Sendo uma de suas características mais significativas a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.



Entre as pesquisas descritivas, salienta-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas [...] são as que propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas deste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2002, p. 42).

Sendo assim, aqui expusemos dados, como: os números de migrantes na cidade de Aparecida de Goiana e de crianças migrantes nas escolas municipais que atendem os anos iniciais do ensino fundamental durante o período estudado. Estes dados gerais são referentes a cidade, às escolas municipais da cidade e à escola escolhida. Trataremos ainda do número de empregabilidade e da média salarial dos trabalhadores empregados no distrito industrial.

No que se refere à escola, coletamos dados os quais indicam a quantidade de alunos, cujos pais são de outras localidades. Ate-mo-nos, principalmente, naqueles do nordeste brasileiro. Ademais, identificamos: a relação de alunos fora da idade série; as transferências e retornos; bem como os índices de assiduidade, abandono, reprovação e alunos aprovados com dificuldade de aprendizagem. Como instrumento de levantamento de dados, utilizamos também as atas de conselho de classe da escola pesquisada, com a descrição de alunos que precisaram de acompanhamento no Programa Mais Alfabetização<sup>1</sup>. O Programa, que garante reforço escolar, acontece no contraturno, sendo uma estratégia do Governo Federal, para o bom desenvolvimento da leitura, da escrita e dos cálculos.

Os dados gerais sobre a população brasileira e goiana foram resgatados de sites de estatísticas, tais como: IBGE e IMB. Já os dados sobre a indústria em Aparecida de Goiânia foram coletados em trabalhos realizados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Os dados acerca da migração, em geral, foram retirados de sites de órgão como, Organização das Nações Unidas (ONU),

---

<sup>1</sup> Programa mais Alfabetização, criado pela portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018. Trata-se de uma estratégia do Ministério da Educação para fortalecer as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Surgiu como estratégia diante dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/30000-uncategorised/62871-programa-mais-alfabetizacao#:~:text=O%20Programa%20Mais%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%2C%20criado,2%C2%BA%20ano%20do%20ensino%20fundamental>. Acesso em 20 de março de 2023.

Organização Internacional para Migrações (OIM) e Núcleo Interdisciplinar para Estudos Migratórios (NIEM).

Os dados escolares foram colhidos presencialmente em uma escola na região do Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar, a Escola Municipal Roque Inocêncio Mendes, que atende crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental, e no Sistema de Gestão de dados Educacionais de Aparecida (GEMUL), diretamente da secretaria da escola. A escolha da unidade escolar se deu por alguns motivos: devido à proximidade com o Parque Industrial Vice-Presidente José de Alencar; pela quantidade de alunos, que são filhos de trabalhadores migrantes, os quais trabalham no distrito industrial e pela facilidade de acessar os dados, por eu ter trabalhado na instituição.

O aumento do número das migrações internas, no território brasileiro; e as análises feitas por autores como Acácia Kuenzer (2016), apontam que devido à flexibilização do trabalho, o trabalhador é colocado em uma situação cada vez mais precária. Essa precarização faz com que os trabalhadores busquem seus meios de sobrevivências em outros lugares; e, geralmente, os filhos acompanham suas famílias. Com isso, as crianças acabam sendo prejudicadas em sua educação formal. Para elas, a possibilidade de mudança da realidade através da educação é um complicador.

A realidade pesquisa aponta que os filhos de famílias migrantes, as quais migram em busca de trabalho, futuramente só poderão seguir o destino de seus pais, caso não haja outras perspectivas de formação. Ou seja, para sua sobrevivência será ofertada a venda de sua força de trabalho, num mercado disposto a explorar, desvalorizar e continuar fomentando o contexto de uma mão de obra barata, sem qualificação e que aceite qualquer situação para continuar subsistindo.

A partir de então, revisamos os pensamentos de autores que veem a escola como um caminho para superação e não como reprodutora das mesmas dificuldades que enfrentamos com o modo de produção do capital. Pudemos observar essas dinâmicas instauradas pelas sociabilidades de alunos na fase escolar mencionada, nos contextos de origem, trânsito e recepção.

A abordagem adotada será a quali-quantitativa, já que analisamos: diversos dados estatísticos de alcance geral sobre migração interna e internacional, dados dos trabalhadores do distrito industrial; e, finalmente, documentação escolar de uma instituição do município de Aparecida de Goiânia.

Esta pesquisa também é do tipo descritivo documental, na qual identificamos fenômenos que contribuem para serem compreendidas: a migração das famílias; as dificuldades encontradas pelas crianças na escola; e como esses alunos são invisibilizados, tanto nas políticas públicas quanto nas estratégias adotadas pela escola; propondo reflexões para essa realidade.

No levantamento estatístico, entendemos como migrante todos aqueles que, por qualquer motivação não residem no município em que nasceram. Esta escolha está relacionada também pela forma como os dados são encontrados, tanto nas informações dos censos demográficos do IBGE, quanto nas fichas de matrícula da escola e mesmo nos dados disponibilizados por instituições ligadas ao Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação de Aparecida de Goiânia.

A pesquisa está apresentada em cinco seções, incluindo introdução e conclusão. As sessões de desenvolvimento se apresentam da seguinte forma:

Na seção 2 estão os estudos e apontamentos que se referem ao trabalho e sua organização e à classe trabalhadora, principalmente os trabalhadores em fluxo migratório, bem como as relações destes fluxos com a criação dos chamados distritos industriais. Descrevemos historicamente as características da cidade pesquisada e de como os fluxos migratórios foram direcionados para o estado de Goiás, a capital Goiânia e, finalmente, para Aparecida de Goiânia.

Na seção 3 tratamos das interfaces dos fluxos migratórios internos no Brasil e a escola, principalmente os impactos do aumento dos fluxos migratórios nas escolas e na educação escolar de crianças que migram com sua família. Pontuamos questões como: o comprometimento da assiduidade; a alfabetização em idade apropriada; a defasagem idade série; o acesso e a permanência na escola; a aprendizagem efetiva e o aumento das disparidades sociais.

Na seção 4 apresentamos a coleta e mensuração de dados, bem como a análise dos números referentes aos migrantes na composição demográfica da cidade de Aparecida de Goiânia, disponibilizados e elaborados pelo IBGE e IMB. Além disso, falamos da quantificação dos estudantes e migrantes matriculados na Escola Municipal Roque Inocêncio Mendes, utilizando as fichas de alunos, bem como dados gerais de matrículas da rede municipal – disponíveis no QEDu<sup>2</sup>, site aberto onde se encontram informações de dados educacionais de cidades e estados brasileiros.

---

<sup>2</sup> Esse portal é uma iniciativa inédita desenvolvida pela Meritt e Fundação Lemann. O objetivo é permitir que a sociedade brasileira saiba e acompanhe como está a qualidade do aprendizado dos alunos nas

O objetivo central, que coloca em movimento a pesquisa, é analisar o processo de instalação do distrito industrial de Aparecida de Goiânia e suas relações com o aumento de crianças migrantes na rede municipal. E com a finalidade de alcançar o referido objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Compreender as condições que ocorreram o aumento do fluxo migratório para cidade de Aparecida de Goiânia a partir de criação do Parque Industrial Vice-Presidente José de Alencar; b) Investigar as implicações do aumento da migração nas escolas municipais de Aparecida de Goiânia, tomando como contexto a Escola Municipal Roque Inocêncio Mendes; c) Refletir sobre o comprometimento do processo de educação escolar, de crianças em migração com suas famílias.

---

escolas públicas e cidades brasileiras. Usamos alta tecnologia e conceitos teóricos sólidos para desenvolver o Portal. É um portal aberto e gratuito, onde você irá encontrar informações sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil. Queremos que, por meio do QEdu, toda a sociedade brasileira tenha a oportunidade de conhecer melhor a educação no país. Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/como-usar/navegue-no-qedu/o-que-e-o-qedu/?repeat=w3tc> Acesso em 23 de março de 2023.

## 2. A BUSCA PELO TRABALHO E O TRABALHADOR MIGRANTE

E Fabiano depositou no chão parte da carga, olhou o céu, as mãos em pala na testa. Arrastara-se até ali na incerteza de que aquilo fosse realmente mudança. (...) A viagem parecia-lhe sem jeito, nem acreditava nela. Preparara-a lentamente, adiara-a, tornara a prepará-la, e só se resolvera a partir quando estava definitivamente perdido. Podia continuar a viver num cemitério? Nada o prendia àquela terra dura, acharia um lugar menos seco para enterrar-se. (RAMOS, 2010, p.114).

O objetivo desta seção é apresentar reflexões, sobre o conceito de trabalho e suas dimensões, tomando-o como categoria fundante do homem em relação à natureza. A partir de então apresentar as características fundamentais do conceito de 'trabalho', e da categoria de 'trabalho alienado' na visão de Marx (2004). Também buscamos compreender a forma como ocorre organização do trabalho, no movimento de expansão-acumulação do modo de produção capitalista<sup>3</sup>, o qual fluxos migratórios de trabalhadores em busca de trabalho; e utiliza-se dos pontos de instalação de indústrias e outras empresas criando os, polos industriais. Algumas características gerais da migração. Mas, principalmente, na Apresentamos, portanto, perspectiva do trabalho ou na mobilidade do trabalho.

Deste modo, elucidamos o conceito de 'fluxo migratório', contextualizando-o historicamente no estado de Goiás e do município de Aparecida de Goiânia. Neste contexto, consideramos, pois, que o fluxo migratório por trabalho teve seu aumento a partir da criação do Parque industrial vice-presidente José de Alencar.

---

<sup>3</sup> O modo de produção capitalista caracteriza-se por relações sociais de produção específicas, quais sejam trabalho assalariado livre (compra e venda de FORÇA DE TRABALHO) e a existência de meios de produção sob a forma de MERCADORIA. Isto é, o capitalismo implica não apenas a troca monetária, mas também a dominação do processo de produção pelo CAPITAL. O ciclo de vida do capital tem três momentos em seu circuito contínuo, D-M...P...M'-D'. O primeiro momento é a transformação do capital-dinheiro em capital produtivo (D-M, troca de dinheiro pelas mercadorias força de trabalho e meios de produção), mediada pelo capital financeiro. No segundo momento, que se desenrola na esfera de produção, há uma transformação física dos meios de produção em PRODUÇÃO, o que dá lugar ao surgimento de uma série de mercadorias (M...P...M'). Esse momento é controlado pelo capital industrial. Finalmente, as mercadorias, ou capital mercadoria, devem ser transformadas em capital-dinheiro, ou seja, devem ser realizadas. Nesse terceiro momento, tem lugar o papel do capital mercantil. (BOTTOMORE, 2012, p. 35) Livro digital disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/12/Dicion-rio-do-Pensamento-Marxista.pdf> Acesso em 27 de março de 2023

## 2.1 Características fundamentais do trabalho em Marx

Para Marx (2004), o trabalho é mediação entre homem e natureza, e dessa interação deriva todo processo de formação humana. Nesta perspectiva, o homem só se constrói homem e se reconhece como espécie humana através do trabalho. O trabalho é o principal fator para a vida do homem em sociedade, pois, transforma a natureza e, da mesma maneira, humaniza-se desenvolvendo as potencialidades humanas, físicas e intelectuais. Neste sentido, historicamente, o trabalho é condição fundamental para produção da sociedade.

Entretanto, no modo de produção capitalista, tendo como pressuposto as leis gerais da economia política ou nacional, Marx (2004) constata que pela propriedade privada dos meios de produção, houve a separação de trabalho, capital e terra, salário, lucro de capital e renda da terra. Assim, implementou-se uma divisão social do trabalho que modificou a condição dos trabalhadores, transformando em mercadoria tanto a força de trabalho deles, quanto eles próprios.

A partir da própria economia nacional, com suas próprias palavras, constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa a potência (*Macht*) e à grandeza (*Grösse*) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença ente capitalista e o rentista fundiário (*Grundrentner*) desaparece, assim como entre os agricultores e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos *proprietários* e dos *trabalhadores* sem propriedade (MARX, 2004, p. 79).

Essa constatação revela que, no capitalismo, as forças vitais do homem são efetivadas em um projeto consciente, elaborado previamente pelo sujeito e determinado por condições sociais historicamente reproduzidas. Assim, os proprietários dos meios de produção, ou seja, os capitalistas, explicam a divisão do trabalho e a troca como algo dado e acabado. Como se as relações de trabalho na doutrina da concorrência, da suposta liberdade industrial e do mercado fossem algo natural. Entretanto, Marx (2004) partindo do fato presente em seus estudos em 1884, que é a economia política, afirma que esse movimento não é natural, pois nele:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão a mais barata quanto mais mercadorias cria. Com valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não

produz somente mercadorias: ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato mercadorias em geral (MARX, 2004, p. 80 – parênteses do autor).

Marx (2004) considera duplo o caráter do trabalho: trabalho consciente e trabalho em seus estudos, alienado. O primeiro sendo trabalho em sua forma ontológica – que realiza e concretiza todas as potencialidades humanas – como um meio para o homem transformar a natureza de modo consciente<sup>4</sup>. E o segundo, o trabalho maquinal, sendo ele oposto, inconsciente, característico do modo de produção capitalista. Responsável pela alienação humana.

No trabalho consciente o homem realiza seu potencial, pois, é por meio dele que se torna efetivo o mundo. Considerado em sua forma ontológica, é a verdadeira expressão de liberdade e faz do homem um ser genérico.

O homem como ser genérico, é outra determinação presente no trabalho. Em Marx (2004), é o momento em que ele se vê diante de si enquanto gênero humano, pertencente a uma universalidade. Seria assim a relação do homem com o outro, do sujeito particular, enquanto ser social.

A vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual vive [...] fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecerem na forma de alimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira (MARX, 2004, p.84 – parênteses do autor).

Para Marx (2004), a natureza é a fonte de todos os meios de trabalho, dos objetos que vão ser trabalhados. A natureza é a dimensão na qual se desenrola o processo do trabalho, onde isto acontece.

O animal é imediatamente um com sua atividade vital. Não se distingue dela é ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto de sua vontade e consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal (MARX, 2004, p. 84).

---

<sup>4</sup> No sentido oposto de consciente ou descrito por István Mészáros, onde o desenvolvimento da consciência de classe é um processo dialético: é uma 'inevitabilidade histórica' precisamente na medida em que a tarefa é realizada através da mediação necessária de uma atuação humana consciente. Isso requer, inevitavelmente, algum tipo de organização – seja a constituição de partidos, ou de outras formas de mediação coletiva – estruturada segundo as condições sócio-históricas específicas que predominam em uma época particular, com o objetivo estratégico global de intervenções dinâmicas no curso do desenvolvimento social. A consciência da classe proletária seria então “[...] a consciência do trabalhador de seu ser social enquanto ser enquistado no antagonismo estrutural necessário da sociedade capitalista [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 72).

Assim, o homem como ser genérico trabalha de forma livre e consciente, diferentemente dos animais que trabalham apenas para sua própria conservação. Pelo caráter reflexivo e consciente que o trabalho humano se distingue do trabalho dos animais. O homem consegue conceber concretamente suas ideias a priori em sua mente aquilo que construirá se se materializará depois.

É verdade que o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto que no homem se defronta livre[mente] com o seu produto (MARX, 2004, p. 85).

O fato de o ser humano se apropriar da natureza e transformar o meio a sua volta, como já colocado, não é o que exclusivamente o diferencia de outras espécies, tendo em vista que todo animal, de uma forma ou de outra, apropria-se da natureza e a modifica para garantir sua sobrevivência. O que diferencia a humanidade dos outros animais é o planejamento de suas ações e a intencionalidade com a qual o homem transforma a natureza.

De acordo com Marx (2004), na interação com a natureza, o homem produz objetivamente e subjetivamente algo para satisfazer suas necessidades naturais e sociais, dotando sua produção de utilidade social ou valor de uso. Essa relação com a natureza corresponde ao pressuposto de que para fazer história, e com isso a sociedade. O esforço empenhado na produção dos meios necessários para satisfação das necessidades do homem, é condição fundamental de sua existência material e individual. Reproduzida cotidianamente o primeiro ato histórico.

Assim, para Marx (2004), o trabalho é condição fundamental para produção da sociedade historicamente, apresentando-se enquanto relações sociais de produção – sejam elas entre o trabalhador e a atividade de seu trabalho; entre o trabalhador e o produto de seu trabalho; e nas relações sociais de classe. Ou seja, trata-se de uma prática elaborada previamente e determinada por condições históricas e sociais. O trabalho passa, pois, de uma relação natural a uma relação social, com espaços, funções e práticas desiguais, tais como a divisão social do trabalho.

O desenvolvimento histórico da prática do trabalho repercutiu em todos os sujeitos e na organização social. Partindo da estrutura societal capitalista, o modo



de vida engendrado no e pelo trabalho fez com que a cabeça planejasse, mas, mãos alheias passassem a executar o trabalho.

## 2.2 Trabalho alienado em Marx

Marx (2004) afirma que o trabalho, no modo de produção capitalista, não tem seu controle determinado pelas necessidades humanas, mas sim pela necessidade de reprodução privada do trabalho alheio. Então, no sistema capitalista, o trabalho é a exteriorização da natureza humana, e ao mesmo tempo é alheio e estranho ao ser humano.

A alienação do trabalhador inverte a condição ontológica do trabalho e apresenta uma ruptura com o trabalho consciente, que idealmente realiza e é meio realizador das potencialidades humanas. Sem a consciência do sujeito, sem o indivíduo compreender a natureza do seu trabalho, bem como das relações de trabalho, este, torna-se alienado, atendendo unicamente às necessidades do modo de produção capitalista, reduzindo o trabalhador também a uma mercadoria.

O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque precisamente é um ser consciente faz de sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência. [...] É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, o castor, formiga, etc. No entanto produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz universal [mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre de carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre [mente] com seu produto (MARX, 2004, p.85).

Marx (2004) aponta assim que quando o trabalho apresenta caráter maquinal, estranhado, quando este não pode mais ser analisado apenas como categoria ontológica, corresponde à alienação do trabalhador ou ao trabalho alienado.

Para o modo de produção capitalista o trabalhador não passa de uma mercadoria necessária para produzir outras mercadorias. O sujeito que trabalha passa a ser capital vivo e sua vida é resumida a gerar lucro, a produzir riqueza. Na concepção de Marx (2004), quanto mais riqueza o ser humano gera, menos pode possuir mercadorias para si. Decorrendo disto redução de sua humanidade, pois é rebaixado à condição de mercadoria; e só considerado enquanto produz.

Quando ocorre o estranhamento entre o trabalhador e o produto que por ele é produzido, ele está se auto alienando. Na medida em que o trabalho não priva, apenas o trabalhador do que ele produz, mas o priva dele mesmo. No trabalho alienado, ao invés de ocorrer a libertação do homem, o trabalho se torna um martírio para ele. Com isso, a pessoa se sente realizada e liberta, apenas fora dele.

No sistema capitalista, o produto do trabalho humano é defrontado com o produtor, um ser estranho. E quanto mais objetos o trabalhador produz, menos ele pode possuir e mais fica sob o domínio do capital. Quanto mais o sujeito se desgasta trabalhando, mais se torna escravo do objeto que produz.

[...] o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir, que quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobres de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador [...] (MARX, 2004, p.82).

Isso ocorre porque o sistema capitalista coloca para o trabalhador que seu produto não é apenas materializado como um objeto, mas algo que existe fora dele, independente dele e estranho a ele. “A mercadoria produzida pelo trabalhador se torna autônoma e o defronta de forma hostil e estranha.” (MARX, 2004, p. 80).

A condição histórica do capital se caracteriza quando o trabalho assume para o próprio trabalhador a condição de mercadoria, vendida por ele sob o pagamento de salário. Assim, o trabalho assalariado é um dos elementos do modo de produção capitalista.

A relação estranhada do trabalhador com o produto de seu trabalho e de sua atividade produtiva traz o estranhamento de si e de sua essência humana, pois, é através de seu trabalho que o homem se torna homem. Torna-se estranho a si e a própria essência humana e, por meio do trabalho estranhado, formam-se as relações capitalistas de produção pelas quais o estranhamento de si e de sua ação produtiva transformam o homem em mais uma mercadoria a serviço da produção capitalista.

O estranhamento do produto do trabalho significa, então, o estranhamento do homem pelo próprio homem. Equivale dizer que as relações e os conflitos das classes sociais são constituídos neste processo. Tais relações no capitalismo representam a dominação do processo do trabalho pelos donos dos meios de produção, a burguesia.

Essa dominação não é só dos meios de produção, mas também da forma como o trabalho se organiza, com a finalidade de valorizar e reproduzir o capital da burguesia. As formas dominantes sobre o trabalho, ocorrem por meio da expropriação do trabalho com valor excedente, ou 'mais-valia', como chamada por Marx.

O modo de produção acaba por afetar o modo de vida do trabalhador, o meio particular da atividade produtiva é também um meio definido de expressões materiais, seja em produtos ou ideias. Ou seja, o processo de trabalho sob uma determinada forma de produção determina como os indivíduos manifestam seu modo de vida. Marx

Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhes são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estarão para a sua produção e seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens. Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação, para o seu castigo assim [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. (MARX, 2004, p. 87).

O modo de produção capitalista, apresenta-se como processo de trabalho, um amplo processo que se diversifica e se especializa na chamada divisão do trabalho. Principalmente sob dois fatores: o planejamento e a divisão do trabalho. Ou melhor, as funções de vigilância e controle; e as funções do trabalho manual.

A organização do processo de trabalho estranhado, precarizado, é um meio de enriquecimento e subordinação por parte da classe burguesa, sendo também uma fonte de estranhamento social. Já que principalmente por conta da divisão do trabalho em trabalho intelectual e manual.

Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta[última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalho com a produção [...] (MARX, 2004, p. 88-89).

No modo de produção capitalista, a diferença específica é a relação de compra e venda da força de trabalho. O trabalhador não tem outra opção para sobreviver a não ser dispor do único meio que possui: vender sua força de trabalho a quem queira comprá-la, ou seja, àqueles que possuem os meios de pagar pela sua subsistência.

Para Marx (2004), essa relação entre a mão de obra e o dono dos meios de produção é uma relação em que o trabalhador sempre é subalternizado, pois ele sempre terá prejuízos em sua condição precarizada. As oscilações súbitas de preços, por exemplo, atingem mais o salário que o lucro, porque o trabalhador não ganha com

os ganhos do capitalista, contudo, necessariamente, o empregado perde quando o patrão perde.

O homem se transforma em uma mercadoria, que ora é necessária num lugar em maior abundância, ora em menor abundância e ora não é mais necessária. Essa relação do capital com o trabalhador, revela todo melindre do capital na organização trabalho.

### **2.3 A organização do trabalho**

Para compreendermos a situação do trabalhador da nossa contemporaneidade é necessário pensarmos nas relações travadas com as necessidades do capital. Desta forma, é preciso analisar a formação da classe trabalhadora concomitantemente à revolução industrial, ou seja, no movimento que faz emergir o modo de produção capitalista.

A instalação das indústrias na Inglaterra levou à expropriação das terras em que viviam os camponeses no sistema feudal e, conseqüentemente, implicou o redirecionamento destes trabalhadores rurais para o trabalho nas indústrias das grandes cidades (ENGELS, 2010).

No século XIX, a invenção da máquina a vapor e o surgimento das máquinas destinadas a processar algodão desencadearam uma revolução industrial, que transformou a sociedade burguesa em seu conjunto e cujo principal resultado foi o aparecimento do proletariado, ou a chamada 'classe dos trabalhadores'.

A princípio, Engels (2010) afirma que as práticas da fiação e da tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador. Em geral, as famílias viviam nos campos próximos às cidades; e o mercado interno absorvia sua produção, porque não existia concorrência. O que os trabalhadores ganhavam era suficiente para garantir sua existência e, assim, faziam o seu próprio tempo de trabalho e, no tempo ocioso que tinham, plantavam numa porção de terra para a própria alimentação.

Afastados das cidades, nelas praticamente não entravam, porque entregavam, mediante pagamento de seu trabalho, o fio e o tecido a agentes itinerantes- de modo que, velhos moradores das proximidades das cidades, nunca haviam ido a elas, até o momento em que as máquinas os despojaram de seu ganha-pão, obrigando-os a procurarem trabalho nas cidades (ENGELS, 2010, p. 46).

Para tanto, com a invenção de Jenny<sup>5</sup> que precisava de mãos robustas para seu manuseio, os homens passaram a fiar e a família passou a viver do que seu chefe ganhava no tear. Assim, Iniciando a divisão do trabalho entre fiação e tecelagem (ENGELS, 2010). E os trabalhadores, à procura de trabalho, expropriados de seus meios de subsistência, lançados à própria sorte, procuraram as cidades onde se instalaram as primeiras indústrias. Eles eram a mão de obra de que precisava o capital. E o capital contribuiu para expropriação de seus meios de subsistência, para tê-los a sua disposição.

A classe dos tecelões-agricultores, gradativamente, foi sendo absorvida pela classe emergente de tecelões, a qual vivia apenas de seu salário e não possuía propriedades. Os tecelões, tornaram-se, pois, proletários. (ENGELS, 2010).

Desde o início da revolução industrial, a concorrência deu origem ao proletariado: “o salário dos tecelões, pelo crescimento da demanda de tecidos, induziu os camponeses-tecelões a abandonarem a agricultura.” Deste modo, eles passaram a se dedicar apenas à tecelagem para ganhar mais. (ENGELS, 2010, p. 117).

O surgimento da grande exploração agrícola expropriou os pequenos camponeses, reduzindo-os à condição de proletariado e despejou a maioria deles nas cidades. Sem casa, sem alimentação ou mesmo meios para continuar subsistindo. Naquele momento, obrigados a vender sua força de trabalho a qualquer preço, a quem quisesse comprar, os camponeses se tornaram parte de uma classe, supostamente livre. Eram livres para vender sua força de trabalho, onde quisessem, ou onde o capital viesse a precisar dela.

E se há mais operários que aqueles que à burguesia interessa empregar, se, ao término da luta concorrencial entre eles, ainda resta um contingente sem trabalho, esse contingente deverá morrer de fome, porque o burguês só lhe oferecerá emprego se puder vender com o lucro o produto de seu trabalho (ENGELS, 2010, p. 119).

Engels (2010) ainda ressalta que, para falar com clareza, o operário é – de direito e de fato – um escravo da classe proletária, da burguesia. Ele é seu escravo a ponto de ser vendido como uma mercadoria e, tal como uma mercadoria, seu preço aumenta e diminui, conforme sua necessidade e dificuldade em consegui-la.

---

<sup>5</sup> Jenny de fiação, uma estrutura de fiação, criada por James Hargreaves, por volta de 1764, foi chamada de *spinning jenny* (nome que homenageava sua filha Jenny) um avanço para a indústria têxtil. Embora precisasse ser acionada manualmente, jenny foi a primeira invenção que transformou profundamente a vida do trabalhador nas fábricas. A invenção, que ao invés de ter um só fuso como a roda comum dia fiar a mão, tinha dezesseis ou dezoito fusos, acionados por um único trabalhador. (ENGELS, 2004, p.46)

Neste movimento, segundo Engels (2010), grande parte da pequena burguesia foi arruinada e lançada às fileiras do proletariado. O capital se concentrou em poucas mãos e a população pobre se aglutinou nas grandes cidades que surgiram. E quanto mais trabalhadores havia à procura de vender sua força de trabalho, mais crescia a vantagem de poder do patrão. Porque, este podia escolher quem iria trabalhar em sua fábrica ou indústria. Por outro lado, poucas vantagens sobravam ao trabalhador desempregado:

A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por tudo e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se tratava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo ao outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se cruze o caminho e tente disputar seu lugar (ENGELS, 2010, p. 117).

O trabalhador é tratado pelo dono dos meios de produção como uma mercadoria, qualquer mercadoria que este precise para sua produção. Engels (2004) afirma que a demanda de trabalhadores, assim como a demanda de qualquer outra mercadoria, regula sua produção. Ou seja, a quantidade de indivíduos produzidos, uma vez que a acelera quando é muito lenta e a trava quando é muito rápida.

De tudo isso resulta que sempre, salvo nos curtos períodos de grande prosperidade, a indústria inglesa tem a necessidade de uma reserva de trabalhadores desempregados precisamente para que possa produzir, durante os meses de maior atividade, a massa de mercadorias que o mercado reclama (ENGELS, 2010).

Essa reserva – que durante as crises envolve uma enorme massa e, nos períodos de que medeiam entre uma crise e outra, uma grande quantidade de trabalhadores – é a ‘população supérflua’ da Inglaterra, que arrasta uma existência penosa, mendigando e roubando, varrendo ruas e recolhendo imundícies, transportando coisas com um carrinho de mão ou um burro, fazendo comércio ambulante ou biscates (ENGELS, 2010, p. 126).

Na medida em que o capitalismo avança no mundo do trabalho, suas configurações e suas dinâmicas são alteradas. E, à medida que emerge um padrão de acumulação mais vigoroso, com centralidade na expansão industrial, ocorre a formação de um novo mundo do trabalho.

Onde a exploração do trabalho e as estratégias de concorrência adotadas pelas grandes empresas são uma grande força. O sistema de produção capitalista se expande a partir da acumulação do capital, essa expansão é pautada na exploração dos trabalhadores. Contudo, em sua essência, os limites desse modo de produção

enfrentam crises, as quais podem ser entendidas como crises cíclicas e estruturais, durante seus processos de expansão e retração.

Sobre essa questão, Engels (2010) já ressaltava que,

Quem garante o operário que, para arranjar emprego, lhe basta boa vontade para trabalhar, que a honestidade, a diligência, a parcimônia e todas as outras numerosas virtudes que a ajuizada burguesia lhe recomenda são para ele realmente o caminho da felicidade? Ninguém. A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por tudo e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se tratava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo ao outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se cruze o caminho e tente disputar seu lugar. (ENGELS, 2010, p. 117).

A organização do trabalho, de acordo com o modo de produção capitalista, desde o princípio, move famílias a buscar condições de vida onde quer que o capital o direcione. Ou seja, as famílias trabalhadoras estarão onde quer que o capital aponte que precise delas. Seja naquele contexto ou em nosso estudo de caso; sejam nos distritos industriais da Inglaterra do final do século XIX, ou seja, no Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar, em Aparecida de Goiânia no ano de 2023. Em ambos os casos, as famílias cumprem o mesmo papel no modo de produção capitalista.

O grande estabelecimento industrial demanda muitos operários, que trabalham em conjunto numa mesma edificação; eles devem morar juntos e próximos- e por isso, onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila. Os operários têm necessidades cuja satisfação depende de outras pessoas que acorrem à vila: artesãos, alfaiates, sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros (ENGELS, 2004, p.64).

Com esses trabalhadores em busca de meios para continuar subsistido, originaram-se os fluxos migratórios. Eles procuraram por regiões que, assim como descreveu Engels (2010), oferecessem grande oferta de trabalho, e as encontra, nas regiões mais industrializadas. Esses trabalhadores não se empregam apenas nas indústrias, mas estão presentes em toda uma cadeia produtiva, instalada em torno delas. Os migrantes são, além de responsáveis pelo aumento do consumo na própria localidade em que se instalam, ferramentas de controle de salários e acabam por proporcionar até mesmo a perda de direitos dos trabalhadores, como veremos mais adiante.

Ainda no contexto inglês, identificamos que os fluxos migratórios, dentro do modo de produção capitalista, historicamente, iniciaram-se não só do campo para cidade. Houve uma migração interna na Inglaterra, mas, com o tempo, a possibilidade

de uma vida melhor atraiu os irlandeses, que concorriam nos trabalhos e nas atividades que o mais pobre dos proletários ingleses não queria executar.

Sobre o crescimento das indústrias e os fluxos migratórios da zona rural para as cidades e de outros países, em especial a Irlanda para os grandes centros industrializados da Inglaterra, Engels (2010, p.59) diz:

A veloz expansão da indústria determinou a demanda de mais braços; os salários aumentaram e, em consequência, batalhões de trabalhadores das regiões agrícolas emigraram para as cidades – a população cresceu rapidamente e quase todo acréscimo ocorreu na classe dos proletários [...] o desenvolvimento industrial começou a atrair para Inglaterra uma multidão de irlandeses.

A chegada de um grande número de trabalhadores nas cidades industriais inglesas acaba por influenciar a concorrência pelo trabalho, abaixando os salários e interferindo até mesmo nas conquistas de direitos pelos trabalhistas.

Portanto, afirmamos que o modo de produção capitalista se aproveita do direcionamento dos fluxos migratórios de trabalhadores, sejam migrações internas ou externas, para alimentar sua produção e aumentar os lucros. Assim, para Engels (2010), o cerne do problema nas cidades está: na propriedade privada e na exploração do trabalhador; na concentração dos meios de produção nas mãos de uma classe; e na exploração do trabalhador, situação que pouco se alterou na sociedade atual.

Dito isso, passamos a refletir sobre tal organização no início da Revolução Industrial, assim como propôs Engels (2010). Bem como, analisamos a formação do exército industrial de reserva, cunhado por Marx (2017). O objetivo, foi contextualizarmos os conceitos e entendermos melhor como são engrossados os movimentos migratórios. Para daí, apreendermos as condições do modo de organização da classe trabalhadora específica, do fluxo migratório para Aparecida de Goiânia.

Com isso, o trabalhador migrante, além de mercadoria mais barata, acaba por se tornar uma ferramenta nas mãos do capital para passar por suas crises, como aprofundaremos a seguir. Gaudemar (1977) vai denominar esses movimentos como 'mobilidade do trabalho'. Outra ferramenta é a criação dos chamados distritos industriais, criados pelo capital em locais estratégicos.



### 2.3.1. Os Distritos Industriais

O conceito de distrito industrial, segundo Alfred Marshall (1920), surgiu no século XIX, buscando caracterizar os locais, no entorno das cidades inglesas que se concentravam as industriais. Trata-se de um espaço geográfico formado por um conglomerado de indústrias e empresas – de pequeno, médio e grande porte – as quais produzem tanto para o consumo do próprio país como para exportação. Alfred Marshall, (1920) diz que, para o capital, são o meio pelo qual é possível alcançar políticas públicas de desenvolvimento e geração de emprego de determinada região.

Os chamados também chamados Arranjos Produtivos Locais (APL), “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – e que apresentam vínculos mesmo que incipientes.” (CASSIOLATO & LASTRES, 2003, p. 3)

Para Marshall (1920) a concentração espacial de firmas pode prover ao conjunto de produtores certas vantagens competitivas que não seriam verificadas caso eles estivessem atuando em regiões distantes umas das outras. Além disso, Marshall destaca o papel dos trabalhadores como disseminadores de informação e experiência, dentro do distrito, e dá importância tanto para as relações comerciais como para os aspectos socioculturais.

A cidade de Aparecida de Goiânia, conta hoje com quatro distritos industriais e foram criados ao longo dos anos de 1993 a 2004. O primeiro distrito criado foi o Distrito Industrial do Município de Aparecida de Goiânia (DIMAG), declarado como sendo de utilidade pública, autorizando assim, pela Lei Municipal de nº 1258/93, a desapropriar a área na qual seria instalada o distrito. E, através da Lei nº 1470/95, o município criou o distrito, localizado no Jardim Eldorado, com uma área de mais de 580 mil metros quadrados, podendo abrigar empresas dos ramos industrial, comercial e de prestação de serviços. O distrito está em uma localização próxima à BR-153 ao Esse distrito, sem nenhuma infraestrutura oferecida, é o menos desenvolvido e o que mais sofre com esses problemas.

A lei do DIMAG especifica que a finalidade do distrito é gerar empregos e investimentos de capitais, assegurando uma melhor arrecadação de tributos, buscando conter os problemas sociais. O Polo Empresarial Goiás foi o segundo lançado em Aparecida pela Lei Municipal nº 1623, de 13 de junho de 1997; e a Lei nº 1624, da mesma data, possibilitou a desapropriação dos imóveis num total de

aproximadamente 100 alqueires criando o polo. Em 2002, a Lei Municipal n° 2264 desapropriou mais 51.000m<sup>2</sup> para expansão do polo. O distrito empresarial possui a melhor localização entre os distritos, situado às margens da BR-153, visível aos olhos dos que passam por ali.

Em 2004, o município declarou outro polo como sendo de utilidade pública e desapropriou mais duas áreas diferentes, através da Lei n° 2473 de 9 de julho de 2004. E, ainda, na mesma data, criou o Parque Industrial Aparecida, com 36 alqueires; e o Polo Municipal de Reciclagem, através da Lei n° 2472, em 2010, foi o nome foi alterado de Distrito Industrial Aparecida para Parque industrial Vice-presidente José de Alencar.

Os chamados, distritos, polo ou parque industriais são, ao mesmo tempo, o novo modo de concentração dos donos dos meios de produção e fonte de atração do trabalhador que busca essas localidades para conseguir trabalho.

Figura 1: Imagem panorâmica do Parque industrial Vice-presidente José de Alencar-Aparecida de Goiânia-Goiás.



Fonte: Portal da Prefeitura de Aparecida de Goiânia. Disponível em: <https://www.aparecida.go.gov.br/parque-industrial-vice-presidente-jose-alencar/> último acesso em 04/03/2023.

## 2.4 A mobilidade da força de trabalho

Os estudos sobre mobilidade do trabalho são desdobramentos dos debates sobre a migração, que apresentam motivações das mais diversas para o acontecimento de tal fenômeno social. Dentre as inúmeras motivações, a busca pelo trabalho aparece na centralidade. Para Ednelson Mariano Dota (2019), a questão acerca da mobilidade do trabalho deve ser, então, acrescentada nos debates sobre migração.

Para Gaudemar (1977), o trabalho tem mobilidade porque se tornou uma mercadoria, a mercadoria é entendida por ele como a força do trabalho vendida pelo trabalhador. O autor considera que toda mobilidade do trabalho é forçada, tendo em vista ser oriunda de um processo histórico o qual obriga que o trabalhador aceite as condições de trabalho existentes e impostas a ele. Desta forma, a mobilidade é caracterizada num duplo sentido, sendo elas: a mobilidade espacial, diz respeito à maneira como o trabalho se expande para formar o mercado de trabalho; e a mobilidade social, refere-se à mobilidade entre os setores da produção e entre as funções do processo produtivo.

O conceito de mobilidade do trabalho, de Gaudemar (1977), vai além do deslocamento espacial. Na perspectiva do pesquisador, trata-se da característica da força de trabalho, a qual permite sua utilização pelo capital e conduz a existência das próprias condições de acumulação. Ressaltando que o trabalhador é portador da mercadoria força de trabalho, mas nem sempre ele consegue utilizá-la. Sendo assim, as transformações cotidianas e técnicas de seu uso produtivo são incorporadas, bem como sua formação histórica e sua reprodução.

No entanto os homens estão disponíveis, o seu trabalho compra-se e vende-se facilmente num mercado alimentado permanentemente pelos desempregados e rurais desenraizados. Então, o que significa então esta contradição do discurso ricardiano, senão que os homens devem aceitar não apenas deslocar-se, mas também prestar-se às exigências da produção? O espaço em que as transformações se tornam determinadas não é já o espaço geográfico, suporte de produção agrícola, mas o novo espaço produtivo, o espaço industrial. É no seio deste espaço que os homens se vão deslocar, isto é, vão se colocados, deslocados, depois recolocados ao ritmo do desenvolvimento da maquiaria e da acumulação do capital segundo o poder produtivo que lhes for reconhecido, numa palavra, vão ser considerados como [móveis] (GAUDEMAR, 1977, p. 56-57).

Para Gaudemar (1977), a produção da mobilidade da força de trabalho passa pela acumulação do capital, chamada por Marx (2017) de acumulação primitiva.

Os homens se tornaram móveis e mobilizáveis, sendo esta sua condição de existir, ser ofertante da força de trabalho num mercado para esta mercadoria e atuar neste mercado. O trabalhador deve se submeter a uma das suas imposições construídas historicamente que é a necessidade de migrar, para continuar vendendo sua mercadoria – força de trabalho.

Por sua vez, o termo ‘acumulação primitiva’, em Marx (2017), serve para designar o início do período histórico e social no qual se dá as condições primeiras, necessárias para a valorização e a reprodução do capital sob o meio de produção capitalista. O autor analisa como o capitalismo criou suas próprias condições sociais de reprodução em bases ainda não capitalistas.

Assim à chama acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista surge da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela. O produtor direto, o trabalhador, só pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de sua força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela [...] (MARX, 2017, p.786).

O capital produz, pela expropriação das terras do servo feudal, as condições de apropriação tanto dos recursos naturais quanto da mão de obra necessária. Esses serão os meios exigidos para o processo de sua reprodução.

Para Marx (2017), o modo de produção capitalista pressupõe a relação dos meios de produção enquanto capital. Isso significa dizer que o espaço, o trabalho e os demais meios de produção assumem a forma de mercadorias disponíveis para a troca e a comercialização no mercado. E, ainda, equivale inferir que tanto o consumo quanto a interação destes elementos estão subordinados à propriedade privada.

Já em Gaudemar (1977), percebe-se que se a força de trabalho é vista como uma mercadoria, deve ser analisada segundo os aspectos de sua presença no mercado. Assim, a força de trabalho deve ser analisada segundo sua produção, circulação e utilização. Ou seja, examinada em decorrência de sua constituição histórica, de seu valor de uso e de seu valor de troca, num processo contínuo de acumulação do capital. Destarte, o trabalhador do qual tratamos, além de ser ocasionalmente migrante, também é móvel na sua constante adaptação às necessidades impostas pelas condições de trabalho.

Sob essa perspectiva, enfatizamos que a mercadoria para Marx (2017) é a forma em que se apresenta a riqueza na sociedade, sob domínio do modo de produção capitalista. E a forma como se encontra neste modo de produção, deve-se à divisão do trabalho. E assim, do ponto de vista da economia política, a mercadoria é uma realidade imediata. Se fossemos definir mercadoria, fora do modo de produção capitalista, poderíamos dizer que é algo que pelas suas propriedades satisfaz as necessidades humanas, sejam elas de qualquer espécie.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tão pouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou diretamente, como meio de produção (MARX, 2004, p. 113).

No entanto, contrariamente, num contexto de produção capitalista as mercadorias não possuem valor nelas mesmas, possuem apenas valor de uso ou propriedade ao satisfazer as necessidades do ser humano, pois, esse valor é o resultado de um processo histórico. Apenas quando estas mercadorias são acrescidas da força do trabalho humano podemos vê-las como uma forma exterior, a qual é colocada no trâmite da barganha ao adquirir valor de troca. Assim, a forma de valor se torna dominante vinculada ao produto advindo da atividade humana, o qual agora se caracteriza como mercadoria (MARX, 2017, p.118-119).

Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social.

O valor em si se torna objeto e a substância do valor é sempre construída pelo trabalho. O valor de uma mercadoria, então, é constituído pelo tempo de trabalho socialmente gasto para sua constituição.

Assim, um valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contido. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como horas, dia etc. (MARX, 2004, p. 116).

Um produto para se tornar mercadoria não pode ser produzido como meio de subsistência, há de se ter uma separação entre valor de uso e valor de troca. E tal separação só acontece no capitalismo. Neste modo de produção tudo se transforma

em mercadoria, inclusive, a força de trabalho, vendida pelo trabalhador assim como o próprio trabalhador é vendido.

Na teorização de Gaudemar (1977) a mobilidade do trabalho, possibilita analisar elementos da constituição da força de trabalho e da sua submissão às necessidades do capital que tornam a decisão de migrar não individualizadas. Deste modo, a procura de melhores condições de vida e trabalho, não é apenas uma decisão individual por migrar. Todavia, trata-se de uma imposição de ordem estrutural do modo de produção capitalista, a qual direciona o trabalhador de acordo com suas necessidades básicas e imediatas. Nessa estrutura societal, seja a necessidade de um território ou de uma função de trabalho, a prática da migração é moldada nos termos da relação com o capital. Reproduz, pois, continuamente, um exército de trabalhadores aparentemente 'livres' os quais ofertam sua força de trabalho como mercadoria. Mercadoria passa a ser comprada no território determinado pelo capital.

Para Vendramini (2018), a compreensão da essência do movimento que gera a necessidade da migração é entender também as forças que movem o capital na direção de sua crescente valorização. O crescimento do capital, por sua vez, se dá por meio da extração de mais valor, que produzem imensos contingentes de trabalhadores completamente disponíveis para o trabalho.

Expropriação e o desenvolvimento da maquinaria intrínsecos ao processo de acumulação do capital, produz crescente grupo de trabalhadores desempregados ou subdesempregos dispostos a mover-se a qualquer lugar que prometa um emprego e dispostos a trabalhar em qualquer ramo da produção (VENDRAMINI, 2018. p. 244).

Onde a exploração do trabalho e as estratégias de concorrência adotadas pelas grandes empresas são uma grande força, o sistema de produção capitalista se expande a partir da acumulação do capital. Essa expansão é pautada na exploração dos trabalhadores, não obstante, modo de produção tem limites e enfrenta crises durante seus processos de expansão. Crises, as quais podem ser entendidas como cíclicas e estruturais.

A crise estrutural do capitalismo ocorre com a reestruturação produtiva, momentos em que se intensificam o decréscimo da taxa de lucro e o enfraquecimento do modelo de organização do trabalho taylorista- fordista<sup>6</sup>. Com isso,

---

<sup>6</sup> se notabilizou por representar uma racionalização da produção e do trabalho que inovou a grande indústria a partir da segunda década do século XX ao estabelecer elementos técnicos e organizacionais como a produção em série, o controle de tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista, a

o sistema de produção capitalista adotou um novo modelo de organização do trabalho, o toyotismo<sup>7</sup>. Um modelo de acumulação flexível, com o intuito de reestruturar o processo de acumulação do capital.

O que denominamos de Toyotismo implica a constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica a adoção de dispositivos organizacionais como, por exemplo, o just-intime/kanban ou o kaizen, que pressupõem, por outro lado, como nexos essenciais, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento proativo do operário ou empregado [...] Além disso, o novo empreendimento capitalista implica a produção flexível em seus múltiplos aspectos, seja através da contratação salarial, do perfil profissional ou das novas máquinas de base microeletrônica e informacional; e a produção difusa significa a adoção ampliada da terceirização e das redes de subcontratação (ALVES, 2007, p.158).

Com essa nova forma de organização da produção, vieram no pacote: a globalização financeira e o neoliberalismo. Ambos se caracterizaram pelos desmontes das conquistas políticas e sociais da classe trabalhadora, pela precarização dos processos de trabalho, pela terceirização de serviços. E, mais recentemente, há o fenômeno da uberização<sup>8</sup>, parte dos direitos de determinada parcela da população, que ou se vê desempregada ou aceita as imposições precarizadas as quais o modo de produção vigente lhe oferece.

## 2.5 A migração

A OIM<sup>9</sup>, estabelecida em 1951, pela Agência da Organização das Nações Unidas (ONU), para migrações, é o principal organismo intergovernamental no campo da migração.

---

fragmentação das funções laborais, a constituição do operário-massa e as unidades fabris concentradas e verticalizadas. (FERREIRA, 2017, p. 94-95)

<sup>7</sup> uma forma de produção que tem como fundamento o paradigma da acumulação flexível e foi assim denominada por ter sido a fábrica de veículos japonesa Toyota a instituição pioneira desse tipo de gestão. Sua origem está vinculada às diversas transformações políticas sociais e econômicas que o mundo sofreu a partir da crise do sistema capitalista do final da década de 1970. (FERREIRA, 2017, p. 95)

<sup>8</sup> um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo assim, a aparência de 'prestação de serviços' e obliterando as relações de assalariamento e de exploração. (ANTUNES, 2020. P. 11)

<sup>9</sup> Organização Internacional para as Migrações (OIM) está em 150 países e está presente no Brasil desde 2016. E trabalha em seis eixos: proteção e assistência ao migrante, imigração e gestão de

“A OIM, com o intuito de consolidar num único texto a terminologia utilizada na área da migração – para profissionais, funcionários do governo, estudantes entre outros interessados – elaborou e publicou um glossário<sup>10</sup> “ (OIM, 2009, p.40) sobre migração. *Migration Handbook*, Manual da Migração, editado por P. J. Van Krieken. Alguns dos termos utilizados neste texto foram retirados deste glossário, sendo comparados com a visão de outros autores.

Nesta pesquisa utilizamos o termo migração, sendo ela internacional ou interna, por diferentes causas, durante todo o texto para falar das mobilidades humanas. O Glossário da OIM (2009, p.40) define migração como:

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos.

No que se refere à localização onde ocorre, a OIM (2009) define dois contextos específicos de atenção: a migração internacional em que o migrante deixa seu país e a migração interna, onde ocorre a circulação de pessoas de uma região para outra no próprio do país com a finalidade ou o efeito de fixar nova residência, sendo este último temporário ou permanente, ou seja, o migrante interno desloca-se, mas permanece dentro do seu país de origem.

Os dados da ONU, de 2017, apontam que o crescimento de migrantes internacionais atingiu 258 milhões. São milhões de pessoas que se deslocam pelos mais diversos motivos, entre eles: a guerra, as violências e as perseguições. No Brasil, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), com base no censo demográfico de 2010, indica que cerca de 9,2 milhões de pessoas migraram para as zonas urbanas e, portanto, deixaram de fazer parte da população rural.

A migração como resultado da expansão do capitalismo tem como ponto principal o ocorrido no século XIX, especialmente na Europa, e o processo de expropriação da terra e dos meios de subsistência que constituíram massa de trabalhadores livres e dispostos a vender sua força de trabalho para as indústrias que nasciam. Vendramini (2018) reconhece como a primeira migração, provocada pelo

---

fronteiras, mobilidade laboral e desenvolvimento humano, migração e saúde, pesquisa e política migratória e operações e emergências. A organização também realiza e apoia pesquisas e produção de dados com o objetivo de orientar e informar sobre políticas e práticas migratórias (OIM, 2009, p. 40).

<sup>10</sup> Cf. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf> Acesso em: 20/02/2023.



capitalismo, a expulsão dos camponeses das terras Comunas, movimento que dissolve a relação dos camponeses com a terra. Há, então, grande migração do campo para cidade, formando um imenso exército de reserva disponível ao capital. Condição necessária,

[...] tornando população agrícola disponível para indústria e o campo disponível para agricultura capitalista [...] a história da acumulação primitiva constitui-se de grandes deslocamentos de massas humanas violentamente privadas de seus meios de subsistência lançados e lançados no mercado de trabalho (VENDRAMINI, 2018, p. 245).

Trabalhadores rurais se tornaram exército de reserva nas cidades e contribuíram para o processo de urbanização da Europa. Tal marco é utilizado por autores que analisam a migração numa perspectiva marxista, e o acontecimento é tido como a primeira migração relacionada à expansão do capital e à formação de massa de reserva.

Vendramini (2018) afirma que, no caso das Américas, durante a segunda metade do século XIX, um grande número de pessoas buscou melhores possibilidades de vida. Muitos migrantes foram para o 'novo continente' ocupar o lugar dos recentes escravizados, hipoteticamente 'libertos'. Neste cenário, ocorreu o inverso do que ocorre hoje em nossa contemporaneidade, tempo em que as pessoas procuram migrar para países da Europa.

No final do século XX e início do século XXI, quando as ditaduras tomaram conta de muitos países da América Latina e pelas guerras civis os migrantes vão a procura das regiões centrais do capitalismo, em busca de refúgio político e melhores condições de vida, alimentando assim uma enorme massa de reserva para indústria, nestas regiões (TEDESCO, 2017, p. 68-70).

A particularidade do trabalho migrante, segmentado social e culturalmente; construído por uma população mais vulnerável, acaba por reforçar a subordinação geral da classe trabalhadora (VENDRAMINI, 2018). Ser migrante é: colocar-se como desigual como muitos supostamente iguais, é ser um estranho a um mundo que os olha com desconfiança e, por vezes, com hostilidade.

No Brasil, a autora destaca também que, na década de 1960, experimentou-se um intenso movimento migratório do campo para cidade. Este movimento foi causado pelo processo de industrialização e pela imposição de um outro padrão produtivo no campo, com a monocultura, utilização de máquinas agrícolas e insumos químicos importados. Tudo isso impossibilitou uma continuidade de produção no campo pelo pequeno produtor rural. Muitos acabaram por perder suas terras devido ao

endividamento e, assim, as migrações, segundo Vendramini (2018), tornaram-se um importante componente da urbanização e da acumulação de capital.

A autora afirma que, até os anos 1980, as clássicas interpretações das migrações se ancoravam somente no desempenho econômico das áreas as quais alcançaram seus limites. As tendências da migração interna, no Brasil, nos anos 1990, apontaram que os fluxos migratórios de longa distância foram reduzidos, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas. Outro aspecto foi que alguns estados brasileiros se mantiveram como área de absorção de fluxos de longa distância, como: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e o Distrito Federal. Estes, canalizaram os fluxos do Nordeste e houve, ainda, a recuperação migratória no âmbito intrarregional de ‘espaços perdedores’ no âmbito nacional, especialmente, os estados nordestinos.

Em um contexto de enormes transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel – quer seja nas metrópoles do Sudeste ou do Nordeste – e o emprego na indústria oscila conforme o mercado internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira (BAENINGER, 2012).

Francisco de Oliveira (2003) em *Crítica à visão dualista*, para explicar a migração nordeste/sudeste ao afirmar que disparidades regionais não mudam o movimento de uma região para outra. Na visão do autor, a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização, baixando os custos da força de trabalho urbano, ou seja, promovendo o excedente de mão de obra. Sendo assim, seria necessária uma análise histórica e dialética do fenômeno migratório para superar dualidades – como campo e cidade, centro e periferia, atrasado e moderno – e, daí sim, compreender efetivamente o processo social que produz a migração (OLIVEIRA, 2003).

O capitalismo se utiliza da migração, tanto em seus períodos de expansão quando se há uma ‘licença’ para migração, quanto nos períodos de retração, quando muitos retornam para suas terras originárias. “No período de expansão, são feitas propagandas com incentivos à migração para atrair o migrante, pois o capital precisa de: mais trabalhadores, aumentar a concorrência entre eles e aumentar a massa de trabalhadores de reserva “(VENDRAMINI, 2018, p. 243).

Em seus períodos de crise o capitalismo dificulta a entrada destes trabalhadores no mundo do trabalho, incentiva e ressalta o preconceito entre os

trabalhadores locais e os migrantes com a ideia de que eles tomam empregos dos naturais do lugar. Neste sentido, sendo a migração um fenômeno que tem origem na expropriação do trabalho, e suas análises não podem ser compreendidas fora destes processos, Vendramini (2018, p.243) ressalta:

[...] não precisamos recorrer a outras noções como campo e espaço migratório; território circulatório ou fenômeno de mobilidade, pois a própria categoria migração, compreendida no contexto do modo de produção capitalista que tem como base a exploração do trabalhador para produção de mais valor, nos permite analisar a realidade do movimento migratório para além da aparência e na sua totalidade.

De acordo com a autora supracitada, a particularidade do trabalho migrante, segmentado social e culturalmente, construído por uma população mais vulnerável, acaba por reforçar a subordinação geral da classe trabalhadora.

O processo de industrialização do Brasil, devido a diversos fatores, não privilegiou o Nordeste, principalmente no que se refere às pequenas cidades do interior. Para Celso Furtado (1989), o nordestino continua sendo o povo que mais se desloca para buscar trabalho em outras regiões.

Uma parcela da população de cidades pequenas do interior do Brasil não consegue ser absorvida na uberização. Assim como o sonho do empreendedorismo não vinga, a terceirização dos serviços não emprega e não há como utilizar a privatização pelo governo, porque não há o que se vender. Estes trabalhadores são obrigados, então, a sair do local onde nasceram, sem uma alternativa para ir em busca de meios de subsistência.

Goiás tem sido um importante polo para os direcionamentos desses fluxos. A capital Goiânia sempre foi um local procurado pelos migrantes, por oferecer mais oportunidades de trabalho. Porém, para muitos migrantes, devido ao alto custo de vida na capital, estabeleceram-se em cidades vizinhas, como é o caso de Aparecida de Goiânia, foco do nosso estudo e lócus da nossa pesquisa. Como aponta o IMB, Aparecida de Goiânia foi considerada uma cidade dormitório por muito tempo. No entanto, a realidade da cidade foi transformada após a criação e o pleno funcionamento de alguns polos industriais que foram pensados para estarem em locais estratégicos, com a finalidade de gerar renda e oferta de emprego.

## 2.6 O fluxo migratório

As migrações internas e contínuas, permanentes ou temporárias, que acontecem entre as cidades, os estados e as regiões brasileiras resultam em grande parte do modelo de agronegócio. Este, aparenta transformar o campo em um espaço tecnológico, modernizado e produtivo, implicando também em produzir desemprego e pobreza.

Com o intuito de entender o que é fluxo migratório passamos a analisar os processos migratórios e seus significados. Buscamos, inicialmente, definir o conceito de fluxo migratório, expondo e explicando alguns termos que foram analisados durante nossa pesquisa. Ademais, almejando compreender a historicidade do fenômeno, analisamos os motivos que fazem com que ocorra a migração, tanto para outro país, quanto entre regiões do nosso próprio país.

Nosso interesse específico, no entanto, é o estudo dos fluxos migratórios internos e seus direcionamentos. Então, após uma exploração e explanação geral do tema, fixamos nossos esforços em entender as migrações internas.

Compreendemos que o movimento migratório é uma situação que acomete milhões de pessoas no mundo as quais estão à procura de novas formas para melhor garantir sua própria existência. Entretanto, muitas vezes, aqueles que aderem a esse movimento nem sempre conseguem atingir seus objetivos, pois a migração acontece de forma precária, sem uma devida legislação e sem sistematização e atenção adequada à qualidade de vida das pessoas que migram. Seja como for, esse fluxo está se tornando constante em níveis internacional e nacional.

O capitalismo, em seus períodos de crise, obriga o trabalhador a procurar novas formas de garantir subsistência. E o trabalhador, em busca de novas oportunidades de trabalho recorre à migração para as regiões mais industrializadas e que com maiores oportunidades de trabalho. E nesse âmbito, onde quer que a demanda apareça, o trabalhador é direcionado para a exploração de sua mão de obra. Por esse motivo, indiscriminadamente, notamos que a migração está favorável à expansão capitalista.

A literatura sobre a temática revela que a migração, em geral, refere-se a trabalhadores ocupantes de postos com menor remuneração. E, normalmente, que seguem o sentido periferia do sistema internacional do capital para os centros urbanos, evidenciando uma luta constante de classes. A mobilidade existe porque os

seres humanos não apenas se adaptam ao seu ambiente desempenhando funções genéticas, mas também se modificam no processo, criando permanentemente formas de trabalhar em diferentes espaços e de diferentes maneiras.

Ao partir da premissa de que o movimento migratório acompanha o próprio processo de expansão do capital e considerando sua origem na expropriação do trabalho, o estudo direcionado a essa questão deve ser uma análise dos deslocamentos dos trabalhadores em busca de meios de produção de sua subsistência. Além disso, é pertinente considerar como a migração retroalimenta o processo em que a acumulação capitalista produz uma população trabalhadora supérflua, disposta a ser lançada, segundo Marx (2017), em diferentes locais e ramos de produção.

Sobre a problemática, Vendramini (2018) propõe, então, que para analisar os deslocamentos dos trabalhadores, faz-se necessário lançar mão das seguintes categorias marxianas: mercadoria, acumulação do capital, exército industrial de reserva e expansão espacial do capital. Para a pesquisadora, só assim, poder-se-á compreender a realidade que move trabalhadores e suas famílias à migração, capitando as múltiplas determinações do concreto deste fenômeno que envolve a necessidade de migrar.

O migrante ocupa um lugar periférico, segundo Vendramini (2018). Está na periferia espacialmente, nas atividades ocupacionais, nos processos educacionais; e está à margem do acesso a serviços públicos. O migrante ocupa as periferias espaciais, pois quando há migração por trabalho, ele acaba por se instalar nos entornos das cidades, em bairros periféricos, favelas ou outros locais equivalentes. O acesso aos serviços públicos é especialmente complicado para os migrantes forçados e/ou, principalmente, para aqueles que entram de forma ilegal nos em países estrangeiros. E muito pouco ou quase nada é feito por órgãos governamentais. As ações para protegê-los não é suficiente. Percebe-se com isso uma invisibilização do migrante frente às políticas públicas.

Para se referir genericamente ao movimento de entrada e saída de migrantes, utiliza-se o termo fluxo migratório. Como já analisado, o principal fator que leva alguém a sair do seu local de nascimento é a busca por melhores condições de vida, em geral, a busca por trabalho.

Por um longo período, segundo pesquisas do IBGE (2010), devido à industrialização mais avançada, o Sudeste brasileiro foi o direcionador dos fluxos

migratórios de pessoas das mais diferentes localidades brasileiras, mas, principalmente, dos nordestinos.

Todavia, em nossas análises, buscamos explicar o porquê de o Centro-Oeste, mais especificamente o estado de Goiás, começar a fazer parte dos direcionamentos destes fluxos migratórios. E, principalmente, arriscamos mostrar de onde vêm os migrantes que procuram Goiás para morar e trabalhar. Observamos quando e como Aparecida de Goiânia começa a fazer parte deste processo de atração, para quem busca trabalho.

No censo de 2010, do IBGE, consta que as regiões Norte e Centro-Oeste são as principais áreas de atração populacional dos migrantes. Aponta também que Goiás foi um dos estados que acumulou a maior quantidade de pessoas residentes que não nasceram no estado.

A região Centro-Oeste, segundo o IMB, tem exercido grande atração dos fluxos migratórios tanto da população do Nordeste e quanto do Sul. O gatilho para esse crescimento se iniciou com a construção da capital do país, Brasília – localizada no território do Distrito Federal (DF); e da capital do estado de Goiás (GO), Goiânia. A pavimentação da rodovia BR-153, que liga as capitais do DF e de GO, trouxe a ocupação das novas áreas, especialmente pelo crescimento do agronegócio em Goiás; e colaborou para que outras cidades goianas, como Anápolis e Aparecida de Goiânia, fossem beneficiadas.

As pessoas que migraram para essa região, vieram de todas as partes do país. Advinham, principalmente, de pequenas cidades nordestinas, atraídas pelas oportunidades de trabalho e em busca de melhores condições de vida José Vandério Cerqueira Pinto (2009). Por outro lado, tais migrações contribuíram para o inchaço populacional da capital goiana.

O crescimento aumentou vertiginosamente entre os anos de 1963 e 1990. Neste período, Aparecida de Goiânia foi uma zona receptora de migrações daqueles que se deslocavam para o planalto central. O que ocorreu muito pela proximidade com a capital, Goiânia (PINTO, 2009).

De acordo com o censo de 2010, realizado pelo IBGE, 28% dos habitantes de Goiás nasceram em outros estados, sendo o sétimo no *ranking* dos estados brasileiros por residentes não nascidos no próprio estado. Segundo o IMB, 54% da população goiana teve nascimento em estados como Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Distrito Federal.

Já na análise feita a partir do Plano Diretor Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais, PEMAS (2003), na década de 1980, numa ação do poder público, mais de 70 mil pessoas que viviam em áreas de risco na capital, Goiânia, foram transferidas para Aparecida de Goiânia. Na atualidade, Aparecida é a segunda maior cidade do estado e contornos já se fundem com o território da capital. E, recentemente, a grande quantidade de indústrias que se instalaram no polo industrial é apontado como um dos fatores que contribuíram para aumentar o fluxo migratório para o município.

O surgimento da cidade de Aparecida de Goiânia foi marcado por migração de fiéis que, primeiramente, vieram para missa campal na Fazenda Santo Antônio, onde mais tarde foi construída a Capela de Nossa Senhora – na qual várias casas foram edificadas em volta, tornando-se um pequeno povoado. Essas casas foram construídas por fiéis que migraram de longe para demonstrar sua devoção e fé. Com a construção de Brasília e a pavimentação da rodovia BR-153, o povoado foi crescendo. Neste ínterim, a cidade se desligou de Hidrolândia, e de sua raiz mais rural, e se ligou definitivamente a Goiânia, uma zona urbana. Ocorreu, então, a emancipação da cidade.

Enfatizamos que essa proximidade com a capital fez com que, durante muito tempo, a cidade de Aparecida de Goiânia fosse considerada uma cidade dormitório, pois grande parte de seus habitantes trabalhavam em Goiânia (PINTO, 2009). A cidade foi um repositório de mão de obra não especializada para capital, uma periferia precária Janaina Holanda Camilo (2014). Com a criação de alguns polos espalhados estrategicamente pela cidade, houve a formação de sua base econômica na industrialização. E todo este fluxo de pessoas que apenas dormia na referida cidade acabou por se fixar e trabalhar na mesma. Esta, no entanto, continuou a enviar sua mão de obra não especializada para os polos, pois os cargos que exigiam maior qualificação continuaram sendo ocupados por pessoas vindas de fora da cidade.

Um desses polos industriais, os quais estão situados às margens da rodovia BR-153, é o Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar, que começou a funcionar, mais efetivamente, por volta de 2010. E até hoje continua a atrair trabalhadores de diversos lugares do Brasil. Neste cenário, as escolas municipais próximas ao polo passaram a receber os filhos dos trabalhadores que procuram se fixar na cidade e conseguir trabalho e morada.

Na próxima seção, dedicar-nos-emos às interfaces das migrações internas por trabalho e a relação com a escola. Trataremos das implicações de todo o processo do trabalhador em fluxo migratório ao se instalar e conseguir trabalho, focando-nos na condição de seus filhos, matriculados nas escolas municipais de Aparecida de Goiânia.

O polo que escolhemos para estudo é o Parque Vice-Presidente José de Alencar, que teve seu funcionamento mais efetivo a partir de 2010. Para tanto, a partir de informações acerca do polo e por meio do estudo e levantamento de dados envolvendo as escolas em seus arredores, vamos expor as mudanças ocorridas na região e desvelar a intencionalidade da alocação dos polos.

Muitos trabalhadores saem de diferentes regiões brasileiras, em busca de continuar subsistindo, sozinhos ou levando consigo sua família. E quando migram com suas famílias, carregam consigo os filhos. Estes, ainda pequenos, muitas vezes, acabam prejudicados na educação escolar. Aqui, o objeto de estudo de nosso interesse envolve esses sujeitos de pesquisa, essas crianças migrantes, que compõem a nossa temática.



### 3. AS INTERFACES DA MIGRAÇÃO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa, porque não sabia como ela era nem onde era. [...] E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. [...] Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá (RAMOS, 2010, p. 127-128).

Como vimos anteriormente, muitas famílias em migração, estão em busca de melhores condições vida e de trabalho. Elas migram com suas crianças, as quais se encontram na fase inicial do Ensino Fundamental, composto de ciclos tão cruciais na aprendizagem. As idas e vindas dessas famílias acabam por interferir não apenas na escola, mas, sobretudo, nas condições futuras de trabalho e na condição de vida de seus filhos.

Nesta seção, analisamos as relações entre a migração e a educação escolar, bem como as implicações do aumento do fluxo migratório para escola. Trataremos também da definição das características dessas famílias que migram e qual a preocupação com a educação das crianças que as acompanham.

Nosso intuito é refletir sobre o quanto as políticas públicas existentes são capazes de atender, ou não, às demandas geradas na região onde o fluxo migratório por trabalho se direciona. E, ainda, identificar e discutir se a escola atual está ou não preparada para o desafio de atender às crianças com esse perfil. Levando em conta que os filhos dos trabalhadores migrantes fazem parte desse grupo cada vez mais itinerante, por conta do modo de produção capitalista e da deterioração do trabalho como conhecemos até agora.

#### 3.1 O migrante aparecidense

O migrante Aparecidense faz parte da uma migração forçada, pois esta passou a constituir a estratégia capitalista de mobilidade. As características deste processo, segundo Gaudemar (1977), estão relacionadas à ausência de qualificação necessária para o trabalho que exija menos de sua força física. Ou seja, quando não lhe é oferecido outro tipo de possibilidade para conseguir se manter em seu local de

nascimento, inicia-se a migração, que utilizada como uma ferramenta, na tentativa de melhorar ou continuar mantendo a mínima condição de vida. Toda migração forçada, pois não é oferecida outra alternativa que atenda às necessidades deste trabalhador, a não ser ir atrás da disponibilidade de trabalho onde quer que o capital o ofereça. Gaudemar, (1977, p.182) ressalta, no entanto que,

Toda estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada. Na sua dimensão espacial, ela assegura a repartição dos indivíduos no espaço, na sua dimensão espacial profissional constitui o postulado implícito de toda nomenclatura dita homogênea, portanto, de toda codificação das atividades, na sua dimensão produtiva mais geral, ela conduz a todos os processos pelos quais o capital dispõe das forças de trabalho e as usa na multiplicidade dos processos de extorsão da mais valia [...].

O autor salienta que não é apenas uma mobilidade espacial, onde o trabalhador procura outra região em busca de trabalho. Nestes casos, para continuar subsistindo, ocorre também a mobilidade profissional, cuja submissão do trabalhador existe diante de outra profissão. Kuenzer (2016) fala a este respeito quando se refere à flexibilização do trabalho e a uma educação não menos flexibilizada, para atender às necessidades do modo de produção capitalista.

Para a autora, o objetivo de uma pedagogia flexível<sup>11</sup> é formar subjetividades flexíveis as quais possam se relacionar, produzir e “consumir de acordo com as necessidades do mercado e viverem em uma sociedade, cuja técnica faça os sujeitos se moverem, portanto, numa ordem mercadológica” (KUENZER, 2016, p. 4). O trabalhador, então, não apenas vai se dirigir para locais onde há disponibilidade de trabalho, mas para onde haja diferentes demandas profissionais do capital.

Quanto aos fluxos migratórios por trabalho, formado por meio das mobilidades imposta pelas exigências do crescimento capitalista, fazem com que as pessoas se desloquem para locais onde possam vir a encontrar trabalho. Os locais de atração destes migrantes, no geral, são as cidades mais industrializadas ou próximas a localidades mais desenvolvidas, como é o caso da cidade de Aparecida de Goiânia.

---

<sup>11</sup> objetiva novas formas de disciplinamento, principalmente da força de trabalho, sobre a qual recaem os resultados do acelerado processo de destruição e reconstrução de habilidades, os níveis crescentes de desemprego estrutural, a redução dos salários e a desmobilização sindical (...) para que esta formação flexível seja possível, propõe a substituição da formação especializada, adquirida em cursos de educação profissional e tecnológica, por uma formação mais geral. (KUENZER, 2020, p. 61). Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/csc/a/WDrjPv8s6s9X5Y63PWG3VgJ/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/csc/a/WDrjPv8s6s9X5Y63PWG3VgJ/?format=pdf&lang=pt) Acesso em: 29/03/23.

Os trabalhadores que se direcionam para Aparecida de Goiânia, segundo o IBGE (2010), possuem muitas das mesmas características apresentadas por Gaudemar (1977). Em sua terra de origem, maioria de pequenas cidades do interior nordestino, possuem baixa escolaridade e procuram trabalhos que possam exercer, porque não conseguem mais subsistir nos locais de nascimento. Uma mobilidade forçada, pois por não ter uma alternativa, deslocam-se para regiões onde o capital ofereça melhores condições de trabalho, mesmo com a pouca escolarização que possivelmente tenham.

Are King (2010), ao falar do migrante, apresenta-o sob forma de narrativas. De acordo com o autor, na 'narrativa ecológica' as pessoas se movem em busca de comida, terra cultivável, pastagem e recursos básicos; na 'narrativa pioneira', a busca por novas terras mantinham a promessa de liberdade para expandir e prosperar; na 'narrativa marxista', associa-se a migração com a exploração, a escravização e os contratos de trabalho; e a 'diáspora narrativa', que ocorre devido ao exílio e aos deslocamentos de terra.

Referimo-nos em nossa pesquisa à migração numa perspectiva marxista. Portanto, relacionada à expropriação e à exploração do trabalhador pelo modo de produção capitalista, esta, podendo ser analisada somente através da categoria por 'trabalho'. Entendemos ainda que as reflexões críticas deverão ser transpassadas pelas análises realizadas no desenvolvimento desta categoria. Somente com a compreensão dessa complexidade poderemos entender as diversas nuances ocorridas na vida do trabalhador e das crianças em situação de migração.

Para Camilo (2014), quando os migrantes chegam no município de Aparecida de Goiânia, em sua maioria, empregam-se primeiramente em trabalhos temporários – como bicos ou demandas de pouca duração – até que consigam se fixar em outros empregos que sejam mais duradouros. Neste primeiro momento, o trabalhador recém-chegado está mais vulnerável a cair na prática das idas e vindas, pela própria instabilidade no trabalho. E se o trabalhador não consegue a estabilidade que deseja, ele e sua família tendem a retornar para sua localidade de nascimento, normalmente onde deixou outros familiares. Ao retornar para a terra de origem, prepara-se para outras tentativas e, quiçá, outras tentativas.

Nossa perspectiva corrobora com a de Gaudemar (1977): toda migração é uma migração forçada, pois atende às determinações da reprodução do capital. O

trabalhador não busca por melhores condições de vida apenas. Ele é levado à mobilidade por uma força externa, força essa também direciona os fluxos de migração dos trabalhadores segundo sua necessidade mais imediata.

Observando que as condições que esses trabalhadores migram estão cada vez mais precárias tanto de trabalho, quanto de deslocamento. Os trabalhadores neste sentido, são uma força de trabalho móvel que pode ser deslocada segundo a conjuntura. Considerações sobre o trabalhador migrante são importantes no entendimento da atual crise do trabalho e dos mecanismos utilizados para superação da crise do capital.

No que se refere ao local onde ocorre a migração, a OIM (2009) define dois contextos específicos de atenção: a 'migração internacional', em que o migrante deixa seu país; e a 'migração interna', em que ocorre a circulação de pessoas de uma região para outra no próprio país, com a finalidade ou o efeito de fixar nova residência, sendo a morada temporária ou permanente.

Nossos esforços de análise buscam entender apenas as migrações internas, especificando como ocorreram a chegada destes migrantes em Goiás. E, num plano específico, como ocorreram as migrações na região metropolitana de Goiânia e na cidade de Aparecida de Goiânia. Migrações que tiveram como primeiro atrativo a questão agrária e, logo após, pela industrialização na capital goiana.

Os distritos industriais são utilizados como ferramentas que guiam os fluxos de trabalhadores para onde o capital necessita. E, neste sentido, foram criados no município de Aparecida de Goiânia como política pública de desenvolvimento.

As políticas regionais no país que começaram a tomar forma nas décadas de 1950, consideravam que o processo circular e cumulativo de crescimento levaria ao aumento do hiato de desenvolvimento inter-regional, em detrimento das regiões relativamente mais atrasadas. Na tentativa de combater tal processo, o país passou a adotar políticas de fixação de atividades industriais nas regiões relativamente mais atrasadas, desfavorecidas quanto a capacidade de investimentos devido a mão invisível das forças centrípetas que, ao longo do tempo, foram-se fixando nos espaços econômicos relativamente mais adiantados (TEIXEIRA & SOUSA, 2011, p. 809).

Os locais escolhidos para a instalação desses distritos industriais, segundo François Perroux (1995), são geralmente próximos a maiores centros urbanos. A escolha está pautada nas chamadas indústrias motrizes, que irradiam efeito capazes de promover o seu crescimento.

Aquilo que o autor descreve é exatamente o que ocorre no município de Aparecida de Goiânia, relacionando à capital Goiânia. A instalação de distritos industriais aqui, aproveitou o transbordamento do fluxo migratório existente. E os trabalhadores passaram a utilizar o município vizinho, Aparecida de Goiânia, como 'dormitório'.

No que diz respeito ao migrante, Vendramini (2018), ressalta o fato de sempre ocupar um lugar periférico, como já dito anteriormente. Os migrantes internos, devido à falta de preparo das cidades para receber adequadamente esta população, é sempre considerada 'excedente'. Lançados à margem e, por isso, ocupam as periferias. Sofrem com a falta de vagas para matricular os filhos nas Escolas Municipais (EM) ou nos Centros Educacionais Municipais de Educação Infantil (CEMEI). Não possuem atendimento apropriado nos serviços públicos, pela necessidade de apresentação de comprovante de endereço. O transporte coletivo não atende à demanda, dentre muitas outras dificuldades que encontramos diariamente nos noticiários da imprensa da cidade. No geral, esses são alguns dos desafios enfrentados pelo trabalhador, mas no caso do trabalhador migrante tais problemas se agravam ainda mais.

Para Abdelmalek Sayad (1998), o migrante por trabalho é, em sua maioria casado, e ele e seus familiares acabam por se colocar como desiguais entre os supostamente iguais. Para Maria Augusta Tavares (2018) se colocam como estranhos num mundo que os olha com desconfiança, por vezes com hostilidade. Assim, torna-se mais difícil esse processo de migrar, uma vez que estar em um lugar não-familiar já o coloca numa condição diferente, com uma grande probabilidade de ser estigmatizado como marginal. Principalmente pelos locais que conseguem moradia.

Os migrantes são funcionais ao capital (TAVARES, 2018). E ingressar no mercado de trabalho já representa uma conquista, mesmo que o emprego seja precário. Em fluxos migratórios, trabalhadores enfrentam inúmeras adversidades, muitos são bem-sucedidos e conseguem fixar residências no local de destino. Para outros tantos, é bem mais complicado conseguirem se estabelecer e, por isso, as inúmeras tentativas de migrar

O migrante favorece o aprofundamento da precarização do trabalho, já que está disposto a aceitar qualquer condição para conseguir se estabelecer. E mesmo estas condições sendo precárias, na maioria das vezes, são melhores do que teria em seus locais de origem (TAVARES, 2018).

No que se refere a migração para cidade de Aparecida, baseando-nos nas estatísticas do IMB (2014), concluímos que a capital Goiânia ainda é a porta de entrada para muitos migrantes que vêm para Goiás. E por conta de diversas dificuldades, os migrantes residem na capital por curto período. Logo depois, fixam moradia nos municípios do entorno, sobretudo, pelo alto custo de moradia na capital.

O migrante vem contribuindo exponencialmente para o crescimento populacional dos municípios do entorno da capital. E, segundo Antônio Fernandes dos Anjos (1999), os movimentos denominados ‘intrametropolitanos’ são causa de especulação fundiária e imobiliária. Tal dinâmica tem impactado, inclusive, no aumento do preço do metro quadrado da capital. Obviamente, a maioria das pessoas da classe trabalhadora não possui condições econômicas de obter um lote ou uma casa em Goiânia.

A maior parcela dos migrantes, quando chegam à procura de trabalho, estão em situação de vulnerabilidade social, com condições precárias de alimentação, moradia, saúde e educação. E se não há representatividade para esses grupos, os auxílios demoram mais a chegar. A nosso ver, trata-se de uma invisibilidade dos migrantes internos que os deixam ainda mais expostos a riscos, com níveis acentuados de desagregação social.

As condições de moradia são sempre um problema para quem migra e a questão da propriedade se constitui um problema histórico em toda existência do capitalismo. Engels (2010) já descreveu em seus estudos que os operários, trabalhadores das indústrias na Inglaterra, vinham em condições de pobreza e ocupavam regiões periféricas.

Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. [...], em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. Na Inglaterra, esses “bairros de má fama” se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular (ENGELS, 2010, p. 70).

Em outro contexto, mas não diferentemente, os trabalhadores em fluxo migratório que seguem para a capital goiana e, posteriormente, para Aparecida de Goiânia continuam como no surgimento do capitalismo. Os trabalhadores que migram em busca de trabalho se estabelecem nos bairros periféricos, em barracos de aluguel mais baratos e com condições precárias de saneamento. Essas foram as condições

encontradas na cidade de Aparecida quando esses migrantes chegaram: instalações nos bairros mais simples, cujas moradias são mais baratas.

É por esse motivo que, em nosso estudo, consideramos essas vulnerabilidades. Estas só podem ser vencidas pelas oportunidades oferecidas e tais oportunidades passariam, só se tornam possíveis pelo reforço das garantias de direitos pelas políticas e vias públicas, a saber: acesso e permanência na escola, saúde, alimentação e moradia.

Não poderíamos deixar de colocar a escola como um dos principais agentes de transformação e visibilização das problemáticas sociais, pois este tem sido seu papel mesmo que, algumas vezes, realizado precariamente devido às condições objetivas da educação pública brasileira. E como ponto de visibilização das mais diversas problemáticas da realidade, a escola é um dos lugares em que podemos percebermos mais profundamente o impacto do aumento de migrações de uma localidade.

### **3.1.1 - A cidade dormitório e o migrante de todos os dias**

O município de Aparecida de Goiânia foi primeiro conhecido como cidade dormitório. Essa denominação está relacionada à migração pendular, ou migração diária, referindo-se a um tipo de deslocamento populacional em que o migrante ou indivíduo precisa se deslocar todos os dias, principalmente, para realizar atividades ou ações diárias, como estudar e trabalhar. Sendo que, o trabalho é o motivo mais frequente da mobilidade Tadeu Alencar Arrais (2006).

Para Rosana Baeninger (2012), os movimentos pendulares se tornaram uma dimensão importante a ser considerada, tanto para a dinâmica urbana regional, como também para a decisão de migrar. Isso ocorre num contexto de redistribuição espacial da população, marcado pela diversidade de deslocamentos populacionais e a possibilidade de conseguir moradia.

De acordo estudos desenvolvidos pelo IBGE (2015), cerca de 7,4 milhões de pessoas se deslocam para cidades vizinhas para trabalhar e estudar. Para Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira (2011) este movimento pendular se apresenta cada vez mais extenso e complexo, interferindo na dinâmica dos espaços metropolitanos. O crescimento dos espaços urbanos, a ocupação e o adensamento populacional das

áreas periféricas – em consequência da multiplicação dos fluxos migratórios internos cada vez mais longos e complicados – acabam por ultrapassar os limites dos municípios.

Estes migrantes buscam nas áreas de expansão metropolitana mais distintas, o menor custo-benefício de moradia mantendo os vínculos de trabalho, estudo e consumo na capital. Oliveira (2011) diz que tais processos estão associados a concentração de empregos na área central.

A centralidade de Goiânia – concentração de consumo, serviços públicos, comércio, indústria, oportunidades de emprego, lazer entre outros em detrimento com outras regiões – está relacionada diretamente com os movimentos pendulares ocorridos entre municípios metropolitanos e a capital. Em 2000, de 97,140 milhões de pessoas que realizavam migração pendular em Goiás, 93 milhões 11% segundo o autor deslocavam-se para Goiânia. E entre os municípios com maior percentagem de deslocamentos estavam: Senador Canedo (47,8%), Aparecida de Goiânia (43,3%) e Goianira (35,9%) (ARRAIS, 2013).

A migração pendular, especialmente para a população mais pobre, aumenta ainda mais a precariedade da vida do trabalhador. Segundo Arrais (2013), a cada dia sobra menos tempo para o convívio familiar e para as atividades de lazer. Por meio dos estudos realizados pelo autor, ele conclui: as pessoas migrantes são aquelas que residem mais distantes e em piores condições sociais, pois nas regiões periféricas moram os trabalhadores cujas ocupações exigem menor qualificação e, por conseguinte, com menores salários.

O deslocamento consome o tempo que poderia ser utilizado nestas atividades. Além deste fator, para o mesmo autor, existe a forte segregação pela própria diferença de infraestrutura dos bairros onde estes trabalhadores conseguem obter moradia. São empurrados para as periferias das regiões metropolitanas, acometidos pela expansão urbana e pela especulação imobiliária. Arrais (2013) aponta ainda que – no caso das regiões metropolitanas de Goiânia, incluindo Aparecida – a distância entre o local de moradia e os locais de trabalho ou estudo pode variar de 16 a 42 Km.

Assim, no município de Aparecida de Goiânia, antes do desenvolvimento dos distritos industriais, a migração pendular era uma constante para os moradores. Essa oscilação afetava até mesmo a arrecadação de impostos para cidade, já que além de trabalharem e estudarem em Goiânia, os moradores consumiam o que precisavam nos comércios da capital. Contudo, a partir de 2010, o município passou ser ponto de



atração de fluxo migratório pelos postos de trabalhos gerados com a criação dos distritos industriais e, desta forma, deixou de ser cidade dormitório.

### **3.2 O impacto do aumento do fluxo migratório na escola**

A escola é um dos ambientes sociais onde primeiro podemos perceber as agruras e dificuldades enfrentadas pela população. E quando nos referimos ao ambiente escolar estamos falando da realidade de nossa pesquisa, então, aqui falamos de escola pública. O aumento de migrantes internos trouxe algumas dificuldades que foram enfrentadas pelas escolas de Aparecida de Goiânia. Pois, como é afirmado por Vendramini (2017, p.429), as condições de escolarização também estão relacionadas às condições de vida e de trabalho da família.

A interrupção do percurso escolar, as defasagens idade-série geradas pela frequência insuficiente ou pela dificuldade de acompanhamento dos conteúdos ou até mesmo de adaptação à escola, a mudança de turno e de escola, a transferência do ensino regular para a Educação de Jovens e Adultos, são expressão de múltiplas determinações, entre elas e não menos importante, a necessidade de inserção precoce no trabalho.

Estes são os mesmos determinantes quando pensamos na criança que migra com suas famílias em busca de trabalho. O que torna a questão, em certa medida, mais séria, pois nos anos iniciais do ensino fundamental a criança está no processo aquisição ou efetivação da leitura e da escrita. Deste modo, os filhos destes trabalhadores em fluxo migratório são prejudicados ainda no processo inicial de escolarização, comprometendo toda uma vida escolar. Para Vendramini (2017), num processo de migração, a atividade escolar está sempre sujeita a sofrer interrupções.

Dentre as dificuldades citadas pela autora, as quais atrapalham a boa assiduidade da criança que migra com a família, estão: as migrações não acompanham o calendário escolar, porque na grande maioria das vezes não são planejadas; não há um tempo de adaptação para essas crianças na nova escola; em alguns casos a documentação escolar acaba por ser perdida ou nem mesmo é providenciada. Todas essas intempéries trazem diversas consequências para o percurso escolar desse grupo de crianças.

Outra questão citada pela autora é a condição de vulnerabilidade social em que se encontram essas famílias. A ausência de políticas públicas, que alcancem essas crianças, torna todo processo enfrentando pelas famílias ainda mais difícil,

comprometendo o processo de aprendizagem escolar. Além disso, encontramos outros agravantes: as famílias migrantes não vêm com uma reserva financeira, então, as crianças, bem como seus pais, ficam sem alimentação adequada ou moradia digna (VENDRAMINI, 2017).

No documento do Escola Municipal Roque Inocêncio Mendes – Projeto Político Pedagógico (PPP, 2022), acessado na escola pesquisada, observamos outro fator muito importante: a quantidade de crianças que ficam em casa sozinhas, em determinado período do dia, para que os pais trabalhem fora. As crianças, responsáveis por si mesmas, tendo que se preocupar com a arrumação da casa, a comida e os horários da rotina. Em idade que ainda não estão desenvolvidas o suficiente para que isso aconteça. O que leva a faltas e, conseqüentemente, encaminhamentos para conselho tutelar, por parte da escola E.M. Roque Inocêncio Mendes no ano de 2022.

O que demonstra o reflexo da própria condição deste trabalhador que veio em busca de trabalho e ao qual é descrito por Vendramini (2017, p.434) abaixo,

Em linhas gerais, o que predomina entre os trabalhadores migrantes é o trabalho simples, irregular, inseguro, informal, mal remunerado, precário, em síntese, o trabalho explorado, o qual atende às necessidades de acumulação do capital, segundo a análise de Marx anteriormente apresentada, e não a necessidades dos trabalhadores. Estes recebem salários muito baixos e, portanto, precisam vincular-se a mais de um tipo ou contrato de trabalho. Além disso, toda a família precisa trabalhar.

Para autora, a rigidez na estrutura das escolas não tem conseguido responder satisfatoriamente às demandas das crianças que migram com suas famílias. As idas e vindas, até que consigam se fixar, trazem dificuldades no acompanhamento escolar; e as mudanças feitas, em meio ao ano escolar, levam as crianças ao abandono, ou mesmo promovem o insucesso escolar. Sem que ações especificamente que recaiam sobre a problemática seja realizadas. Percebemos uma invisibilização no que se refere aos migrantes internos, e as políticas públicas educacionais destinadas a esses filhos de trabalhadores são ineficazes ou ausentes.

Os dados da UNICEF (2018) apontam que, no Brasil, 7 milhões de estudantes da educação básica estão com atraso escolar de dois anos ou mais. Destes estudantes, 12% eram dos anos iniciais. Isso equivale a 1,8 milhões de estudantes matriculados do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Um fenômeno cumulativo que tem início logo nos anos iniciais da primeira etapa da educação básica e se arrasta por toda a trajetória escolar.

A distorção idade série imobiliza milhões de meninos e meninas brasileiros, deixando-os atados ao ciclo do fracasso escolar. Esse fenômeno atinge, principalmente, quem vem das camadas mais vulneráveis da população e corre sério risco de exclusão, estando mais propensos a abandonar a escola para ingressar no mercado de trabalho de modo prematuro e precário, sem concluir os estudos. São crianças e adolescentes já privados de outros direitos constitucionais, que não têm assegurados os direitos de aprender e de se desenvolver na idade apropriada (UNICEF, 2018, p.3).

Um dado importante destacado pela UNICEF (2018) diz que a grande maioria destas crianças, cerca de 97%, entraram na escola com seis anos de idade, ou seja, em idade considerada adequada. Porém, não tiveram seu direito à educação devidamente assegurado com acompanhamento educacional adequado.

Os três grandes momentos apontados pela UNICEF (2018) para a distorção idade-série são mais altos. O primeiro momento acontece no 3º ano do ensino fundamental; o segundo momento, no 6º ano do ensino fundamental; e o terceiro momento, no 1º ano do ensino médio. A falta de vagas nas unidades escolares e a necessidade de renda e trabalho por parte da família, são as causas mais apontadas para evasão escolar nessas etapas. Nos estudos que realizamos percebemos que a migração por trabalho também é um fator para as crianças que acompanham seus pais em migração, pois causa o abandono da escola ou, devido à ausência de assiduidade, a distorção idade-série.

Sobre a migração da família e as consequências para crianças que as acompanham, faz-se necessária a seguinte observação:

Devido à comprovação da seletividade positiva dos migrantes, uma segunda conclusão corrente na literatura é que o deslocamento geográfico recompensa positivamente os indivíduos, particularmente quanto à obtenção de uma renda maior e de uma melhor ocupação. Mas essa abordagem geralmente trata os migrantes como pessoas únicas, sem relação com qualquer outro indivíduo no local de origem. As decisões de migrar, de se inserir no local de destino ou ainda de retornar são baseadas no próprio ganho individual, subentendendo-se que os migrantes não levam em conta o bem-estar de dependentes e/ou parentes. Desse modo, não se distingue o migrante individual daquele que tomou essa decisão no âmbito familiar. Os estudos, portanto, não focam o impacto da migração sobre o bem-estar dos cônjuges e filhos (FERREIRA -BATISTA, 2012, p. 520).

A pesquisa de Natália Ferreira Batista (2012) está embasada nas suas análises acerca do contexto familiar dos migrantes na cidade de São Paulo. No entanto, seus estudos corroboram com nossas hipóteses de que a criança, num processo de migração familiar por trabalho, é também prejudicada. Principalmente, prejudicada na escola. Porque em seu processo de acesso e permanência na instituição e mesmo na aprendizagem escolar, ela sofre com a instabilidade e a inconstância.

A pesquisadora supracitada ainda aponta outro ponto importante: o trabalho infantil, pois a maioria dos que migram estão em vulnerabilidade social. Assim, muitas vezes, a oferta da mão de obra das crianças para o trabalho infantil é explicada como consequência da queda do consumo abaixo de um nível mínimo desejado pela família (FERREIRA - BATISTA, 2012, p. 517).

A entrada precoce no mercado de trabalho causa prejuízos à aprendizagem porque prejudica a assiduidade e a qualidade de vida das crianças. A tendência é que os filhos das famílias com renda mais baixa sejam empurrados ao trabalho precoce, ocupando atividades precárias, insalubres ao seu desenvolvimento e prejudiciais a sua formação escolar (OIT, 2009).

Outro aspecto apontado por Ferreira - Batista (2012) é que a decisão de migrar, mesmo em família, é sempre uma decisão em que os pais fazem análises individuais dos ganhos, não levando em conta os prejuízos que podem causar a outros membros familiares. E que a grande maioria dos estudos sobre migração não colocam como centralidade o impacto da migração na vida das crianças ou até mesmo dos cônjuges. Para a autora,

Quando se passa a considerar a existência de filhos, a computação dos custos e dos benefícios devido à migração se torna mais complexa. É possível afirmar que a migração familiar induz a questão intertemporal na trajetória do ciclo de vida da criança, referente a uma decisão que foi realizada pelos pais (FERREIRA-BATISTA, 2012, p. 521).

Para analisar melhor os impactos da migração familiar na vida da criança, faz-se necessário separar os impactos a curto e a longo prazo. A curto prazo, os pais deveriam se adaptar ao mercado de trabalho e a criança ao novo cotidiano escolar. Caso essa adaptação dos pais ao mercado de trabalho aconteça de maneira precária, é certo que o uso da mão de obra dos filhos passará a ser uma alternativa. Isso implica na vida escolar dos filhos, que ou abandonarão a escola ou terão um aprendizado precário. A longo prazo, dependendo do local de origem das famílias, os filhos dos migrantes terão oportunidades inferiores aos filhos dos não migrantes.

Ferreira-Batista (2012) diz que uma migração bem-sucedida pode contribuir para o rompimento intergeracional da pobreza, pois permite que a criança não só tenha acesso à escola, como acesso a escolas de melhor qualidade. Como o grupo de crianças pesquisadas por nós, geralmente, provêm de pequenas cidades ou povoados do interior do nordeste, acreditamos que o benefício de uma escolarização melhor pode acontecer. Mas, até que ocorra o sucesso da migração dos pais, os riscos

e as problemáticas ocorridas na vida escolar da criança devem ser pontos de atenção em pesquisas de migração.

Não podemos esquecer, quando abordamos o trabalho infantil, analisado por Ferreira-Batista (2012), que exploração da mão de obra de crianças em idade escolar e frequência escolar estão intimamente ligadas. Já que, neste contexto, trata-se de escolher entre ir à escola ou conseguir meios para sobrevivência. E sabemos que, em ordem de prioridade, a escola será deixada de lado em prol das necessidades mais urgentes, como a necessidade de ter dinheiro para comprar comida, por exemplo. Quando Ferreira-Batista (2012) analisa a frequência escolar de crianças migrantes e não migrantes, o número de faltas dos filhos de migrantes é sempre maior, seja eles em vulnerabilidade social ou já estabelecidos no território de migração.

Outro fator, apontado por Ferreira-Batista (2012), que contribui no tanto para o acesso quanto a permanência da criança na escola é a escolaridade dos pais. De acordo com seus estudos, quanto maior o grau de escolaridade dos pais, maior será a chance de a criança permanecer na escola e se desenvolver. Assim, quanto menor a escolaridade dos pais menor a chance da criança permanecer na escola. A maioria das pessoas que migram possuem baixa escolaridade e, por isso, precisam procurar trabalho em outras localidades. Logo, as chances dos filhos, de pais de baixa escolaridade, permanecerem na escola e se desenvolverem também são afetadas.

O aumento impactante das migrações afeta diretamente as escolas que recebem esse grupo de crianças e precisam lidar com diversas dificuldades. Sobre essa questão, é importante ressaltar que não há políticas públicas, ou ações nacionais ou de âmbito local, que estejam voltadas para esta problemática. Dito isso, pontuamos que as crianças, em processo de migração com suas famílias, têm a vida escolar comprometida. E, como já observamos, esse comprometimento contribuirá para o que o ciclo intergeracional de vulnerabilidade seja perpetuado.

### **3.3 Os documentos que direcionam a educação brasileira e a migração**

Os movimentos migratórios – fluxos migratórios interno ou migrações internacionais, ou a migração pendular – aumentam a cada dia por conta do próprio modo de produção no qual estamos inseridos, como já discutimos. Este contingente migratório precisa, de alguma forma, estar presente nas demandas das políticas educacionais brasileiras. É preciso pensar como agir diante dessa condição social e dar diretrizes para escola lidar com as demandas geradas crescentemente pelo

fenômeno. Assim, passaremos a analisar como isto vem sendo pensado em termos de políticas educacionais ou direcionamentos dados pelos órgãos responsáveis pela educação brasileira.

A procura de materiais relacionados à educação e à migração, debruçamo-nos sobre alguns documentos orientadores do trabalho na educação nas dimensões: nacionais, estaduais e municipais. Procuramos documentos oficiais sobre migração que pudessem indicar a visibilidade dos migrantes nas políticas educacionais brasileiras.

Buscamos algo que indicasse preocupação com essa demanda crescente do fluxo migratório de trabalhadores, que impacta as escolas há tanto tempo. Utilizamos também os estudos de Rodrigo Matos-de-Souza (2021) e como a migração, de forma geral, aparece nas leis e nos documentos direcionadores da educação brasileira.

De maneira geral, o que observamos nos estudos sobre a temática é que estes documentos, assim como a constituição brasileira, estão direcionados à migração internacional e voltada para o mundo do trabalho, como no artigo 16 da constituição (BRASIL, 1988). Todavia, quase não direcionam ou levam em conta as demandas geradas por essa parte da população, a não ser a necessidade do trabalho.

Dentre os documentos analisados está a Lei 9394/96 (BRASIL/ LDB/ 1996) ressalta que a educação escolar deve-se vincular com o trabalho e a vida social. Em seus artigos 4 e 5 sua gratuidade e obrigatória, com garantia de educação para os jovens e adultos que ultrapassarem os 17 anos e deve ser ofertada a todos os cidadãos natos ou naturalizados.

Matos-de-Souza (2021) afirma que o tema pode ter sido deixado de lado, não porque o fenômeno não existia no período em que a lei foi criada, mas porque “o fenômeno da migração não era percebido como um problema sociológico. E, naquele momento, havia outras urgências a serem atacadas num contexto tão desigual quanto a educação pública brasileira” (MATOS-DE-SOUZA 2021, p. 6).

Com um papel fundamental na proposição de políticas que tratem pela promoção da educação em seus países membros, como o Brasil, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) faz orientações quanto à migração e ao deslocamento. A entidade ressalta a demanda dos sistemas educacionais se adequarem às necessidades dos que mudam e dos que ficam para trás (UNESCO, 2018) Observamos aqui a preocupação específica com o migrante

internacional, mas nada é dito no que se refere aos fluxos migratórios internos dos países.

Quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação (BRASIL/DCN/2013), as quais foram produzidas num momento político em que já se pensava acerca das chamadas 'minorias', observam-se temas como: educação prisional, quilombola, indígena, entre outros (MATOS DE SOUZA, 2021). Tais temas trazem a questão da migração de forma geral, sem uma forma de concretização. Com relação aos termos e aos conceitos, os autores analisados descrevem uma preocupação dos documentos com os fluxos migratórios internos, principalmente o rural-urbano, deixando de fora da discussão, mais uma vez, a demanda cada vez maior dos fluxos interestaduais.

No que concerne aos termos e conceitos encontrados sobre migração, uma análise mais detalhada mostra que os termos são utilizados para descrever a movimentação interna que ocorre no país, seja de cidade para cidade, ou mudança de Estado, como também e mais especificamente para a migração rural-urbana, ou mais propriamente o êxodo rural-urbano, que ocorreu muito fortemente no país devido à falta de acesso escolar no campo no século XX, e o desejo de melhoria nas condições de vida. As políticas voltadas para a educação no campo surgiram para evitar essa migração interna, e melhorar a produtividade no campo, pois há grande necessidade de se aprender a ler e escrever em qualquer área do país [...] (MATOS-DE-SOUZA, 2021, p. 7).

Os documentos ainda estão muito voltados para o período da mecanização do campo e o chamado êxodo rural, que ocorreu no Brasil nos anos de 1970. Essa constatação demonstra desatualização da realidade que há muito já foi transformada.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Matos-de Souza (2021) ressalta a preocupação com o assunto migração nas disciplinas de História, Geografia, Ciências e Português. O documento também traz o modo como deve ser o trabalho em sala de aula, no intuito da prática docente colaborar evitando a xenofobia, o racismo e o preconceito. Uma preocupação louvável que se relaciona diretamente com as características culturais dos migrantes e os enfrentamentos pelos quais passam diariamente.

Quando passamos a observar o que foi detalhado no seguimento recortado em nossa pesquisa; a temática da migração é abordada somente nos conteúdos de 4º e 5º ano, no entanto, Matos-de Souza (2021) analisa que há a reprodução de uma visão historiográfica marcada pelo mito das três raças e a formação das matrizes populacionais brasileiras, e nem mesmo as demandas culturais são lembradas. Mostrando uma grande lacuna a ser revista, até mesmo no que se refere ao estudo da temática.

O fluxo migratório nas DCNs é utilizado para explicar a evasão escolar e a dificuldade de permanência dos estudantes na escola. O documento enfatiza ser necessário medidas para que o aluno permaneça na escola. Com esses apontamentos, percebemos um pouco mais de avanço na temática, mesmo que essa premissa apareça superficialmente. Junto a ela encontramos menções a migrantes, principalmente nordestinos, comunidades ciganas e circenses, cujas realidades possuem aspectos claramente singulares. E, portanto, tais particularidades geram demandas muito diferentes que precisam ser analisadas e tratadas.

O texto ressalta que os migrantes nordestinos, os circenses e os ciganos têm o direito de serem aceitos pela escola, em qualquer que seja o tempo, sem especificar ou direcionar políticas públicas que atendam as dificuldades encontradas por estes grupos – seja de adaptação, garantia de aprendizagem ou assiduidade (GOIÁS/ DC/ 2020). A abordagem, contudo, parece dar ênfase ao preconceito histórico, como se apenas os nordestinos migrassem no país, classificando-os como nômades; sem diferenciar características específicas de cada grupo.

A escola, além de ser direcionada pelos documentos citados, ainda possui o Projeto Político Pedagógico (PPP), que é construído pela equipe escolar e aprovado pela Secretaria de Educação do município, nele deve conter as demandas individuais da escola e projetos para que sejam trabalhadas e melhoradas. Neste documento há preocupação com a questão dos migrantes internos e, assim como acontece no (GO/DC 2020) e na (BRASIL/BNCC 2017), o projeto abrange a questão da migração e é voltado para o conhecimento e o respeito à cultura dos que chegam.

O que percebemos, em nossas análises a respeito dos principais documentos que direcionam a educação brasileira e as políticas públicas geradas a partir delas a respeito da temática migração e educação, é que estes documentos se voltam quase sempre, para questão da segurança pública do país, e o recebimento de migrantes internacionais, mais especificamente os refugiados; e pouco se diz referente aos aumentos dos fluxos migratórios internos e os impactos na escola; a não ser quanto a conteúdos que os professores devem trabalhar sobre a temática.

Percebemos que é preciso avançar muito, pois nas buscas de pesquisas sobre o tema, notamos ainda serem escassos os documentos e apontamentos sobre a temática. É preciso avançarmos não apenas no respeito às diferenças, sejam quais forem, mas no conhecimento e na valorização da cultura de quem migra.



É necessário entender os impactos que o aumento do fluxo migratório causam nas regiões em que ocorrem, principalmente nas escolas, nas crianças em processo de alfabetização. Para isso, o Estado necessita traçar metas para amenizar as dificuldades cotidianas tanto enfrentadas pelos trabalhadores migrantes quanto de seus filhos, auxiliando essa população no que for urgente e indispensável para sua estabilidade – como a demanda por vagas, entre tantas outras indigências que citamos no decorrer de nosso texto.

Amenizar os efeitos das idas e vindas no processo de aprendizagem é, sobretudo, facilitar o atendimento dessas crianças na escola. Sem esquecermos de muitas outras demandas que surgem quando tratamos de migração, seja ela fluxo migratório interno, migração internacional ou migrações pendulares. A temática em curso precisa urgentemente de mais atenção diante do contexto pautado, bem como exige maior aprofundamento para tratar da precarização do trabalho que estamos vivendo em nossa contemporaneidade. E haja vista a probabilidade das migrações se tornarem cada vez mais necessárias ao trabalhador.

### **3.4 Reflexões sobre migração e escolarização**

O vai e vem das famílias em fluxo migratório causa não só impactos na escola que recebem os filhos destes trabalhadores, mas muito mais na vida destas crianças. As idas e vindas destas famílias em fluxo migratório contribuem para que essas crianças também se tornem trabalhadores que, futuramente, estarão no mesmo ciclo de busca por trabalho que hoje estão seus pais.

A mercadoria especial “força de trabalho” é produzida e reproduzida fora do local de trabalho, no espaço da família, da escola, da comunidade. Espaços estes em que temos pouco controle e dizem respeito ao número de filhos, ao tempo para cuidá-los, entre outros aspectos. Uma sociedade de classes se reflete em espaços de reprodução humana desiguais, como é o caso da oferta de escolas e socialização de conhecimentos (VENDRAMINI, 2020, p. 4).

Em um Brasil tão diverso, onde cada região possui tantas características culturais, o contraste de culturas e as formas de ser dentro da escola acabam por gerar a discriminação destas crianças e de seus modos de vida. Pois, como falado por Vendramini (2018), o migrante é sempre visto com desconfiança. A proliferação e

a manutenção do preconceito são alguns aspectos negativos, apontados por Maria Helena Patto (1999), os quais acometem as crianças e comprometem a relação ensino e aprendizagem.

Outros aspectos definidos, que os alunos enfrentam com as idas e vindas das famílias em migração são: a dificuldade de alfabetização na idade apropriada; a defasagem idade-série; a ausência de assiduidade, a dificuldade do acesso e da permanência na escola; a defasagem da aprendizagem e o aumento das disparidades sociais.

Entre a problemática gerada pelo fluxo migratório na busca por trabalho, destacamos dois aspectos que são os mais sentidos pela escola e evidenciados pelos dados levantados. O vai e vem das famílias em processo de migração, até que consigam se fixar, acaba por afetar a educação escolar das crianças o primeiro aspecto que é a assiduidade. Muitos são os que abandonam a escola precocemente para poder trabalhar e ajudar a família, afetando a própria qualificação para o trabalho e a possibilidade de melhora de vida pela via educacional, revelando um segundo aspecto que é o abandono.

Quando falamos de acesso e permanência na escola estamos nos referindo da garantia de matrícula para os filhos destes trabalhadores em fluxo migratório por trabalho e busca por assiduidade destas crianças. Principalmente, porque nas idas e vinda das famílias, por diversas razões elas não conseguem vagas ou não têm em mãos a documentação necessária para a realização da matrícula, como a transferência de outra escola. Até porque, quando solicitada na unidade escolar, este documento pode ser expedido num prazo de até 30 dias.

No caso dos migrantes, muitas vezes, não podem aguardar o prazo ou voltar na instituição para buscar o documento final. De tal modo, não conseguem sequer levar a transferência consigo. Um ciclo sem fim que causa desgaste para os responsáveis e ainda mais perda de tempo para essa criança que está fora da escola.

Vendramini (2020) ressalta que o percurso escolar da criança migrante é permeado por interrupções, seja pela necessidade imperativa de trabalhar quando chegada uma determinada idade – para ajudar na renda familiar ou pelos deslocamentos durante o período letivo – seja na rotatividade de escolas e na ausência de documentação escolar. Se nada for feito para mudar a condição dessas famílias, suas crianças levarão essa carga para o resto da vida. O culminará na

reprodução da vida de sua família. Se tornando mão de obra em busca de trabalho onde quer que o capital o ofereça.

Os filhos dos migrantes sofrem com o fracasso escolar. Sofrem porque são obrigados a viverem em mais de lugar no mesmo ano, a se adaptarem repentinamente numa outra escola, em outro lugar; sofrem pela necessidade de sobrevivência de sua família que, em geral, não pesa as consequências do ato de migrar, tampouco reflete sobre como será a vida escolar dos filhos. O fracasso não é só do aluno que não consegue obter o conhecimento necessário para modificar sua vida, mas de todo um sistema de ensino, que não consegue atender às demandas que esta criança necessita.

Segundo Maria Helena Patto (1999) são muitas as expectativas do ambiente escolar com relação ao aluno. Tais expectativas tendem à homogeneização, inclusive cultural. Todavia, a autora ressalta que cada um tem seu próprio arcabouço intelectual e cultural; e a falta dessa compreensão no ambiente escolar, afasta o aluno da escola ou contribui para o 'fracasso escolar', pois é exigido do aluno algo que ele não é capaz de oferecer (PATTO, 1999). No caso do aluno migrante, provavelmente ele vem passando por um momento conturbado de adaptação.

Patto (1999) conceitua o fracasso escolar, trata da força do processo de estigmatização e de discriminação por algumas marcas que a criança carrega, tais como: heranças étnicas, condições sociais e culturais de vida. Sendo assim, as crianças migrantes possui as características ressaltada pela autora, quando se refere as causas do comprometimento na aprendizagem das crianças em seus estudos, mesmo não se referindo exatamente a essas crianças.

Sabemos que no contexto atual de reestruturação da economia, em nível internacional, a flexibilização do trabalho, as perdas de direito trabalhistas e o aumento de prestadores de serviços no mercado de trabalho provocam maior mobilidade dos trabalhadores – que se dispõem a vender sua força de trabalho onde houver demanda. E tal conjuntura aprofunda ainda mais a problemática nas escolas.

Falar de fracasso escolar é falar de todas as dificuldades encontradas no caminho do estudante em qualquer idade, então, utilizaremos os estudos de Patto (1999) para refletirmos acerca da matéria. Para a autora, o tema é intrincado por questões históricas, especialmente se tratando de crianças em vulnerabilidade social.

Quanto às origens do fracasso escolar, a pesquisadora sugere que a escola foi introduzida e ofertada para as classes populares no sentido de uma unificação da

identidade nacional. As instituições educacionais surgiram assim que nasceram os estados nacionais, e estes propuseram o sistema econômico após a revolução industrial e francesa. Tais marcos fizeram surgir novos estilos de vida em sociedade, mudanças no modo de produção e o sistema hegemônico começou a afetar a educação, adentrando a escola.

O modo de produção capitalista sedimentou-se pela meritocracia, por meio do ideal burguês. Sob a ótica da burguesia, o indivíduo por si só, mesmo em uma sociedade de classes com condições adversas, seria responsável por suas conquistas, seu enriquecimento e seu sucesso. A noção burguesa instaura, pois, a falsa ideia de que todos possuem oportunidades iguais.

Neste contexto, a classe trabalhadora obrigada a vender sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção, precisava de especialização para concorrer às vagas de emprego. Obviamente, essa qualificação especializada viria pela escola. Patto (2015) ressalta que no modelo capitalista a riqueza é concentrada e não compartilhada, assim, uma grande massa de trabalhadores fica sujeito à miséria.” E é desta contradição do enriquecimento de poucos em detrimento da pobreza de muitos que surgem os êxodos rurais e as migrações em massa. Industrialização, urbanização e migração andam juntas” (PATTO, 2015, p. 43).

O século XIX caracteriza-se por uma contradição básica: nesse período a sociedade burguesa atinge seu apogeu, segrega cada vez mais o trabalhador braçal e se torna inflexível na admissão dos que vêm de baixo. No nível político e cultural, mantêm-se viva a crença na possibilidade de uma sociedade igualitária num mundo onde, na verdade, a polarização social é cada vez mais radical. Entre as pequenas conquistas de uma minoria do operariado e a acumulação de riqueza da alta burguesia cavava-se um abismo que saltava aos olhos.

Para Patto (2015), entender o fracasso escolar, entender a constituição do sistema de ensino brasileiro, marcado pela escravidão e pelas relações opressoras de raça e gênero, misturadas ao ideário burguês. Para autora, todas essas questões estão também imbricadas ao fracasso escolar.

Mesmo com demanda de escolarização, após o surgimento das primeiras industriais aqui no Brasil, tal mudança societal não significou sua aplicação ou cobrança por parte das classes populares. O ensino formal não era valorizado e só ocorreu como alternativa para qualificação profissional. E, durante a metade do século XIX, a escola tinha como premissa a formação de trabalhadores do estado.

Patto (2015) afirma que, por um tempo, as ciências humanas se ocuparam de desenvolver teorias raciais e higienistas que, com a adesão do modelo capitalista de produção, provocaram o deslocamento das igualdades formais para as desigualdades sociais, logo, desigualdades educacionais. A autora diz ainda que a passagem sem traumas da igualdade formal para a desigualdade social, realmente inerente ao modo de produção capitalista, “deu-se pela tradução das desigualdades sociais em desigualdades raciais, pessoais ou culturais” (PATTO, 2015, p. 2015).

Já Kátia Norões (2016), afirma que o processo de migração é também um processo de transformação de identidade. Em sua análise sobre o aluno migrante nas escolas mineiras, ela explicita como a identidade nordestina era tratada de modo inferior, num processo de afirmação do preconceito e, concomitantemente, inferiorização do povo nordestino. A autora ressalta que, em suas pesquisas, devido à estereotipia e à discriminação, percebeu que acontecia um esquecimento voluntário dos laços que mais identificavam o aluno como migrante, uma forma de defesa e busca por ser aceito, num local que o rejeitava.

Estes estudos corroboram com as observações de Patto (2015): a criança inferiorizada tem o processo ensino aprendizagem comprometido. A autora evidencia isso quando expõe a mudança de escola por parte as crianças que se se sentiam inferiorizadas por serem nordestinas. Aparentemente resolvido o problema, elas teriam novamente que passar por um processo de adaptação sem garantias de superação dos preconceitos na nova escola.

Ainda na atualidade, a escola é permeada pelas mesmas particularidades do modo de produção capitalista não superado. A escola sempre foi, e ainda é, reprodutora da sociedade e de todas as mazelas que fazem parte dela. Os filhos de migrantes passam pelos mesmos preconceitos citados pela autora, de raça, de gênero, e cultural. Tudo isso reafirma e aprofunda as disparidades sociais existentes, fazendo com que elas se perpetuem.

Para Patto (2015) a produção do fracasso escolar permeia o contexto educacional brasileiro desde sua origem e a educação não parece ser uma preocupação prioritária dos governos. A autora, que já alertou para os preocupantes índices de reprovação e evasão no ensino público, para mostra um outro problema que se apresenta com grande complexidade. E para compreendê-lo é necessário ir além das aparências, analisando de maneira minuciosa os processos históricos, sociais, econômicos e culturais.

Se analisarmos a situação das crianças em migração, com os pais em busca por trabalho, enxergaremos todas as premissas que precisam ser analisadas para a criação de políticas públicas e outras estratégias de combate ao fracasso escolar. Inclusive, no que tange a faixa de renda: as crianças, cujas famílias possuem maior renda, tendem a se sair melhor na escola e ocupam as melhores posições profissionais. Patto (2015) faz a defesa da escola pública, porém, defende também a urgência em reformá-la, com o propósito de buscar respostas para os problemas educacionais do país.

Finalmente, diante de tudo que analisamos e refletimos, compreendemos a importância e a urgência de incluirmos os estudos sobre o impacto da migração nas crianças que acompanham suas famílias. Sobretudo, analisar o papel da escola e do poder público, de modo a tornar visível este indivíduo e as demandas que são geradas pela situação de migração. Olhar não apenas para a migração internacional, como muito se tem feito, mas também aguçar o olhar para os fluxos migratórios por trabalho no âmbito do território nacional. Especialmente, reforçamos a relevância de discutirmos a migração e o processo de escolarização, relação pouco analisada histórica e teoricamente.

#### 4. MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR: OS DADOS EM APARECIDA DE GOIÂNIA- GOIÁS

O presente estudo foi organizado diante da necessidade de compreender as intercorrências na educação escolar de crianças que acompanham os pais em migração na busca por trabalho. A partir de então, para entender melhor o nosso objeto de estudo, nossas leituras e nossa investigação seguiram três eixos: trabalho, migração e educação escolar. Estes, durante a pesquisa bibliográfica se convergiram ao objeto de estudo através das relações que foram se estabelecendo em amálgama.

Iniciamos nossas investigações delimitando o conceito de trabalho e algumas categorias que pudessem estabelecer relações ao fenômeno da migração. Em seguida, nossas pesquisas se voltaram para definição de migração e de fluxo migratório, buscando também caracterizar o migrante. Procurando entender o contexto histórico das migrações por trabalho, estabelecemos suas relações quando analisamos estes eixos a partir do surgimento do modo de produção capitalista.

Em busca pelas universidades brasileiras, encontramos o grupo de estudo<sup>12</sup>, coordenado pela professora Vendramini que tratasse da temática. Percebemos então, a complexidade de se desenvolver tal estudo. A partir dos caminhos das pesquisas do grupo clareamos os caminhos que nossa pesquisa poderia seguir. O intuito era levantar dados os quais pudesse elucidar os impactos que a migração por trabalho vêm causando na vida escolar do filho do trabalhador migrante.

Em uma terceira etapa, munidos do levantamento dos dados e da constatação desses impactos, passamos a nossa etapa empírica e às pesquisas dos documentos. E, por meio da análise de dados pudemos efetivar nossa hipótese de que a migração em família não apenas compromete as repetidas faltas das crianças destas famílias, como acomete toda sua vida escolar. Dessarte, encontramos a questão da assiduidade exposta nos documentos direcionadores da educação brasileira, mas,

---

<sup>12</sup> O grupo de estudos Migração e Educação é coordenado pela Profa. Dra. Célia Regina Vendramini Integrantes – Eron Keoma Nascimento (Bolsista PIBIC), Marcos Antônio da Silva (mestrando PPGE), Larissa do Livramento Pereira (mestranda PPGE), Claudia Janet Hoyos Catano (doutoranda PPGE), Amalia Catharina da Cruz (doutoranda PPGE), Vanuza Pereira Leite (PPIELT-UEG). Temáticas estudadas – migração, expropriação, reprodução social, escolarização, EJA. Os encontros atualmente têm sido quinzenais. Disponível em: <https://tmt.ced.ufsc.br/sub-grupos-de-estudo-e-pesquisa/migracao-e-educacao/> Acesso em: 30/03/2023.

também organizamos quais seriam os principais comprometimentos da vida escolar dessas crianças.

Nesta seção, portanto, apresentamos as análises dos dados resgatados na unidade escolar escolhida, e expomos os dados estatísticos de outros órgãos e outras entidades que se dedicam a levantar e apresentar elementos sobre o trabalho, a migração por trabalho, e a educação escolar, seguindo do macro para o micro: Brasil – Goiás – Aparecida de Goiânia.

#### **4.1 Análises sobre a migração por trabalho no Brasil e em Goiás**

A terceirização, os postos de trabalho temporário, a subcontratação, a uberização, entre outras formas de trabalho, trazem consigo um panorama de aprofundamento da precarização. Desta forma, aumentam-se as formas de divisão do trabalho, acarretando a perda de direitos dos trabalhadores. Direitos conquistados duramente durante a história. Além disso, tais práticas intensificam o controle da vida dos mais vulneráveis. De certa maneira, o sistema capitalista controla suas vidas, porque para continuarem sobrevivendo, os trabalhadores precisam ir em busca do trabalho, onde quer que o capital o ofereça.

Nos dados estatísticos do IBGE (2010), os que estão sem um ‘emprego’ são chamados de ‘desocupados’. Até mesmo a utilização da palavra ‘desocupados’ traz para nós a sensação de que se o trabalhador está desempregado por sua falta de interesse em procurar ocupação. Como se apenas a vontade do trabalhador fosse suficiente para que ele fosse ‘empregado’. Porém historicamente isso não é bem assim.

Quem garante o operário que, para arranjar emprego, lhe basta boa vontade para trabalhar, que honestidade, a diligência, a parcimônia e todas as numerosas virtudes que a ajuizada burguesia lhe recomenda são realmente o caminho da felicidade? Ninguém. O operário sabe que, se hoje possui alguma coisa não depende de ele conservá-la amanhã, sabe que ao menor suspiro, o mais simples capricho do patrão, qualquer conjuntura comercial desfavorável podem lançá-lo no turbilhão do qual momentaneamente escapou e no qual é difícil, quase impossível manter-se à tona. (ENGELS, 2010, p. 69-70)

No contexto atual, a desocupação, como é chamado o desemprego nos estudos do IBGE, parece apenas reforçar a culpa dada ao trabalhador de não



conseguir trabalho. De não querer se submeter a qualquer condição ou salário ou de salário.

A taxa de desocupados, segundo o IBGE (2010), leva em consideração os desempregados, aqueles que não possuem ocupação e/ou estão procurando uma recolocação no mercado de trabalho. Aqueles que desistiram de procurar emprego, por qualquer que seja o motivo, são chamados pelo instituto de 'desalentados'.

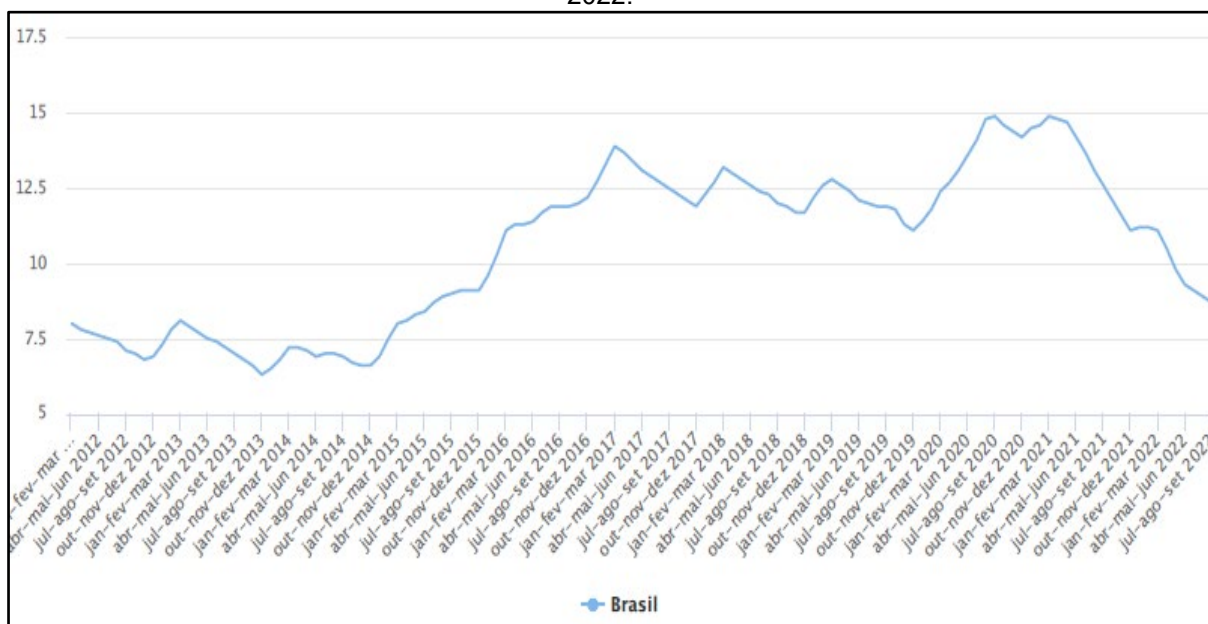
Nos últimos anos, a taxa de desocupados cresceu muito. A tendência e a previsão, diante da precarização do trabalho que estamos assistindo, é que esse quantitativo continue a crescer. Mesmos que as estatísticas melhorem, sabemos que a situação do trabalhador – diante das agruras impostas pelo modo de produção capitalista – só piora.

Em tal contexto, o trabalhador não só se mobiliza no espaço a procura de trabalho, mas também de colocação de acordo com a demanda do chamado mercado.

Tornando-se a mobilidade explicitamente um instrumento de adaptação da mão- de- obra, as deslocções espaciais não são aqui os únicos em causa, mas, juntamente com eles, todos os modos de passagem da mão-de-obra disponível para as esferas de valorização do capital e todos os modos de intensificação e produtivização desta mão-de-obra (GAUDEMAR, 1977, p. 21).

Neste sentido, iniciamos nossas observações com a taxa de desocupados compreendida entre os anos de 2012-2022. Abaixo temos o gráfico demonstrando o aumento na taxa de desocupados dos últimos dez anos no Brasil. Notemos o sobe e desce e as inconstâncias pelas quais o trabalhador é submetido pelo mercado – que ora apresenta grade geração de postos de trabalho, ora tantas oportunidades de emprego são extintas e aquele grupo de trabalhadores desocupados são direcionados a outros locais ou a outros tipos de colocações.

Gráfico 1 – Taxa de desocupados no Brasil, janeiro-fevereiro-março/ 2012 – julho-agosto-setembro/ 2022.<sup>13</sup>



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (IBGE, 2022) disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 29/03/2023

Os períodos de crise vivenciados no modo de produção capitalista são recorrentes e precarizam ainda mais as condições de vida da população mais pobre. Essas crises corroboram com o desemprego, o subemprego, a concentração de renda e a fome. Para Ednelson Mariano Dota e Silvana Nunes de Queiroz (2019) nos momentos de crise o trabalhador – individualmente ou em família – utiliza-se da migração como ferramenta, seja ela interna ou externa; e sai em busca de trabalho e melhores condições de vida.

As taxas de desocupação se elevam, assim como crescem o número de trabalhadores que precisam deixar seus locais de nascimento na busca por outros locais de trabalho e morada os quais garantam sua sobrevivência. Os números de

<sup>13</sup> 1-Para \ "Situação da variação em relação a três trimestres móveis anteriores (...)" e \ "situação da variação em relação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (...)" :

'Z' indica significância estatística considerada 95% de confiança;

'A' indica ausência de significância estatística considerada 95% de confiança.

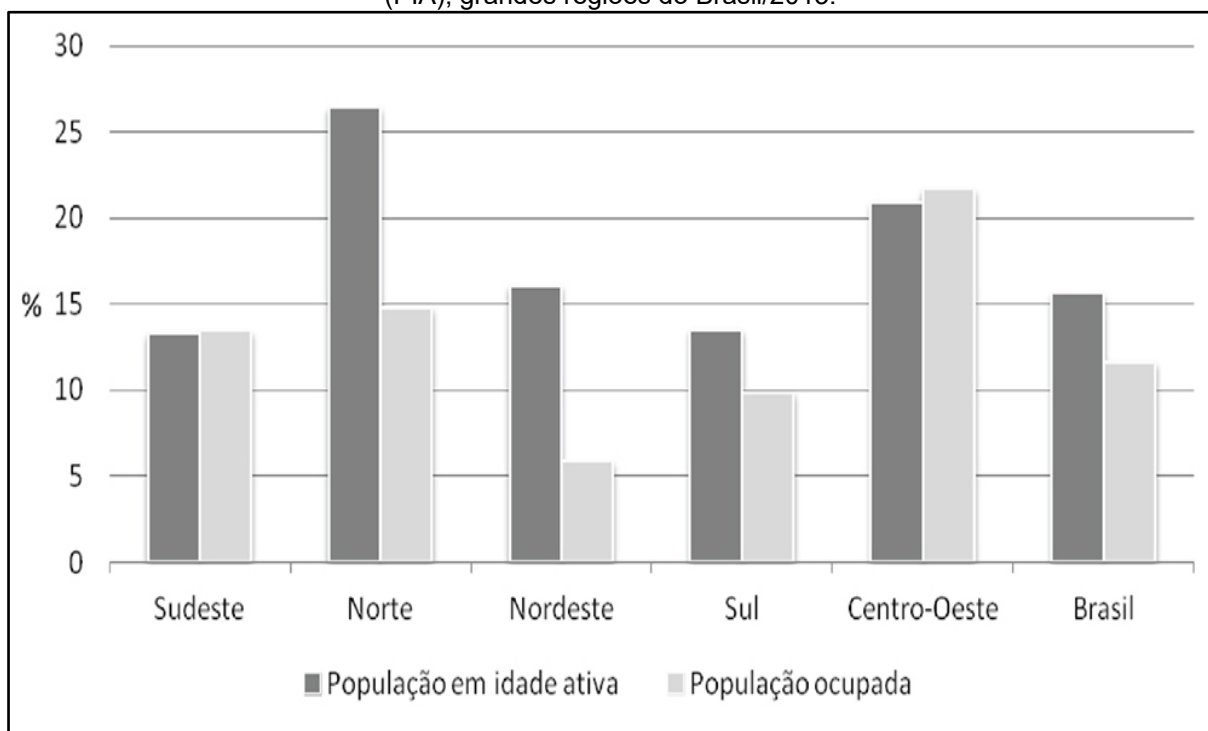
2- A partir de abril de 2016, um aspecto do conceito de desocupação foi alterado de forma a se adequar inteiramente à 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho – CIET, realizada em outubro de 2013, sendo o questionário ajustado. Com alteração desse aspecto, passa a ser considerados desocupados aqueles que conseguiram proposta de trabalho para começar após a semana de referência e que iriam começar a trabalhar em até 3 meses; os demais., isto é, aqueles que conseguiram proposta para começarem a trabalhar após 3 meses da semana de referência, passam a ser contabilizados na população fora da força de trabalho. Anteriormente, eram considerados entre os desocupados todos aqueles que conseguiram proposta de trabalho para semana de referência, independentemente do tempo em que iniciaram o trabalho que conseguiram. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 29/03/2023.

migrantes internos, com pouca capacitação e que estão dispostos a aceitar condições de trabalho precarizadas, é maior do que aqueles que possuem melhores formações profissionais (IMB, 2015).

De acordo com Dota e Queiroz (2019), entre 2005 e 2015, houve um aumento significativo na população em Idade Ativa (PIA), com o ingresso de 19,1 milhões de pessoas no mercado de trabalho. Embora esse crescimento pudesse ser favorável para a geração de riqueza, os números de desempregados também aumentaram, indicando que a oferta de trabalho não foi suficiente para absorver toda essa mão de obra. Durante esse período, o nordeste do país apresentou os maiores avanços nos indicadores de renda e emprego, apesar de ser conhecido por enviar muitos migrantes para outras regiões.

O gráfico abaixo demonstra este crescimento da população em idade ativa em detrimento com o percentual da população ocupada.

Gráfico 2 – Crescimento percentual da População Ocupada (PO) e da População em Idade Ativa (PIA), grandes regiões do Brasil/2015.



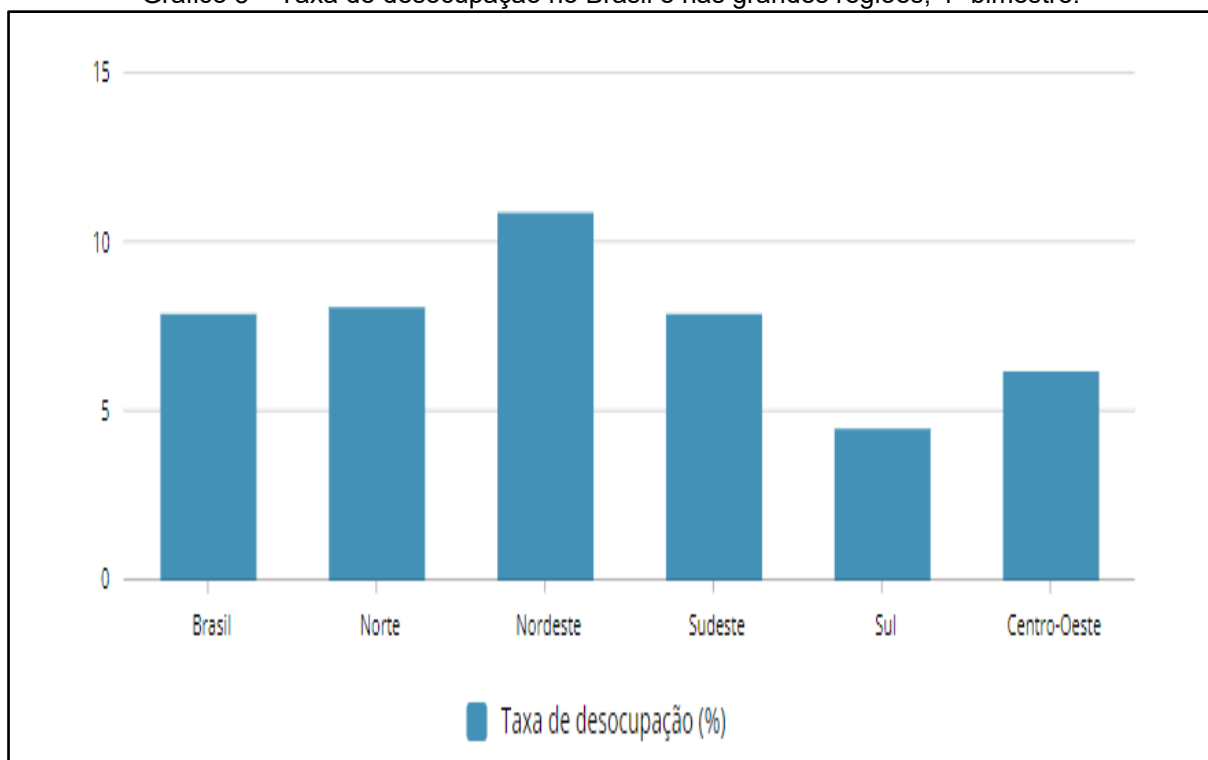
Fonte: IBGE, PNAD de 2005 e 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>  
Acesso em: 30/03/2023

O que podemos observar no gráfico é que na região Centro-Oeste há maior equilíbrio nas taxas de população em idade ativa e população ocupada e, por isso, tem se tornado polo de atração dos fluxos migratórios por trabalho. Enquanto as

regiões Nordeste e Norte, tem maior diferença entre estes fatores. Enquanto as regiões Nordeste e Norte, têm maior diferença entre os fatores. Dessas regiões, são os trabalhadores que mais se deslocam pelo Brasil à procura de trabalho, segundo análises do IBGE (2010).

O que podemos analisar no gráfico, diz respeito à população desocupada ou às pessoas desempregadas, por região do país. Novamente, percebemos que a região Nordeste possui maior índice de desocupação e, portanto, grande é a probabilidade de ter uma população pré-disposta a migração por trabalho para outras regiões do país, como ocorreu com Goiás.

Gráfico 3 – Taxa de desocupação no Brasil e nas grandes regiões, 4º bimestre.



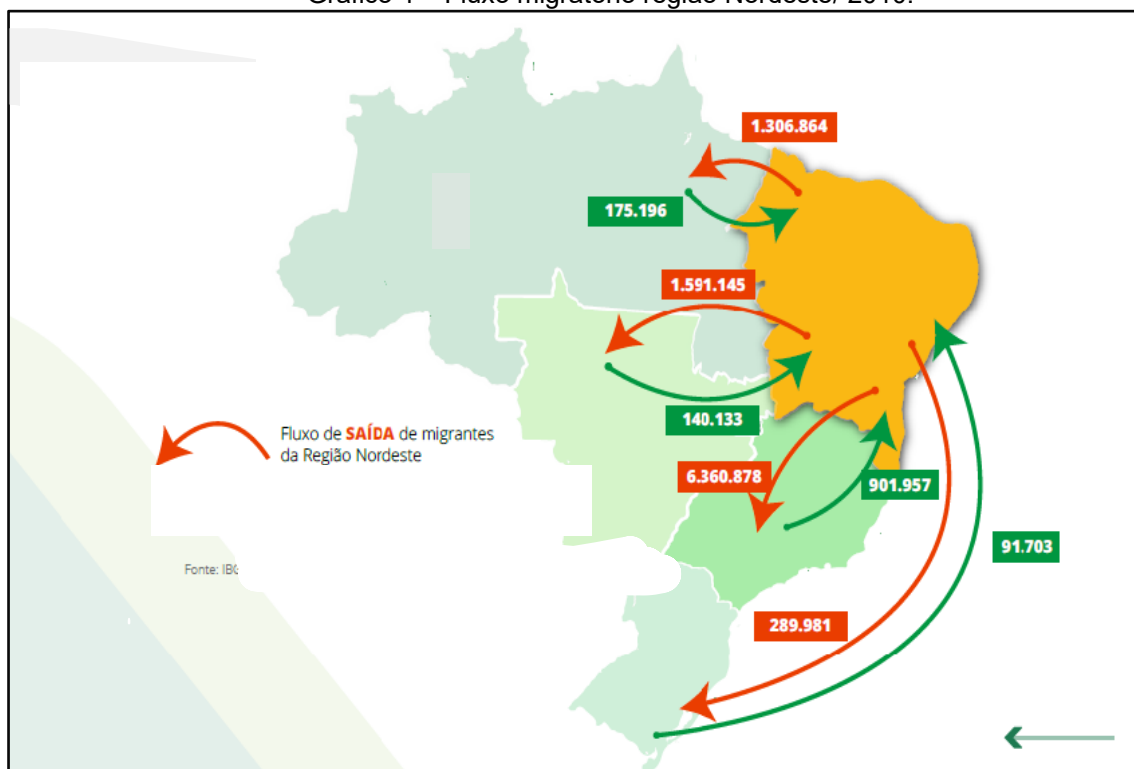
Fonte: IBGE (2010). Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9662-censo-demografico-2010.html> Acesso em: 28/03/2023.

Em 2010, ano em que ocorreu a consolidação do Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar, com o seu pleno funcionamento, o movimento dos fluxos migratórios brasileiros estava elevado, como apresentado na figura abaixo. Houve maior geração de postos trabalho em Aparecida de Goiânia, bem como surgiram novos postos de trabalho a partir de demandas da população da cidade que crescia.

Na ilustração abaixo, podemos observar a situação de saídas de pessoas do Nordeste e identificamos para onde elas se deslocam. Observamos que o Centro-

Oeste apresentou números expressivos no fluxo migratório, sendo o segundo em direcionamento dos migrantes nordestinos.

Gráfico 4 – Fluxo migratório região Nordeste/ 2010.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico- dados da amostra de 201 (SUDENE – DPLAN, 2017, p. 2).

O número de migrantes que saíram do Nordeste para o Centro-Oeste é de 1.591.145 pessoas. O período coincide com o momento de aumento da oferta de trabalho no Centro-Oeste e no município de Aparecida de Goiânia.

O que não podemos esquecer é que nem todos os trabalhadores que enfrentam a migração, conseguem se empregar com facilidade. Fazem-se necessárias muitas idas e vidas até que se estabeleçam, quando conseguem ser bem-sucedidos. Mas há aqueles que apesar de todo esforço não conseguem trabalho. Sobre isso, (ENGELS,2010, p. 119) alerta,

E se há mais operários que aqueles que à burguesia interessa, se ao término da luta concorrencial entre eles, ainda resta um contingente sem trabalho, esses contingentes deverá morrer de fome, porque o burguês só lhe oferecerá emprego se puder vender com o lucro o produto de seu trabalho [...]

Aqueles que não conseguem trabalho, vão sobreviver de subempregos, auxílio do governo, bicos esporádicos. E deste modo, contribuem com o aumento das

disparidades sociais da região a qual passam a fazer parte, gerando novas demandas de políticas públicas para atender à população excedente.

#### **4.2 O transbordamento da migração da capital Goiânia para Aparecida de Goiânia, região metropolitana**

Para Luís Estevam (1997), tanto a construção de Goiânia, nos anos 1930; quanto a construção federal, Brasília em 1960, são representações do interesse da expansão capitalista. Fazem parte de plano para incorporarem novas faixas territoriais e, apesar de não representarem necessariamente a industrialização da região, implantaram as primeiras relações assalariadas. Como a mão de obra especializada na construção civil era escassa, acabou-se por contratar trabalhadores especializados em São Paulo e Rio de Janeiro e, a partir de então, iniciou-se um processo de urbanização do estado de Goiás.

Para o autor foi o pacto rodoviário e das comunicações intra e inter-regional que possibilitou a aceleração da integração de Goiás, onde ocorreu o aumento do adensamento demográfico, desdobramento de municípios e significativa produção agropecuária. E os primeiros centros comerciais que surgiram foram as cidades de Anápolis e Goiânia.

[...] a entrada de fortes correntes migratórias em Goiás, teve um primeiro impulso durante a construção de Goiânia e anos posteriores. Porém tem-se este processo intensificado de forma significativa entre os anos de 50 e 80, quando então, ocorre a modernização das atividades econômicas principais do estado. (BUENO, 1999, p. 67)

Em 2010, o IBGE apontou que cerca de 90% da população de Goiás residia nas zonas urbanas, reflexo da atração de empregos e capitais no setor industrial e de serviços. Mas, sobretudo, consequência das transformações no campo, como a mecanização, monocultura de soja, a produção de cana-de-açúcar e o investimento em agronegócios etc. Mudanças radicais que acabaram por tirar os produtores familiares do campo empurrando-os para cidades, especialmente a partir de 1970. Quando a reestruturação produtiva do capital se desloca para regiões pouco industrializadas, mas com infraestrutura para isso, da criação de Distritos Industriais em regiões estratégicas.

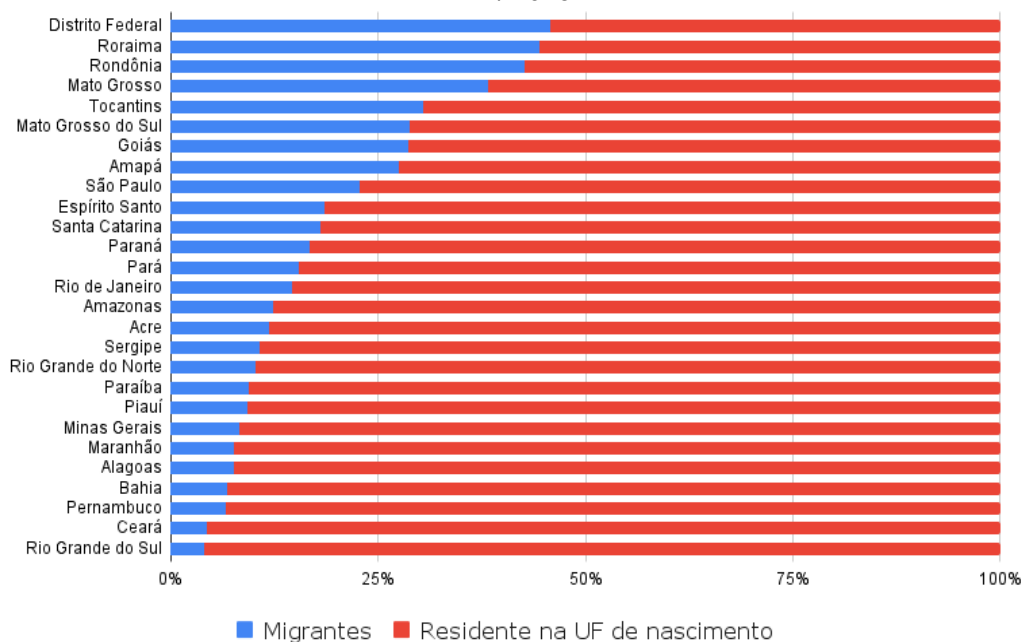
[...] foram criados inúmeros programas de concessão de crédito no intuito de financiar a implantação e a expansão de empreendimentos industriais no estado. Além destes, o governo estadual, em parceria com os municípios, estimularam a criação de distritos industriais, espaços dotados de

infraestrutura básica para o funcionamento da atividade industrial, realizando a doação de terrenos para instalação das fábricas e criando as condições necessárias para sua permanência e crescimento (DIAS e SABOTA, 2010, p. 3)

Dentre os principais municípios que abrigaram estas políticas de desenvolvimento, sobretudo por suas características, estão: Anápolis, com o Distrito Agroindustrial (DAIA) – cuja criação foi 1976 com indústrias farmacêuticas e uma montadora de automóveis; Rio Verde, com o Distrito Industrial Municipal de Pequenas empresas (DIMPE) – criado em 2004; e Aparecida de Goiânia com três distritos industriais – sendo o primeiro criado a partir de 1996. Sobre os polos de Aparecida de Goiânia, são eles: o Polo Empresarial Goiás, o Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia (DAIAG) e o Distrito Industrial de Aparecida de Goiânia (DIMAG). O Polo Empresarial Goiás hoje é chamado de Distrito Industrial Vice-presidente José de Alencar.

De acordo com os dados estatísticos realizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), e os dados obtidos, quando falamos da realidade nacional, podemos observar em cada unidade federativa entre naturais da região e os migrantes temos o seguinte quadro.

Gráfico 5 – Proporção entre migrantes e residentes na Unidade Federativa (UF) de nascimento, Brasil/ 2015.



Fonte: SIDRA/IBGE- PNAD (criação Marcos Antônio Silva)<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Composições do autor SILVA, Marcos Antônio. Trabalho e Educação: a reprodução social de trabalhadores migrantes do município de Balneário Camboriú/SC em 2020, no contexto da pandemia

Podemos observar que Goiás é o sétimo estado brasileiro com mais residentes fora da UF de nascimento, são cerca de 25% da população migrante. Este índice era de pouco mais de 30% em 2010, demonstrando que a migração para Goiás, têm aumentado. Isso ocorre devido a estabilização da geração de emprego tem diminuído em outras regiões do país.

O estado de Goiás, em sua constituição, tem como uma de suas principais características de sua formação a migração. De acordo O IMB (2014), desde a época de sua colonização, o estado recebe pessoas oriundas de todas as regiões do Brasil, em especial do Nordeste e Sudeste brasileiro.

A migração nos dias atuais continua muito relevante. No censo de 2010, realizado pelo IBGE, Goiás contava com 27% de habitantes nascidos em outros estados brasileiros. A região Nordeste tem maior representatividade na formação demográfica de Goiás, sendo que 42% da população migrante do estado é vindos de estados advinda de estados nordestinos.

A tabela abaixo demonstra mais claramente de onde são os migrantes que escolheram Goiás para trabalhar e se instalar.

Gráfico 6 – População residente não nascida em Goiás, por região de nascimento, Goiás/2010.

Região	Total	%	% Universo
Nordeste	676.064	41,8	11,3
Sudeste	419.240	25,9	7,0
Centro-Oeste - exceto Goiás	294.460	18,2	4,9
Norte	171.593	10,6	2,9
Sul	49.474	3,1	0,8
País estrangeiro	8.278	0,5	0,1

Fonte: Censo Demográfico 2010. Elaboração: IMB – SEGPLAN, Gerência de Estudos Socioeconômicos e especiais. (IMB, 2014, p. 7)

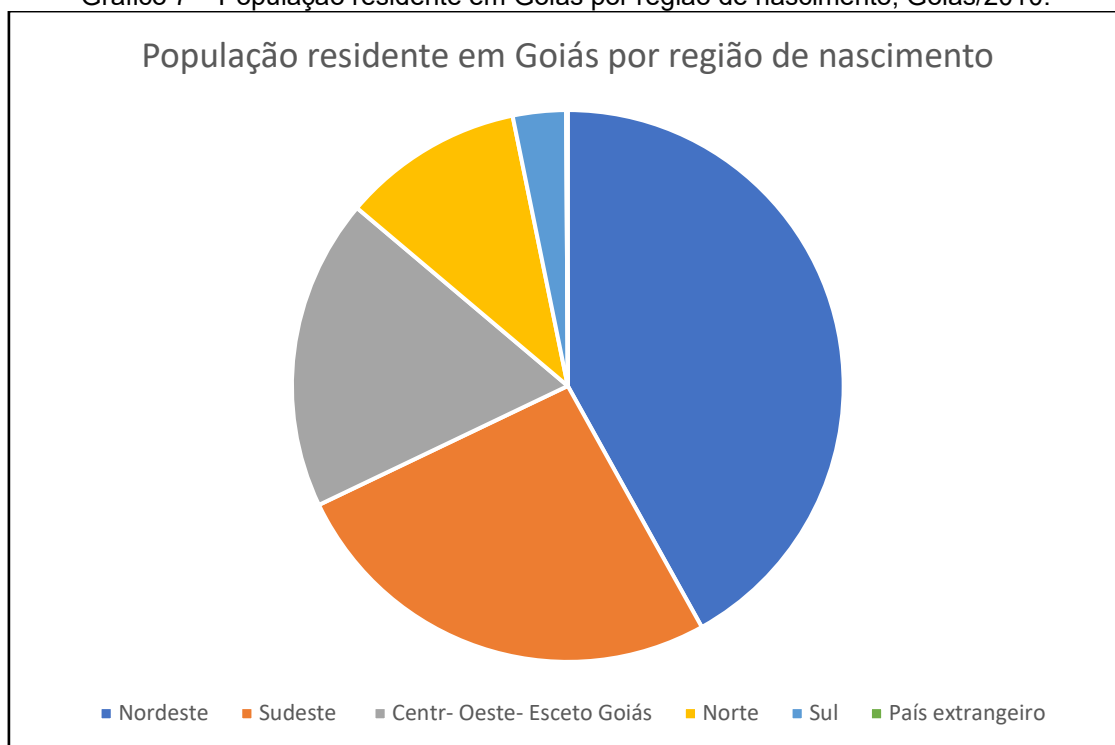
Percebemos que o Nordeste sempre esteve mais presente nas migrações por trabalho, em Goiás. E entre os migrantes segundo estudos do IMB, são os menos



escolarizados. Os trabalhadores que se direcionam mesmo hoje, para Goiás, são em sua maioria advindos de cidades pouco desenvolvidas, principalmente dos Estados do Maranhão e Bahia.

O gráfico abaixo demonstra mais claramente esta distribuição da população residente não nascida em Goiás pela região do qual são oriundas.

Gráfico 7 – População residente em Goiás por região de nascimento, Goiás/2010.



Fonte: Censo Demográfico 2010/IMB (IBM, 2014) – Criação da autora

Em 2010 havia mais migrantes do que residentes nascidos no estado de Goiás. Segundo o IMB (2014), quando analisamos a localidade de nascimento desta população migrante, no que refere a região Centro-Oeste, exceto Goiás, o Distrito Federal aparece como a segunda maior população de não nascidos em Goiás, muito destes migrantes vieram do entorno da capital federal, carente em serviços de saúde, educação e trabalho. Os outros estados que se destacam são Bahia e Maranhão, da região Nordeste. O que coincide com as localidades de nascimento das crianças matriculadas na escola escolhida como base nossa pesquisa.

Abaixo encontra-se especificado a população goiana por local de nascimento, onde podemos perceber que quase 30% da população residente em Goiás tem origem em outros estados de nascimento.

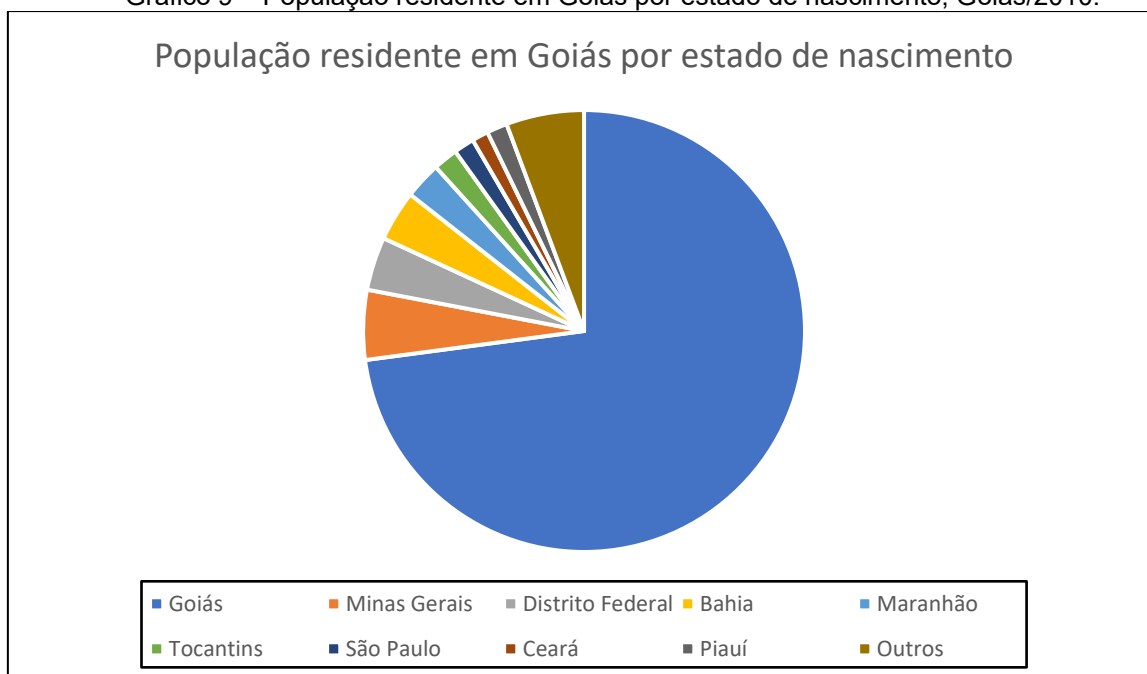
Gráfico 8 – População residente de Goiás por estado de nascimento, Goiás/2012.

Estado	Total	%
Goiás	4.349.089	72,9
Minas Gerais	302.813	5,1
Distrito Federal	234.718	3,9
Bahia	218.329	3,7
Maranhão	161.712	2,7
Tocantins	107.842	1,8
São Paulo	92.336	1,5
Piauí	89.628	1,5
Ceará	69.124	1,2
Outros	342.607	5,7

Fonte: Censo Demográfico 2010. Elaboração: IMB-SEGPLAN – GO/ Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais (IBM, 2014, p. 8)

No gráfico abaixo podemos observar melhor a porcentagem da população residente em Goiás que nasceu em outros estados e quais são estes estados.

Gráfico 9 – População residente em Goiás por estado de nascimento, Goiás/2010.



Nos grupos de migrante mais expressivos residentes em Goiás estão os do Distrito Federal e dos estados de Minas Gerais, Bahia e Maranhão. Confirmamos

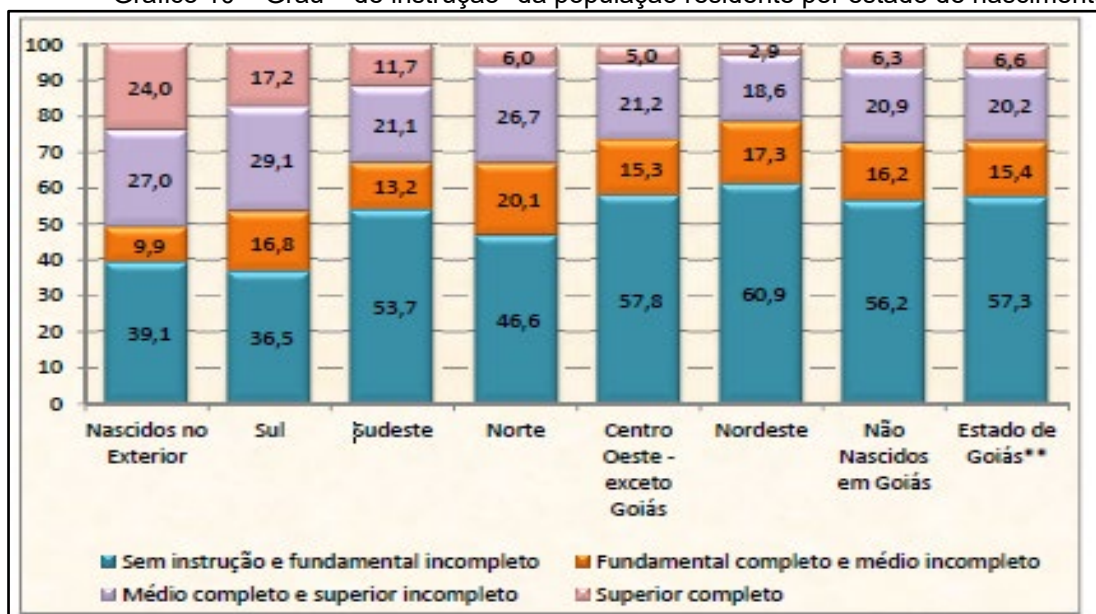
estes dados ao analisarmos a localidade de nascimento das crianças as quais pesquisamos. Os maiores índices coincidem com os apresentados nestes dados de 2015 e há um aumento no número de crianças migrantes advindos de São Paulo e Tocantins.

O IMB (2014) fez uma análise das condições socioeconômicas dos não nascidos em Goiás, concluindo que, em geral, os remanescentes do Sudeste vivem em melhores condições de acesso, tendo em suas casas: esgoto, água tratada, serviço de coleta de lixo, por exemplo. Enquanto os migrantes advindos do Nordeste, vivem em condições mais precárias. Destacamos ainda que os migrantes do Piauí, juntamente com aqueles oriundos do Distrito Federal, são os que vivem em situação de maior precariedade.

Outra correlação importante é a que se refere ao grau de escolaridade por local de nascimento. Dos nordestinos, quase 61% dos residentes em Goiás não tinham instrução ou apenas tinham o ensino fundamental incompleto. E cerca de 3% tinham ensino superior completo.

Abaixo a figura mostra mais detalhadamente o grau de instrução dos trabalhadores que chegam a Goiás.

Gráfico 10 – Grau de instrução\* da população residente por estado de nascimento



Fonte: Censo Demográfico 2010. Elaboração: IMB- SEGPLAN- GO/ Gerência de Estudos Socioeconômicos e especiais. \*Não inclui os que possuem grau de instrução indeterminado (IMB, 2014, p. 18)

Os dados nos levam a inferir que: os mais afetados pelo modo de produção capitalista e sua expansão, e que precisam procurar outras localidades em busca de

trabalho para continuar vendendo sua força de trabalho, são aqueles mais vulneráveis e com menos escolaridade e qualificação. E por isso, precisam procurar outras localidades em busca de trabalho. Como apontado no gráfico acima, os mais afetados por essa realidade são advindos do Nordeste brasileiro.

### **4.3 O direcionamento do fluxo migratório e os distritos industriais de Aparecida de Goiânia**

O município de Aparecida de Goiânia estende-se por 288,3Km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 2005,2 habitantes por Km<sup>2</sup>. Em seus arredores estão os municípios de Senador Canedo, Hidrolândia, além da capital Goiânia. Portanto, trata-se de uma cidade metropolitana, que é na atualidade a segunda maior cidade do estado de Goiás com pouco mais de 600 mil habitantes, segundo o IBGE (2010). A origem do município, segundo Aparecida (2022), está ligada à religião e à fé, pois a cidade se formou nos arredores da igreja de nossa Senhora de Aparecida da congregação do Santíssimo Redentor, localizada na fazenda Santo Antonino. Esta, logo se transformou num pequeno povoado, que foi crescendo enquanto pequenos comércios foram surgindo. As terras onde surgiram o povoado pertenciam ao município de Hidrolândia. Em 1963, contudo, foi emancipada e se tornou o município de Aparecida de Goiânia, carregando esse nome em homenagem à forma e ao local no qual surgiu.

Giselia dos Santos Cortez e Janylle Irys Silva Duarte (2018) mencionam que quando o centro histórico da cidade foi perdendo status comercial a avenida Rio Verde, atual limite entre a capital e a cidade, passou a receber aumento no comércio e serviços. Isso ocorreu porque houve um transbordamento de Goiânia e seu crescimento para as margens, onde se encontra a cidade de Aparecida de Goiânia.

A cidade é formada por 75% de população urbana e de 25% de população rural. Prefeitura de Aparecida de Goiânia (2022), estando situada a 18 quilômetros da capital pela BR-153, faz limite com a capital Goiânia e os municípios de Hidrolândia, Senador Canedo e Bela Vista.

Mapa 1 – Imagem mostrando a proximidade do município de Aparecida de Goiânia com a capital Goiânia



Fonte: Google Maps e portal de geoprocessamento da prefeitura municipal de Aparecida de Goiânia.<sup>15</sup>

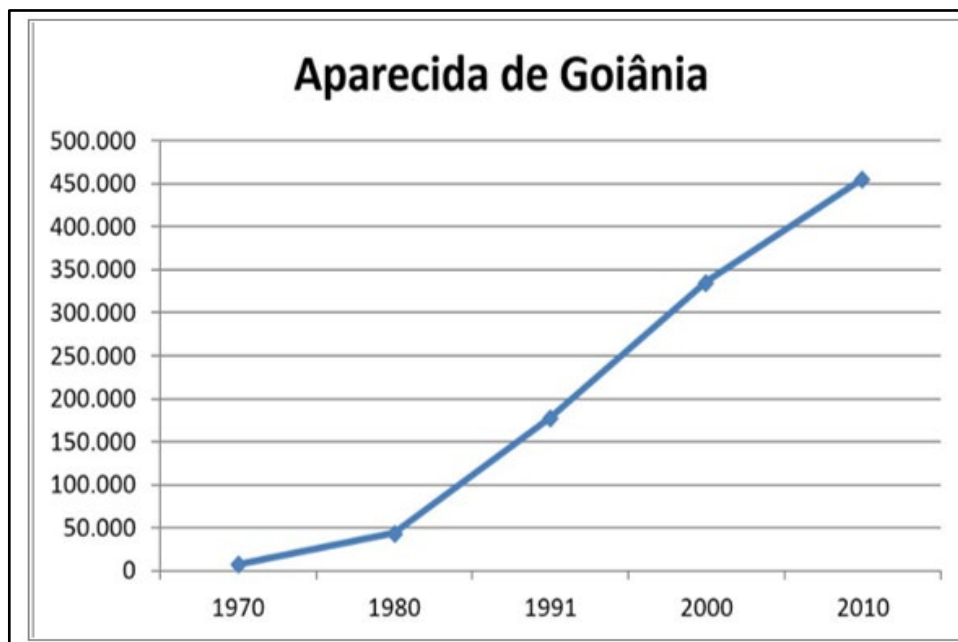
Por conta de sua localização segundo Pinto (2009), atraiu os migrantes que vinham em busca de trabalho na capital. Por muito tempo, Aparecida de Goiânia foi chamada e vista como cidade dormitório, pois o trabalhador que resolvia por morar em Aparecida de Goiânia, trabalhava e estudava na capital, pois a cidade ainda não tinha demanda suficiente de vagas para o jovem trabalhador. Neste contexto, segundo Camilo (2014), a cidade se firmava como uma periferia precária, repositório de mão de obra não especializada e barata.

A partir de 2004, algumas políticas criaram quatro polos de desenvolvimento empresarial e industrial e foram necessários mais alguns anos para efetivação destes polos. Em 2010 eles estavam em pleno funcionamento o que aumentou a oferta de trabalho e intensificou os fluxos migratórios que antes eram direcionados para capital, e os trabalhadores passaram a trabalhar e se estabelecer na cidade de Aparecida de Goiânia.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Aparecida+de+Goi%C3%A2nia,+GO/@-16.7956755,-49.4198192,11z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0x935efbd4bcc9396d:0x138ecc5abca8e4e8!8m2!3d-16.8226787!4d-49.2473476!16zL20vMDI2bWp3> Acesso em 28/03/2023.

Na figura abaixo podemos observar o crescimento populacional ao longo deste período.

Gráfico 11 – Crescimento populacional por milhares – Aparecida de Goiânia



Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010). Elaboração IMB (2011). Disponível em:<sup>16</sup>

Hoje, a cidade é hoje, a segunda mais populosa do estado de Goiás, ultrapassando Anápolis e Rio Verde, cidades que possuem grandes polos industriais também. Conforme podemos observar, dados houve um aumento exponencial da população do município a partir da década de 1990, corroborando com o início das políticas de criação do primeiro DAIAG. Houve ainda outro salto de crescimento na década de 2000 quando se iniciava a construção e funcionamento de empresas no Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar. Um crescimento superior à média geral de outros municípios do estado de Goiás e coincidem com o aumento de migrantes que se estabeleceram na cidade. Que vão ao encontro também ao transbordamento citado por Pinto (2009). Ou seja, a população migrante passa a procurar moradia em Aparecida de Goiânia, devido à proximidade com a capital e o início desta busca por moradia acontece primeiramente segundo o autor nas

16

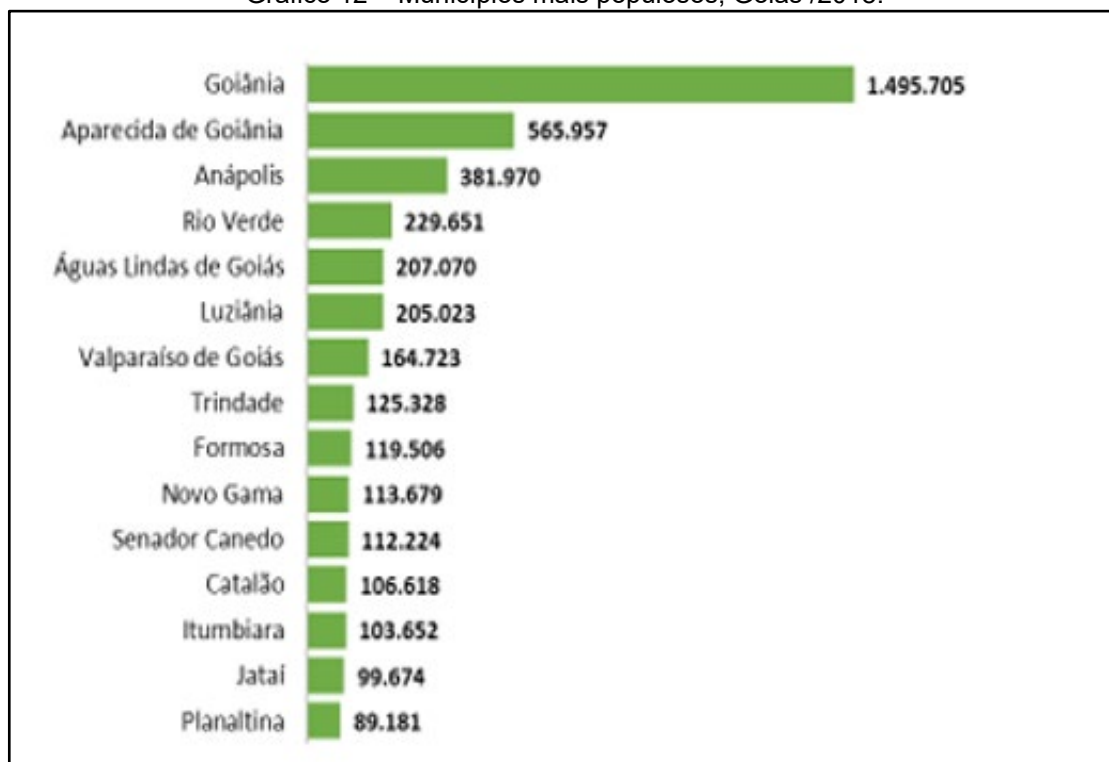
Disponível

em:

<chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2011/dinamica-populacional-de-goias-uma-analise-do-censo-2010-do-ibge.pdf> Acesso em 05/03/2023.

proximidades da Avenida Rio Verde, a divisa entre os dois municípios, como se a população transbordasse para o município vizinho.

Gráfico 12 – Municípios mais populosos, Goiás /2018.



Fonte: IBGE. Elaboração IBM (2014, p. 20)

De acordo com os dados, observou-se a diferença de pouco mais de 180 mil habitantes entre o primeiro e o segundo município mais populoso, Anápolis – que também conta com distrito industrial com características parecidas com aquelas dos municípios de Aparecida de Goiânia e de Rio Verde. Estes receberam auxílio do Governo Federal para a criação de distritos industriais.

A migração que ocorre em Aparecida de Goiânia, corrobora com as pesquisas desenvolvidas até agora, e é provocada pela expansão e pela acumulação do capital. Acumulação que faz com que grupos de trabalhadores, dispostos à mobilidade, partam de suas terras originárias em busca de encontrar outras regiões com maior oferta de trabalho. E obviamente, onde possam continuar a vender sua força de trabalho (VENDRAMINI, 2018).

Sabemos que a atração do fluxo migratório não está direcionada apenas ao distrito industrial. Setores como o de serviço e comércio ou a construção civil também têm crescimento com e na oferta de trabalho. Engels (2010), já esclarecia sobre o que surge quando um conglomerado de indústrias se estabelecem numa localidade,

O grande estabelecimento industrial demanda muitos operários, que trabalham em conjunto numa mesma edificação; eles devem morar juntos e próximos- e por isso, onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila. Os operários têm necessidades cuja satisfação depende de outras pessoas que acorrem à vila: artesãos, alfaiates, sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros. (...)Quando a primeira fábrica não pode empregar a todos os salários caem e consequência, novos industriais ali se estabelecem. Assim da vila nasce uma pequena cidade. Quanto maior a cidade maiores são as vantagens que ela oferece. (ENGELS,2010, p. 64-65)

Ao se escolher o local para o estabelecimento de um distrito industrial, já se tem um estudo de todas as facilidades que aquele local pode oferecer. Tão logo é escolhido não somente pela localização e pela infraestrutura, mas também pela certeza da mão-de-obra, pelo mercado potencial de consumidores e por oferecimento de serviços e comércio. De todas as regiões escolhidas em Goiás para instalação de distritos industriais, Aparecida de Goiânia, foi a mais promissora. Aqui se instalaram quatro distritos industriais e empresariais, devido à proximidade do município com a capital e em decorrência de todas as vantagens que poderia se obter de um centro urbano em pleno desenvolvimento.

Na tabela a seguir podemos analisar os setores que mais empregaram em Aparecida de Goiânia, no ano de 2015.

Tabela 1 – Número de empregados admitidos e desligados -Aparecida de Goiânia- Goiás/2015.

<b>Setor da economia</b>	<b>Admitidos</b>	<b>Desligados</b>	<b>Saldo</b>
Extrativa Mineral	34	51	-17
Indústria de Transformação	9.673	11.883	-2.210
Serviços Industriais de Utilidade Pública	376	333	43
Construção Civil	8.843	10.144	-1.301
Comércio	12.489	13.420	-931
Serviços	20.444	24.020	-3.576
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	70	86	-16
<b>Total</b>	<b>51.929</b>	<b>59.937</b>	<b>-8.008</b>

Fonte: Caged/TEM, (FIEG, 2015, p. 17)

Os dados apresentados demonstram que os setores com maior oferta de trabalho no município são: a indústria de transformação, a construção civil, o comércio



e serviços. Demonstrando que os principais postos de trabalho são em funções que exigem pouca escolarização.

#### **4.3.1. Parque industrial Vice-presidente José de Alencar**

Os fatores apontados pelo estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG, 2015) aponta os principais motivos para instalação do Parque industrial em Aparecida de Goiânia, são eles: a disposição de espaço; o potencial para atrair investimentos em infraestrutura; e a logística de transporte, já que o Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar está localizada as margens da BR 153. Acrescentamos a esta lista a mão de obra disponível, devido ao fluxo migratório já existente.

Na verdade, foram construídos na cidade quatro distritos industriais, três de jurisdição municipal e um de jurisdição estadual. A saber: DIMAG; o Polo Empresarial Goiás; o Parque Industrial de Aparecida de Goiânia, Vice-presidente José de Alencar; e o de jurisdição estadual DAIAG. As empresas instaladas nestes polos fabricam os mais variados produtos.

Quanto as desapropriações para criação do distrito; Ivna Olímpio Laura (2014) relata que, nenhum dos polos foi entregue com infraestrutura, as desapropriações foram realizadas, mas muitos proprietários não foram indenizados. A cessão de áreas públicas dos municípios acontece de forma simples, desburocratizada, gratuita e com poucas exigências. A área é cedida e não doada; e, caso a área já tenha sido cedida anteriormente e tenha sido feita algum bem feitoria, esta poderá ser avaliada e cobrada ao novo cessionário. Entretanto, a área não poderá ser vendida, por se tratar de área pública.

Para cessão as empresas precisam cumprir exigências, dentre elas devem possuir capacidade de investimento, a ser analisada através de documentos contábeis. Além disso exige-se construção mínima de 33% da área. O prazo é de 10 meses para a construção e pleno funcionamento.

Para os nossos estudos consideramos apenas o Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar. Segundo os estudos desenvolvidos pela FIEG (2015), o Parque Industrial, em 2010, contava com 101 empresas instaladas e em funcionamento com potencial para abrigar grandes organizações logística. Sendo que

80% das atividades das empresas relacionadas à logística, as restantes aos ramos da construção civil, da alimentação, dos cosméticos, da indústria de gases, de adubo, de material para construção civil, de vestuários e de serviços gráficos. Cerca de 50% destas empresas funcionam em regime de trabalho em três turnos, ou seja, o funcionam 24 horas.

Segundo os estudos realizados pela FIEG (2015), há uma dificuldade em encontrar trabalhadores com maior capacitação, então, a maior parte dos empregados nestas empresas fazem parte do quadro operacional, no entanto, apenas 57% das empresas segundo o estudo do FIEG (2015) tinham plano de capacitação para funcionários.

Mapa 2 – Imagem mostrando a localização do Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar

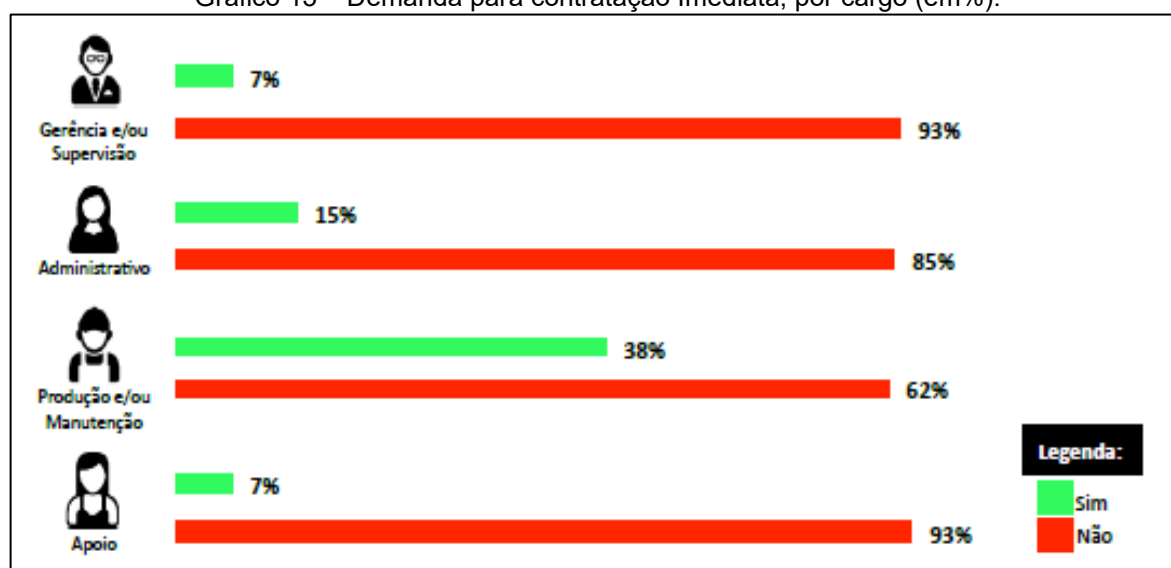


Fonte: Google Maps e portal de geoprocessamento da prefeitura municipal de Aparecida de Goiânia – composição da autora. Disponível em: <https://www.aparecida.go.gov.br/parque-industrial-vice-presidente-jose-alencar/> Acesso em: 22/03/2023.

A maior demanda de vagas hoje são para cargos da área de manutenção e produção, seguida de contratação de cargos administrativos. Os produtos são direcionados para vendas em Goiânia, em todo estado de Goiás, no Brasil e em outros países. Sendo 6% da produção para exportação.

O quadro abaixo é um ilustrativo das demandas de acordo com os cargos e/ou funções.

Gráfico 13 – Demanda para contratação Imediata, por cargo (em%).



Fonte: IEL/Pesquisas -2015/Base 109 empresas (FIEG, 2015, p. 30)

A grande maioria das funções com maior disponibilidade de vagas exige pouca escolaridade dos trabalhadores e vão ao encontro ao que nossos estudos já demonstravam. A empregabilidade, principalmente, está ligada a trabalhos operacionais, ou seja, trabalhadores que estão com disponibilidade de colocar a mão na massa, no chão das fabricas e industriais e, principalmente, na limpeza e na manutenção básica dos locais.

Quanto à média salarial dos aparecidenses, temos o seguinte cenário apresentado pelo IBGE (2010): o salário médio mensal era de 2.0 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 20.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, Aparecida de Goiânia ocupava as posições 85 de 246 e 58 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2040 de 5570 e 1282 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por

peessoa, tinha 29.6% da população nessas condições, o que a colocava na posição 230 de 246 dentre as cidades do estado de Goiás e na posição 4751 de 5570, dentre as cidades do Brasil.

Um terço dos trabalhadores aparecidenses, como em todo Brasil, encontram-se em postos de trabalho de terceirização de serviços, nos postos de trabalho temporário, na subcontratação e, principalmente, no que chamamos hoje de uberização, segundo dados do PNAD (2021) Pode-se observar que no município houve grande crescimento nos setores de entrega por cadastramento em plataformas digitais de oferecimento de serviços.

Com o podemos observar nos dados do IBGE (2010) pouco mais de 20% da população do município está empregada em trabalhos fixos. Boa parte da população, em contrapartida sofre com a pobreza, sobretudo, aqueles que acabaram de chegar na cidade por fluxo migratório, em busca de se encaixar num mercado de trabalho já tão competitivo.

No entanto, relembando o percurso que fizemos até aqui percebemos a importância das migrações na composição da força de trabalho de Aparecida de Goiânia. Essa população contribuiu com investimentos na infraestrutura do município; concentração de capital na região; processo de aceleração de urbanização do município, entre outros. As migrações como fazem parte do processo de expansão capitalista, contribuem para o aprofundamento das desigualdades já existentes, e maior degradação do trabalho. Como vimos a mão de obra disponível é abundante para se criar um 'exército de reserva'. Tal categoria de Marx (2004) demonstra que o sistema opera pressionando os trabalhadores empedados, de modo a aceitarem qualquer situação para não se verem desempregados e sem proventos ou subsídios.

#### **4.4 Análise dos dados da Escola Roque Inocêncio Mendes**

Utilizando-nos de todas as categorias desenvolvidas ao longo desta dissertação pretendemos discutir as condições das crianças, filhas de trabalhadores em migração. Trata-se de um recorte de uma realidade existente em todo município brasileiro não somente em nosso estado Goiás. Assim, não só na Escola Municipal Roque Inocêncio Mendes, nosso campo de estudo, mas nacionalmente encontramos quadros que assemelham em condições. Em nosso trabalho, buscamos dar

visibilidade não apenas aos eventos que particularmente ocorrem na unidade escolar examinada, mas também trazer à tona a representatividade do que ocorre na atualidade. Ou seja, buscamos tensionar as particularidades do objeto de pesquisa àquilo que é universal numa lógica do modo de produção capitalista.

A unidade escolar escolhida para o levantamento dos dados foi a Escola Municipal Roque Inocêncio Mendes, localizada na rua 01, s/n, esquina com a 64, bairro Independência, Aparecida de Goiânia, Goiás. Com localização urbana, atende à modalidade de ensino regular, nas seguintes etapas da Educação Básica: Educação Infantil, agrupamentos 4 e 5; e os anos iniciais do Ensino Fundamental, 1º ao 5º ano. A mesma região conta com mais quatro escolas municipais, sendo que duas delas atendem às mesmas modalidades da escola que escolhemos e outras duas trabalham com os anos finais do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano.

Mapa 3 – Imagem mostrando a localização da Unidade Escolar no município de Aparecida de Goiânia-Goiás



Fonte: Google Maps e portal de geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - composição da autora. <sup>17</sup>

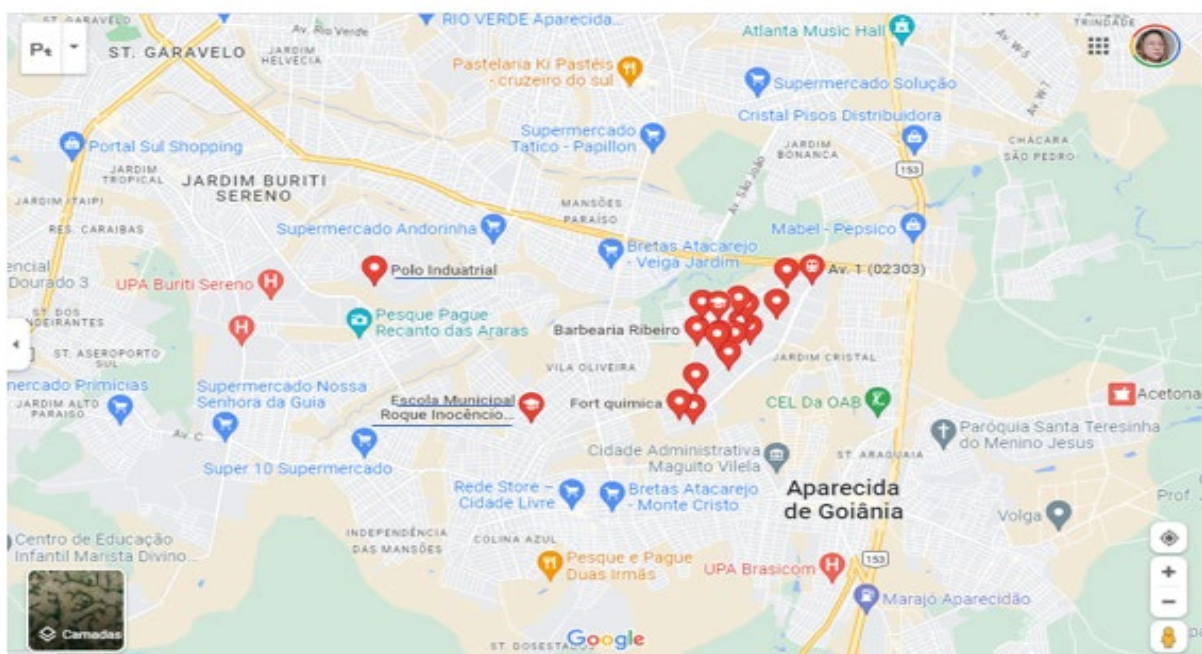
---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.aparecida.go.gov.br/prefeitura-conclui-reforma-de-quatro-escolas-da-rede-municipal/escola-municipal-roque-inocencio-mendes-foto-claudevino-antunes-3-site-2/> Acesso em 30/03/2023.

A escola foi escolhida pela proximidade com o polo industrial vice-presidente José de Alencar, que faz parte do contexto de nossa pesquisa. Além disso muitos dos pais que matriculam seus filhos na unidade escolar, trabalham ou á trabalharam no polo industrial. A distância entre as duas localidades é de pelo menos 5 quilômetros e ao visitar a escola é possível ver trabalhadores uniformizados descendo a pé para suas moradias.

Na imagem abaixo é possível observar a proximidade entre a escola que faz parte da pesquisa e o polo industrial vice-presidente José de Alencar.

Mapa 4 – Imagem mostrando a proximidade da Unidade Escolar Roque Inocêncio Mendes com o Parque Industrial vice-presidente José de Alencar



Fonte: Google Maps – marcações da autora. Disponível em: [https://www.google.com/maps/place/Escola+Municipal+Roque+Inoc%C3%A2ncio+Mendes/@-16.8107003,49.291889,17z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0x935ef94e09d3e31d:0x549051924c8ae324!8m2!3d-16.8107003!4d-49.2897003!16s%2Fg%2F11ff4\\_8\\_99](https://www.google.com/maps/place/Escola+Municipal+Roque+Inoc%C3%A2ncio+Mendes/@-16.8107003,49.291889,17z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0x935ef94e09d3e31d:0x549051924c8ae324!8m2!3d-16.8107003!4d-49.2897003!16s%2Fg%2F11ff4_8_99) Acesso em: 30/03/2023.

Como podemos observar a escola fica a menos de três quilômetros do Distrito Industrial vice-presidente José de Alencar, a uma visita na escola, diversos horários, podemos notar trabalhadores de macacões e botas brancas das indústrias de alimentos, ou o uniforme das empresas de confecção de roupas, andando pelas ruas e avenidas do bairro, indo ou voltando do trabalho. Buscando ou trazendo os filhos na escola.

Quadro 1 – Crianças matriculadas na escola por local de nascimento:

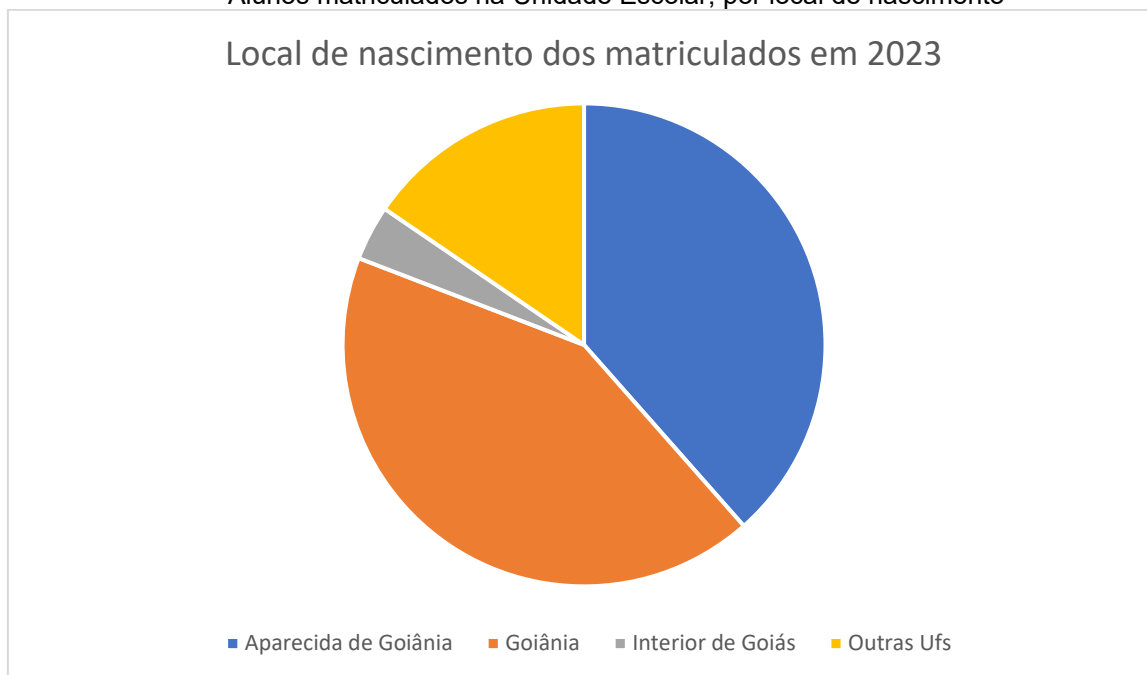
<b>Lugar de nascimento das crianças matriculadas na Unidade de Ensino</b>		
Local de Nascimento	Quantidade	%
Aparecida de Goiânia	209	38,85
Goiânia	230	42,75
Cidade do interior de Goiás	20	3,72
Alagoas	02	0,37
Distrito Federal	02	0,37
Amazonas	02	0,37
Maranhão	27	5,02
Pará	12	2,23
Minas Gerais	02	0,37
Tocantins	15	2,79
São Paulo	06	1,12
Pernambuco	04	0,74
Piauí	05	0,93
Bahia	07	1,30
<b>Total de Matriculados 2023</b>	<b>538</b>	

Fonte: Seretaria da Escola Municipal Roque Inocência Mendes/ GEMUL(2023)

A escola obteve no ano de 2023, 534 alunos, sendo divididas tais matrículas nas seguintes etapas. Na educação Infantil: 45 alunos matriculados; nos anos iniciais: 538 e na educação especial: 42 alunos matriculados. Quando nos referimos ao nosso objeto de estudo, temos a seguinte situação quanto a naturalidade dos matriculados. O quadro abaixo é composto pelos dados coletados na unidade escolar quanto as matrículas de 2023.

O gráfico abaixo ilustra a percentagem de alunos agrupando os alunos de UF de nascimento diferentes.

## Alunos matriculados na Unidade Escolar, por local de nascimento



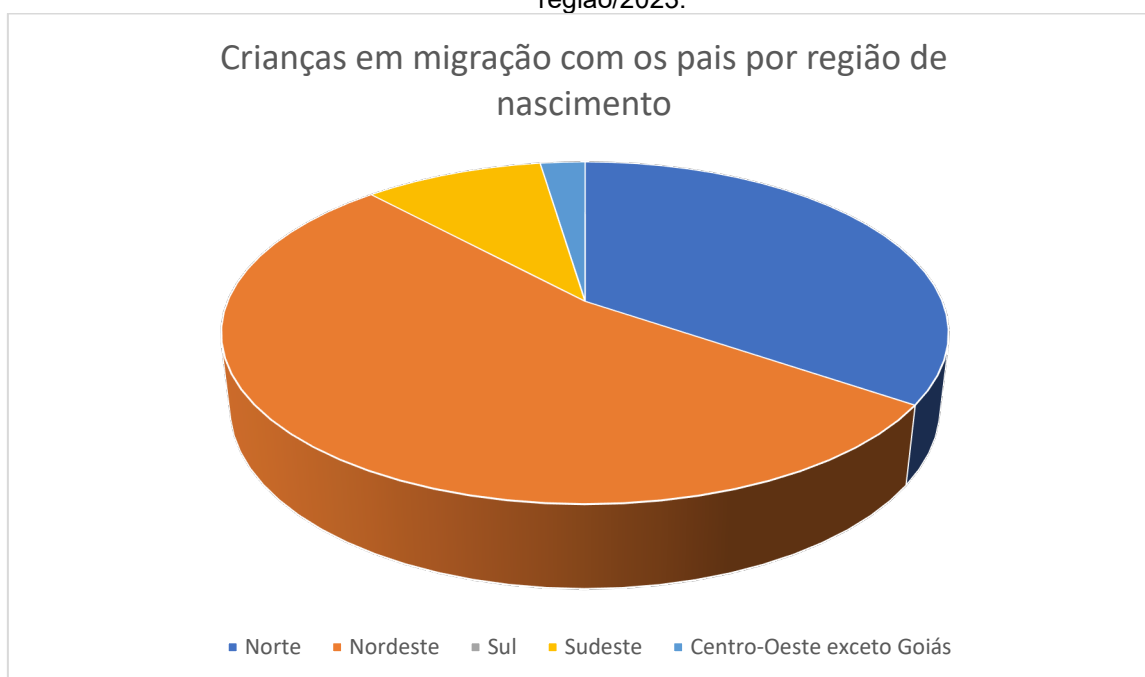
Fonte: Secretaria da escola /GEMUL- criação da autora.

Podemos dizer que o contingente de crianças migrantes na escola em comparação com a quantidade de migrante do período de 2010, é pouco de mais de 20%; e continuam sendo em sua maioria do Nordeste brasileiro. O estado que nordestino com maior número de migrantes entre as crianças é o estado do Maranhão. E há um grande número de crianças, dessas famílias de migrantes, que nasceram na capital de Goiás. Os partos foram feitos em Goiânia, pois o sistema de saúde do município de Aparecida de Goiânia não consegue comportar a quantidade de moradores e suas necessidades, devido ao grande crescimento da população em um curto período tempo.

Na ilustração a seguir podemos observar ainda uma parcela significativa de crianças vindas do interior do estado.



Gráfico 15 – Porcentagem de crianças matriculadas, que nasceram em UF diferentes, por região/2023.



Fonte: Secretaria da Escola/GEMUL- elaboração da autora

Quando nos referimos aos pais dos alunos entendemos melhor a situação, haja vista que não encontramos dados de um período anterior ao de 2010, pois o acervo de documentação era físico e se perdeu num incêndio ocorrido 'arquivo morto' da escola. Neste sentido para analisarmos melhor a situação da quantidade de migrantes que já estão residentes em Aparecida de Goiânia, nós optamos por descobrir o local de nascimento dos pais. Desta forma, utilizamos como referência o responsável pela matrícula do aluno. Para sabermos a localidade de nascimento dos pais, consultamos as fichas de matrículas; e fizemos uma amostragem com cem (100) pais e/ou responsáveis que utilizaram a carteira de identidade para realizar a matricular da criança. Essa escolha de deu, pois, entendemos que apenas por meio dos documentos pessoais, dos responsáveis poderíamos consultar o local de nascimento de cada pessoa. Encontramos a seguinte realidade.

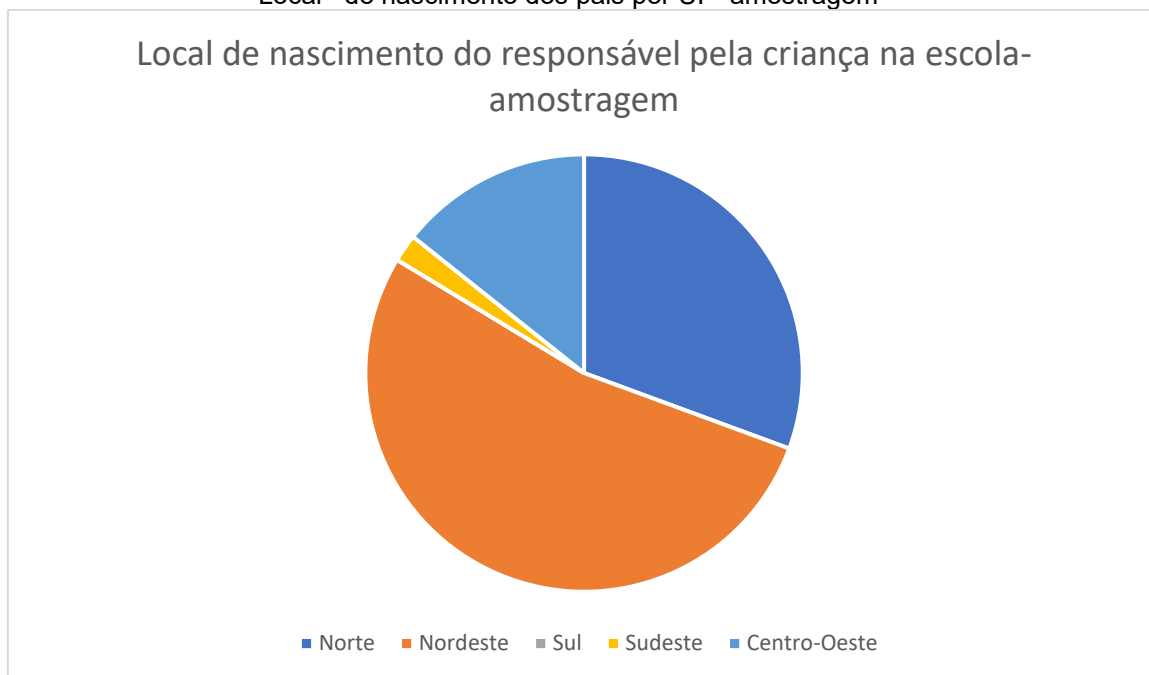
Quadro 2 – Lugar de nascimento do responsável pela matrícula da criança na escola

<b>Lugar de nascimento do responsável pela criança na Unidade de Ensino</b>		
Local de Nascimento	Quantidade	%
Aparecida de Goiânia	10	10
Goiânia	34	34
Cidade do interior de Goiás	10	10
Distrito Federal	07	7
Maranhão	08	8
Pará	06	6
Tocantins	09	9
São Paulo	01	1
Pernambuco	01	1
Piauí	04	4
Bahia	09	9
Roraima	01	1

Fonte: Ficha de matrícula, elaboração da autora.

Com os dados da tabela, construímos o gráfico abaixo para ilustrar melhor o contexto da migração em Aparecida de Goiânia. Quando analisamos os dados com o local de nascimento dos pais das crianças, podemos inferir que a percentagem de nascidos em outras UF cresce substancialmente, ao compararmos com o local de nascimento das crianças. Analisamos então que muitas crianças possuem pais migrantes, mas nasceram em Aparecida de Goiânia ou na capital. Estes dados são complementares dos dados obtidos e analisados pela IMB (21014) e IBGE (2010), já apresentados anteriormente, corroborando com a estabilidade do migrante na cidade, após certo período.

Local de nascimento dos pais por UF- amostragem



Fonte: Pastas de matrícula- Escola Municipal Roque Inocêncio Mendes- elaboração da autora

O que podemos observar nos dados, corroborando com nossa hipóteses iniciais e acrescentando uma nova realidade: 1) A maioria dos pais são oriundos da região Nordeste; 2) Na atualidade, a segunda região com maior fluxo migratório para cidade de Aparecida de Goiânia é a região Norte do país.

Quanto ao abandono e à reprovação dos alunos, nossos dados foram obtidos da plataforma QEDU (2022). Observamos que além da reprovação, há outros os dados relacionados a proficiência em língua portuguesa e matemática. E encontramos a seguinte realidade. Optamos analisar os dados de proficiência, por saber que série como 1º e 2º não reprovam, procuramos então uma outra forma de entender o contexto das dificuldades de aprendizagens acumuladas pela criança desde o período da alfabetização.

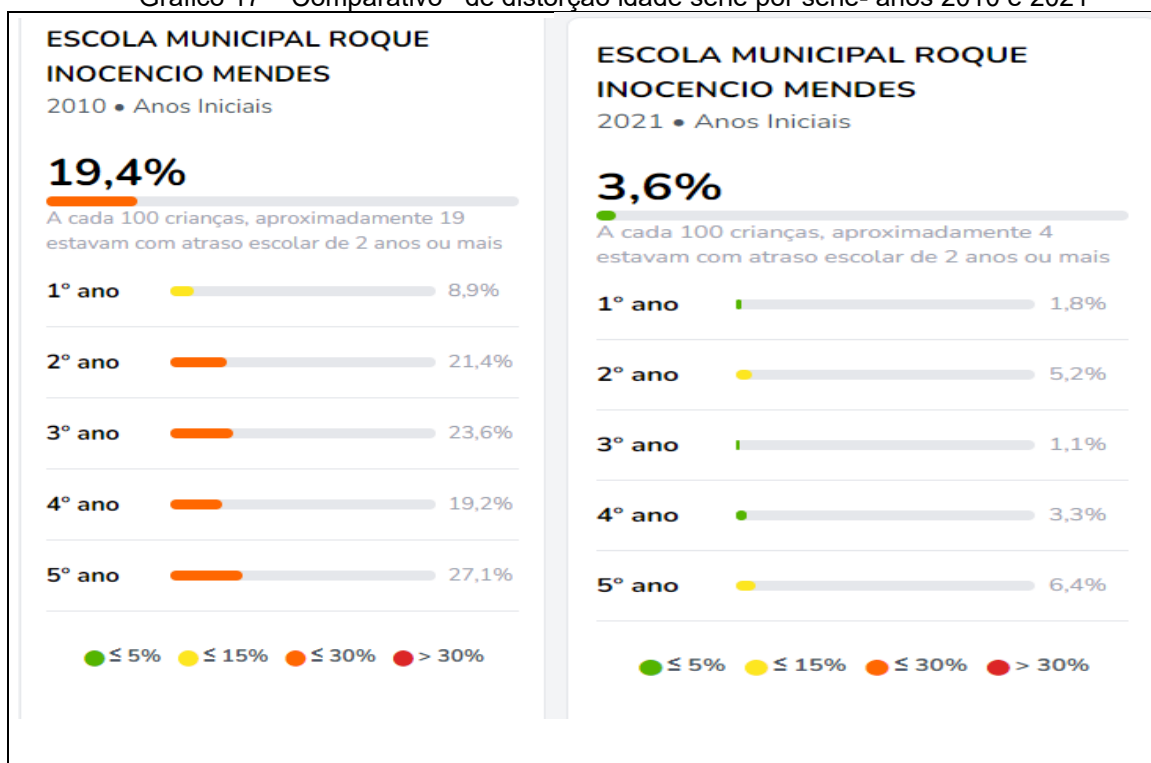
Apenas 45% dos alunos que saem da escola tem aprendizado adequado em língua portuguesa, de acordo com QEDU (2022) e os resultados das avaliações oficiais. Em matemática o resultado foi ainda mais crítico, apenas 27% dos alunos apresentam aprendizado adequado dentro do esperado para idade e série. Apesar do quadro apresentado, na escola constam índices de reprovações 1,0% e os abandonos somam 0,2% em 2022. No ano de 2010 as taxas de reprovação eram de 5,9% e de abandono 1,6%, maiores que na atualidade. Poderíamos inferir então que com o

passar dos anos e a fixação de moradia e trabalho das famílias migrantes contribuíram para a diminuição das taxas de abandono e reprovação.

Nos levantamentos feitos no QEDU encontramos dados quanto à escolaridade dos pais, que apontam para permanência da baixa escolaridade dos mesmos, mostrando a seguinte realidade: apenas 9% têm curso superior, 18% terminaram o ensino médio, 11% possuem ensino fundamental completo, 7% fizeram até o 5º ano, 10% não terminaram o 5º ano. Os dados demonstram, portanto que mesmo após fixarem moradia e trabalho ainda prevalece a baixa escolaridade nas famílias.

Nos dados abaixo podemos observar um comparativo da distorção idade-série. Fizemos a análise relacionando as idas e vindas das famílias em migração, que muitas vezes, como declarou Vendramini (2017), não conseguem matricular as crianças, Tal falha se dá, pois o período das mudanças nem sempre coincidem com o calendário escolar. Além do mais, os responsáveis perdem documentação, sofrem com a falta de vagas, entre outras questões que contribuem tanto para reprovação da criança que migra com as famílias, tanto para que ela fique fora da escola por longos períodos de tempo, aumentando a distorção idade- série.

Gráfico 17 – Comparativo de distorção idade série por série- anos 2010 e 2021



Fonte: QEDU- composição da autora. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/52031233-escola-municipal-roque-inocencio-mendes> Acesso em: 30/03/2023.

Podemos ilustrar nossa afirmação anterior com os dados comparativos acima. Ao retornarmos aos dados publicados pelo IMB (2015) percebemos que em 2010, o número de migrantes em fluxo para Goiás e Aparecida de Goiânia era bem maior. Inferimos com isso que essas famílias estariam em processo de fixar moradia, buscar trabalho e a cidade ainda não estava preparada para recebê-los. Arriscamos dizer que talvez não houvesse demanda de vagas suficientes para atender às crianças advinda de outras regiões brasileiras. No período de 2021, pelos dados do IBGE, e pelos dados coletados na unidade escolar, percebemos que o número de migrantes tem diminuído. Destarte, supomos que as idas e vindas também têm diminuído, acarretando a diminuição da distorção idade série.

Por fim, o que compreendemos em nossas análises é que os dados da escola pesquisada, do município de Aparecida de Goiânia e do estado de Goiás, comprovam nossas hipóteses de que as crianças em migração com suas famílias não são prejudicadas somente ausência de assiduidade. Outrossim, são lesadas de muitas outras formas, como destacamos: atraso na escola; defasagem no aprendizado; perda na alfabetização em idade considerada adequada; falta de condições inclusivas no acesso e permanência na escola, entre outras. E finalmente, ressaltamos que todos os fatores contribuem para que haja ou se acentue as disparidades sociais. Se essas crianças não possuem acesso adequado à educação, provavelmente, acabarão reproduzindo a realidade de suas famílias. Estas, utilizam sua força de trabalho para sobrevivência e acabam por se transformarem em um exército de reserva disposto a seguir à disposição do capital. Ou seja, onde quer que ofertem vagas de trabalho, onde quer que o capital as disponibilize, as famílias viverão em fluxo migratório. Os fluxos serão direcionados de acordo com a ordem mercadológica; e os trabalhadores, necessitando de emprego, continuarão aceitando as condições de trabalho que lhes forem impostas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa buscamos compreender como ocorreu o aumento da migração em Aparecida de Goiânia, com a criação a política de criação dos polos industriais, especialmente o Parque Industrial Vice-presidente José de Alencar; e quais as implicações do aumento do movimento migratório nas escolas do município e na educação escolar das crianças que vieram em migração com suas famílias.

Buscamos ir além da ideia comum de que o migrante busca apenas melhores condições de vida, pois, acreditamos que o migrante é sempre expropriado de algo, como disse Gaudemar (1977). O migrante, é forçado a sair do seu local de nascimento a procura de novas oportunidades de trabalho. foi expropriado de oportunidades e de escolhas; e precisa ir aonde o capital o empurre para continuar sobrevivendo.

Para entendê-las, analisamos um processo de expansão que vem repercutindo mesmo na atualidade em Goiás. Tentamos compreender como esse processo é vivenciado pela classe trabalhadora no que se refere à mobilidade do trabalho ou com relação à migração na busca pelo trabalho.

Entendemos que a capital de Goiás, Goiânia, cresceu muito com a industrialização. Ou seja, acompanhou os investimentos concentrados do capital, atraindo um fluxo migratório, principalmente de região do nordeste brasileiro e Distrito Federal. No entanto, o preço da moradia e alto custo de vida na capital, fez com que esses migrantes procurassem outras regiões metropolitanas para morar, mantendo o trabalho na capital.

A cidade de Aparecida de Goiânia – região metropolitana de Goiânia até 2010 – era considerada uma cidade dormitório, porque grande parte daqueles que ali moravam, precisavam se deslocar todos os dias para trabalhar e estudar na capital, numa migração pendular. E, assim, como trabalhavam e estudavam na capital, também acabam por consumir e fazer atividades de lazer na mesma localidade.

Após o ano de 1970 políticas de incentivo a industrialização iniciaram-se na capital. Em Aparecida de Goiânia o início ocorreu em 1996 com a criação do primeiro APL. O município foi escolhido pela concentração de mão de obra barata e pela capacidade de subsidiar as empresas e industriais que procuravam se instalar na região. Outras cidades como Rio verde, Anápolis também receberam incentivos para criação de APL, devido o potencial de desenvolvimento apresentado, assim como Aparecida de Goiânia.

Destas cidades citadas, Aparecida de Goiânia recebeu três distritos industriais, sendo o primeiro criado a partir de 1996. São eles: o Polo Empresarial Goiás, o Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia (DAIAG) e o Distrito Industrial de Aparecida de Goiânia. O Polo Empresarial Goiás, hoje chamado de 'Parque Industrial vice-presidente José de Alencar', anteriormente em nossos estudos.

Esses distritos aumentaram a oferta de emprego na cidade de Aparecida e redirecionaram os fluxos migratórios que antes eram para a capital. E muitos dos trabalhadores os quais precisavam ir para Goiânia trabalhar, agora trabalham em Aparecida de Goiânia. Porém, a cidade não estava preparada para recebê-los e, pelo que observamos nos noticiários locais, sofre ainda com a falta de vagas em CEMEI's e escolas; e, até mesmo, nas redes de saúde. De modo geral, falta infraestrutura para comportar tal crescimento. A cidade não conseguiu se preparar para o aumento populacional que ocorreu rapidamente.

Pudemos observar como a classe trabalhadora vem sendo regulada e direcionada tanto em seu processo de trabalho, quanto no que se refere a sua localidade. Neste sentido, nossas análises partiram da política de criação de distritos industriais que concentram o capital e direcionam a força de trabalho. Concomitantemente, pensamos como a migração é utilizada pelo capital como ferramenta para baixar salários e aumentar a precarização do trabalho.

Entre os distritos industriais de maior destaque, está o Distrito Industrial vice-presidente José de Alencar. A partir do nosso levantamento, constatamos um aumento de crianças nas escolas da região. Crianças as quais passaram a acompanhar suas famílias em migração. Dentre as instituições que encontramos, está a escola municipal Roque Inocêncio Mendes. Com esse aumento de crianças migrantes, houve implicações tanto na escola quanto no processo de educação escolar.

Essas implicações ocorreram porque as famílias, ao chegarem na nova cidade, não conseguem se estabelecer com facilidade, arrumam trabalhos precários e, muitas vezes, têm a necessidade de retornarem a sua terra natal e se reorganizarem para outra ou outras tentativas de migrar. As idas e vindas dessas crianças em situação de migração, juntamente com suas famílias, acabam por prejudicar a assiduidade escolar bem como o processo de aprendizagem delas.

O que entendemos é que essas migrações geralmente acontecem em períodos diferentes do ano escolar. E, muitas vezes, quando as famílias chegam ao local que

desejam se estabelecer, não encontram vagas suficientes para matricular os filhos. Constatamos também que, por parte das instituições, há dificuldade no acompanhamento destas crianças, devido à vulnerabilidade social que apresentam e, especialmente, pela inconstância em sala de aula. Além da ausência de documentação escolar apropriada para matrícula.

O próprio acesso e mesmo a permanência na escola ficam comprometidos, visto que as famílias comumente migram em tempos diferentes dos tempos escolares. A maioria das crianças, por conta da inconstante assiduidade, têm os processos de ensino-aprendizagem afetados, o que pode levá-las ao fracasso escolar. As crianças da faixa etária a qual nos propomos pesquisar, estão sendo alfabetizadas. Estão no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, portanto. A consequência da oscilação no ensino regular é a não alfabetização em idade apropriada.

Enfatizamos que, se os pais estão em trabalhos precários, tão logo as crianças começam a trabalhar para ajudar na renda de suas famílias. Neste contexto, notamos que as disparidades sociais são aumentadas pela migração forçada. Tais abismos sociais comprometem ainda mais a educação escolar desse grupo de crianças, que podem chegar à defasagem idade-série ou ao abandono escolar. Esse movimento cíclico reproduz a vida de seus familiares e tem contribuído para que o ciclo das disparidades sociais continue.

Percebemos que quando a migração é bem-sucedida, ou quando os pais possuem maior grau de escolaridade, a chance de sucesso escolar da criança aumenta. Isso, pois os locais escolhidos pelos pais para migrar possuem escolas de maior qualidade. A chance das crianças abandonarem a escola para trabalhar diminui, pois, a melhor escolaridade dos pais garante melhores posições no trabalho. Com isso, há chances delas reproduzirem a condição social dos pais.

Finalmente, na análise dos dados do município e da unidade escolar que escolhemos para nossa pesquisa documental, confirmaram-se nossas considerações iniciais: a importância da população migrante na/para cidade de Aparecida de Goiânia, principalmente a nordestina. Esta, mesmo após estabilização do número de empregos gerados pelo distrito industrial, lócus de nossa base de estudo, ainda possui presença considerável na cidade. E como a população migrante de Aparecida é composta de forma maciça de trabalhadores, em sua maioria baixa escolaridade, isso dificulta ainda mais sua entrada no mercado de trabalho da região.



A nosso ver, tudo isso aponta para necessidade de novos aprofundamentos e estudos sobre o tema disposto nesta dissertação. Pelos direcionamentos tomados nesta pesquisa de mestrado, alguns elementos foram suprimidos no que se refere a migração por trabalho. Optamos por desenvolver mais profundamente a temática dos impactos da migração na vida dos familiares, em outros níveis de escolaridade, pois entendemos que o comprometimento do processo de ensino-aprendizagem das crianças – no início do processo educativo – é só o começo para a reprodução da realidade dos pais

Essa pesquisa é o princípio de uma jornada muito ampla e cheia de implicações. Diante da nossa realidade, temos muito a aprofundar ainda, porque entendemos que o processo de escolarização da classe trabalhadora, com a migração em família, é duramente afetado e merece ser devidamente pesquisado. Assim como devemos levar em consideração as políticas públicas escolares, é uma realidade que aponta para aprofundamento.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

ANJOS, Antônio Fernandes dos. **A dinâmica intraurbana de Goianira no contexto da região metropolitana de Goiânia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia – IESA-UFG, Goiânia (GO), 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho Intermitente e Uberização do Trabalho** no Limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo. 2020.

APARECIDA DE GOIÂNIA, Prefeitura de. PEMAS. Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais. Aparecida de Goiânia, 2003.

APARECIDA DE GOIÂNIA - Desconstruindo a “cidade dormitório”: centralidades e espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia. Mercator, Goiânia, 2009. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/291>. Acesso em: 6 jun. 2022.

Aparecida de Goiânia Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 1.623, de 13 de junho de 1997. Declara de utilidade pública e desapropria áreas para fins industriais. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010

Aparecida de Goiânia Prefeitura Municipal. Lei Municipal 1.258/93. Declara de utilidade pública e desapropria áreas para fins industriais. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010

Aparecida de Goiânia Prefeitura Municipal. Lei Municipal 1.470/95. Cria o Distrito Industrial Municipal de Aparecida de Goiânia. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010

Aparecida de Goiânia Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 1.623, de 13 de junho de 1997. Declara de utilidade pública e desapropria áreas para fins industriais. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010

Aparecida de Goiânia Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 1.624, de 13 de junho de 1997. Cria o Polo Empresarial Goiás. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010

Aparecida de Goiânia Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 2.472, de 09 de julho de 2004. Declara de utilidade pública e desapropria áreas para fins industriais. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010

Aparecida de Goiânia Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 2.473, de 09 de julho de 2004. Cria o Polo de Reciclagem de Aparecida e o Parque Industrial Aparecida. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010

ARRAIS, C. P. A. Mobilidade discursiva: o periodismo político em Goiás. Goiânia: UFG, 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/4256/2233> Acesso em: 23/03/2023.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: Um olhar para as migrações internas no Brasil. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 77-100, jul./dez. 2012

BERNER, Vanessa Oliveira Batista. Fluxos migratórios em tempos de democracia agonística e a urgência por uma cidadania diaspórica. **Revista de Direito Brasileira**, v. 23, n. 9, p. 211-227, 2020.

Brasil. (2013). Ministério de Educação e Cultura. Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Básica. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 19 de dez. 2022.

Brasil, Ministério de Educação e Cultura. (2018). Base Nacional Comum Curricular, de 14 de dezembro de 2018. [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf). Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

Brasil. (1996). Ministério de Educação e Cultura. LDBEN - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 17 de dezembro de 2022.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

BRITO, Fasto. **A transição para um novo padrão migratório no Brasil**. Textos para discussão. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2015

BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA. Periodização de Aparecida de Goiânia: da forma embrionária às novas funcionalidades no espaço fragmentado. **Boletim Goiano**

de **Geografia**, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3371/337127151007.pdf>. Acesso em: 6 de junho de 2022.

BRITO, Fausto.; CARVALHO, José Alberto de. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, n. 22, 2006, p. 441-454.

CAMILO, Janaina de Holanda. **O preço da terra e o plano diretor de Aparecida de Goiânia (2001-2014)**. Goiânia, 30 abr. 2022. Tese Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2816>. Acesso em: 6 de junho de 2022.

CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina. **O foco em Arranjos Produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. In: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins; MACIEL Maria Lucia. (Orgs.) Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTLES, Stephen. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios**: dos trabalhadores convidados às migrações globais. Lisboa: Fim de século, 2005.

CIRQUEIRA PINTO, José Vandério. Fragmentação da metrópole: constituição da região metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia. UFG, Goiânia, 2009.

CORTEZ, Giselia dos Santos; DUARTE, Janylle Irys Silva. Influência do Aparecida Shopping na Cidadania e Mobilidade Urbana em Aparecida de Goiânia. Repositório Anhanguera, [S. l.], p. 1-36, 1 maio 2018. Disponível em:

<http://repositorio.anhanguera.edu.br:8080/bitstream/123456789/76/1/TCC%20Giselia%20dos%20S.%20Cortez.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022.

CUNHA, Marinaldo Almeida. **O problema do aluno migrante**: Escola, cultura e inclusão. In EDUCERE – Anais do XII Congresso Nacional de Educação. Paraná: UNESCO, 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20781\\_10323.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20781_10323.pdf). Acesso em: 12 de novembro de 2022.

DIAS, Marcel Bordin Galvão; SABOTA, Heitor Silva. A indústria em Goiás: dinâmica atual e transformações espaciais. In: **XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**: crise,

práxis e autonomia: espaços de resistências e esperanças. Jul. 2010. Porto Alegre. Disponível em:  
[www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho= 143](http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=143)>. Acesso em: 21/12/2022.

DIEESE. **Salário-mínimo nominal e necessário**. jan. 2022. Disponível em:  
<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

DOTA, E. M. **Oportunidades de trabalho e a migração rural-urbana no Espírito Santo**. Revista Rural & Urbano, v.4, n.1, 2019. Disponível em:  
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/241093> Acesso em 25/010/2021.

DOTA, E. M.; QUEIROZ, S. N. de. Migração interna em tempos de crise no Brasil. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg, v. 21, n. 2, 2019. Disponível em:  
<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5854> Acesso em: 12/11/2021.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação**. Goiânia: Editora do Autor, 1998.

FERREIRA, João Roberto Resende; AMARAL, Pricylla Dietz Ferreira. Identificação de Bolsa Formação do PRONATEC **com Toyotismo/Acumulação Flexível**. Revista Mirante, v.10, 2017. Disponível em:  
<https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/article/view/7052> Acesso em: 29/03/2023.

FERREIRA -BATISTA, Natalia. Migração familiar, trabalho infantil e ciclo intergeracional da pobreza no estado de São Paulo. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p.1-9, 2012.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS (FIEG). **Polos Industriais do Estado de Goiás**: Aparecida de Goiânia.(2015). Disponível em:  
[www.sistemafieg.org.br/repositoriosites/repositorio/portalfieg/download/Publicacoes/polos\\_industriais/polo\\_industrial\\_aparecida.pdf](http://www.sistemafieg.org.br/repositoriosites/repositorio/portalfieg/download/Publicacoes/polos_industriais/polo_industrial_aparecida.pdf) Acesso em 22/03/2022.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 2002. São Paulo: Atlas S/A.

GOIÁS – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Índice de Desenvolvimento Econômico - IDE e Índice de Desenvolvimento Social IDS dos Municípios Goianos**: 2006. - Goiânia: SEPLAN, 2009. (Série Indicadores Municipais). Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/ide-ids/ide-ids-2006.pdf>. Acesso em: 9 de junho de 2022.

IBGE. **Cidades**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/aparecida-degoiania/panorama>. Acesso em: 6 de junho de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 28/03/2023.

IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html> acesso em 10/08/2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal**. Brasília, 2022. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=desemprego](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego) Acesso em: 13 nov. 2022.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). **Migração em Goiás**. [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2017/migracao-em-goias-entre2005-2015.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2022.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). **Panorama da migração e Goiás**. 2014. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2014/panorama-da-migracao-em-goias.pdf> Acesso em: 20/08/2021.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). **PIBs dos Municípios Goianos**. (2019). Disponível em: <chrome->

[extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/pib-municipios/pibmun2019.pdf](https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/pib-municipios/pibmun2019.pdf) Acesso em 27/04/2022.

KING, Russell. **People on the move**: on atlas of migration. California: University of California, 2010.

KUENZER, Acácia Z. **Trabalho e escola**: a aprendizagem flexibilizada. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO SUL, 11., 2016, Curitiba. Anais... Curitiba: UFPR, 2016. p. 1-22. Disponível em: Acesso em: 12 out. 2022. » <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-21-Educa%C3%A7ao-e-Trabalho.pdf>

Kuenzer, Acácia Z. Sistema Educacional e a Formação de Trabalhadores: A desqualificação do Ensino Médio Flexível.. Cien Saude Colet **[periódico na internet]** (2019/Out). [Citado em 31/03/2023]. Está disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/sistema-educacional-e-a-formacao-de-trabalhadores-a-desqualificacao-do-ensino-medio-flexivel/17364> Acesso em 22;02/2023.

LAURA, Ivna Olímpio, Distritos empresariais como agentes de desenvolvimento regional em áreas públicas de Aparecida de Goiânia- GO, 2014. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

MAGALHÃES, L. F. A. Migração Internacional e remessas de migrantes: Elementos para uma análise marxista. **Informe Gepee**, Toledo, v. 15, número especial, p. 459-477,2011.

MARTINE, G.; NEIVA, I. C.; MACEDO, M. Migração, crise e outras agruras. *In: Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (ABEP). S. I.: s. n., 1984.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo, Boitempo. 2004.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2017.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas) 1996.

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo; LAZARINI, Twila.; GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, José.; BARROSO-TRISTÁN, José Maria. Migração e educação: um estudo sobre a invisibilização do migrante nas políticas educacionais do Brasil e do Distrito Federal. **Arquivos de Análise de Políticas Educacionais**, [S. I.], v. 29, n. janeiro-

julho, pág. 24, 2021. DOI: 10.14507/epaa.29.5540. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5540> Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

MAZZA, Débora.; NORÕES, Kátia (org.). **Educação e Migrações Internas e Internacionais**: Um diálogo necessário. São Paulo: Paco, 2014.

MÉSZÁROS, István. Filosofia, ideologia e ciência social. São Paulo: Boitempo, 2008.

OBMIGRA (Observatório das Migrações Internacionais). **Imigração e refúgio no Brasil: retratos das décadas de 2010**: relatório anual de 2010. Brasília, 2021. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a> Acesso em: 2 novembro de 2022.

Observatório das Migrações (OBMigra). (2019). *O observatório*. <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio>. Acesso em 04 de abril de 2022.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. (2009). **Glossário sobre Migrações**. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em 14 de abril de 2022.

OLIVEIRA, Helena Nobre de; SILVA, César Augusto Marques da; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Imigração internacional: uma alternativa para os impactos das mudanças demográficas no Brasil? *Revista Brasileira de Estudos de População*, [s. l.], v. 36, p. 1-31, 2019. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/1254>. Acesso em: 10 maio 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

OMI (Organização Internacional para as Migrações). **Glossário sobre Migração**, Genebra, n. 22, 2009.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão; BERNER, Vanessa. Migração, direito e capitalismo. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 7, n. 17, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45298/28881> Acesso em: 2 de novembro de 2022.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.



PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Intermeios, 2015. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002735914> Acesso em: 29 de março de 2023.

PERROUX, F. Nota sobre o conceito de polo de crescimento. In: PERROUX, F. (Org.). **A planificação e os pólos de crescimento**. Porto: Edições Rés, 1995.

PINTO, José Vandério Cerqueira. **Fragmentação da metrópole**: constituição da região metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia. Goiânia, Editora UFG, 2009.

POVOA NETO, Hélión. “Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual”. In: *Experimental*, n° 2, 1997, pp.11-24.

PREFEITURA de Aparecida de Goiânia. [S. /], 2022. Disponível em: <https://www.aparecida.go.gov.br/a-cidade/>. Acesso em: 6 jun. 2022.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**: ou os paradoxos da alteridade. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988

TAVARES, M. A. Migração laboral: “um mal necessário”. In: IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais, São Paulo, 2018. Disponível em: [http://www.iassc2018.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID\\_SIMPOSIO=9](http://www.iassc2018.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=9). Acesso em: 27 fev. 2022.

TEDESCO, João Carlos. (2017), “Apresentação”. In: J. C. Tedesco; G. Kleidermacher (Orgs.), **A imigração senegalesa no Brasil** e na Argentina: múltiplos olhares. Porto Alegre: EST Edições.

TEIXEIRA, Francisco.; SOUSA. Sílvia Vanderlei, Desenvolvimento Regional e Aglomerações Produtivas na Bahia: Uma visão a partir do emprego de território de identidades. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 42, n. 1, p. 87-98, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25675>. Acesso em: 21/03/2023

UNICEF. **Alerta de aumento do trabalho infantil**. (2018). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ha-32-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-na-pobreza-no-brasil-alerta-unicef> Acesso em: 25/03/2023.

VAN ZATEN, Agnès. (coord.). **Dicionário de Educação**. Petropolis: Vozes, 2011.

VENDRAMINI, C.R. Jovens migrantes diante do desafio de trabalhar e estudar. *Revista Contrapontos*. Itajaí, v. 17, n. 3, Jul-Set 2017.

VENDRAMINI, C. R. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, maio/ago. 2018.

VENDRAMINI, Célia (org.). Uma vida aquém da sonhada, uma escola aquém da almejada. **Revista Perspectiva**. Volume 38, n. 4–p.01-08, out./dez.2020–Florianópolis disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/78834/45155> acesso em 24 de fevereiro de 2023.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. **Geographical Review**, v. 61, n.2, p. 219-249, 1971.